

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UMA EMPRESA DE COMUNICAÇÃO NO CERRADO: A TV
TRIÂNGULO EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR

PATRICIA APARECIDA AMARAL

UBERLÂNDIA
AGOSTO DE 2021

PATRICIA APARECIDA AMARAL

**UMA EMPRESA DE COMUNICAÇÃO NO CERRADO: A TV
TRIÂNGULO EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em História.

Orientador:

Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, UFU/MG

UBERLÂNDIA, MG

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A485e
2021 Amaral, Patricia Aparecida, 1971-
 Uma empresa de comunicação no cerrado [recurso eletrônico] : a TV
 Triângulo em tempos de ditadura militar / Patricia Aparecida Amaral. -
 2021.

 Orientador: Adalberto de Paula Paranhos.
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
 Pós-Graduação em História.
 Modo de acesso: Internet.
 Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.5540>
 Inclui bibliografia.

 1. História. I. Paranhos, Adalberto de Paula, 1948-, (Orient.). II.
 Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
 História. III. Título.

CDU: 930

Glória Aparecida
Bibliotecária - CRB-6/2047



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	TESE DE DOUTORADO, Ata 7, PPGHI				
Data:	Vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e um	Hora de início:	13:30	Hora de encerramento:	16:30
Matrícula do Discente:	11713HIS014				
Nome do Discente:	Patricia Aparecida Amaral				
Título do Trabalho:	Uma empresa de comunicação no cerrado: a TV Triângulo em tempos de ditadura militar				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	História e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Batalhas culturais: o jazz na mira do nacionalismo musical (Brasil, anos 1910-1960)				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Marcelo Lapuente Mahl (UFU), Raquel Discini de Campos (UFU), Osvando José de Moraes (Unesp/Bauru), Cesar Henrique de Queiroz Porto (Unimontes), Adalberto de Paula Paranhos orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Adalberto de Paula Paranhos, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **César Henrique de Queiroz Porto, Usuário Externo**, em 27/08/2021, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Osvando José de Moraes, Usuário Externo**, em 27/08/2021, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Lapuente Mahl, Membro de Comissão**, em 27/08/2021, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Discini de Campos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/08/2021, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adalberto de Paula Paranhos, Usuário Externo**, em 01/09/2021, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2981110** e o código CRC **CCA8690E**.

Aos meus pais, Cláudio e Dirce, por acreditarem nos meus projetos, à minha irmã Fabiana, que tanta paz e tranquilidade nos transmite, e ao Paulo B. C. Schettino (*in memoriam*), por sua alegria e por ser ter sido um dos grandes responsáveis por eu continuar nessa jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Adalberto de Paula Paranhos, pelas discussões sobre o rumo da tese, pelas contribuições, além do zelo e cuidado com as correções. Uma referência.

Aos professores doutores Marcelo Lapuente Mahl e Osvando José de Moraes pelas sugestões no exame de qualificação e na defesa da tese. Foram olhares atentos que fizeram a diferença no resultado final do trabalho.

À doutora Kátia Paranhos, primeira professora com quem tive aula na História. A sua seriedade, profissionalismo e conhecimento me encantaram e fizeram com que eu tivesse mais interesse em me aprofundar nessa área.

Aos servidores do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, local onde passei meses pesquisando os jornais da cidade. Sempre prestativos e muitos gentis.

Aos pioneiros da televisão em Uberlândia, gente dedicada e que aprendeu a amar esse meio de comunicação, em especial aos senhores Edson Domingos e Osvaldo Bonfim de Sá Júnior, pessoas que se emocionaram ao relembrar as histórias da TV Triângulo. Também agradeço ao primeiro fotógrafo e cinegrafista do antigo Canal 8, Roberto Cordeiro (*in memoriam*). Apesar de não tê-lo conhecido, seus escritos foram muito importantes na construção desta tese.

Ao Paulo Eduardo Vieira, que, mais do que meu diretor na TV Integração, é um amigo que sempre me liberou para as atividades acadêmicas e compreendeu a minha escolha. Ao Gustavo Araújo e à Bárbara Almeida, pelo apoio técnico e de pesquisa.

A jornada no doutorado se tornou mais leve por causa dos amigos com que a vida me presenteou em Uberlândia: Wendel Nascimento, Alex Garrido, Marden Rangel e Everson Santos Ribeiro Garrido (*in memoriam*), que tão cedo partiu, mas que enquanto esteve entre nós foi luz.

Agradeço, imensamente, às amigas Cynthia Costa e Vanessa Matos. Nossos encontros foram fundamentais para a minha sanidade em meio à pandemia. Nossas longas conversas sempre me fizeram refletir, além de contribuírem para o meu desenvolvimento pessoal e acadêmico. Vocês são profissionais incríveis! Pessoas como vocês enriquecem a universidade pública.

E, o maior de todos os agradecimentos, a Deus, por colocar pessoas tão generosas e importantes no meu caminho.

RESUMO

Esta tese busca entender como se deu a relação da antiga TV Triângulo com a ditadura militar (1964-1985). O Canal 8 de Uberlândia foi fundado no mesmo ano do golpe que afastou da presidência da República João Goulart, responsável por conceder a outorga da emissora a um empresário local. Na caminhada da pesquisa foi necessário entrevistar pessoas que estiveram ligadas à empresa nesse período e buscar matérias específicas no principal jornal da cidade da época, o *Correio de Uberlândia*. A investigação neste diário se estendeu de 1962 a 1985, desde quando se começou a noticiar a vinda da televisão para a Uberlândia até a morte de Tancredo Neves, primeiro civil eleito para assumir a presidência após 21 anos de regime ditatorial. O objetivo não foi recontar a história da TV Triângulo, mas, sim, encontrar respostas para questões relacionadas ao comportamento de seus funcionários nessa fase tão complicada do Brasil, em meio às pressões internas e externas, que sofriam, além da prática da autocensura. As bandeiras que a tevê encampou fazem parte deste trabalho, como a campanha pela separação do Triângulo Mineiro do estado de Minas Gerais. É enfatizado como na década de 1970 o Canal 8 conviveu amistosamente com a imposição de censores na redação de Uberlândia e de Uberaba. Além disso, é evidenciado o que mudou na TV Triângulo ao deixar de ser uma empresa de caráter meramente regional para se tornar uma afiliada da Rede Globo, paralelamente à presença constante de políticos de direita nos telejornais e programas de entrevistas, entre eles Rondon Pacheco, um uberlandense que participou de forma ativa do governo do general-ditador Costa e Silva. Em todos os momentos do trabalho, buscou-se correlacionar o que se passava em Uberlândia com o que acontecia politicamente no Brasil, particularmente na área das comunicações, salientando as múltiplas práticas de controle e silenciamento que pesavam sobre ela.

Palavras-chave: TV Triângulo; ditadura militar; televisão em Uberlândia; memória da tevê; memória e cultura; censura.

ABSTRACT

This thesis seeks to understand the relationship between the former TV Triângulo and the military dictatorship (1964-1985). Canal 8 (Channel 8) in Uberlândia was founded in the same year as the coup that removed João Goulart from the Republic Presidency, who was responsible for granting the station's concession to a local businessman. In the course of this research, it was necessary to interview people who were involved with the company during that period and to look for specific articles in the main newspaper of the city at that time: *Correio de Uberlândia*. The investigation extended from 1962 to 1985, from the time when it began to report the arrival of the television to Uberlândia until the death of Tancredo Neves, the first civilian elected to assume the presidency after 21 years of the dictatorial regime. The purpose was not to retell the story of TV Triângulo, but to find answers to questions related to the behavior of its employees in this very complicated phase in Brazil, amid the internal and external pressures they suffered, in addition to the practice of the self-censorship. The ideas supported by the TV took part in this work, such as the campaign for the separation of the Minas Triangle (Triângulo Mineiro) from the state of Minas Gerais. This research emphasizes how, in the 1970s, Canal 8 (Channel 8) coexisted amicably with the imposition of censor in the editorial offices of Uberlândia and Uberaba. Furthermore, it is evident what has changed in TV Triângulo when it ceased to be a purely regional company to become an affiliate of Rede Globo, in parallel with the constant presence of right-wing politicians in the news and talk shows, among them Rondon Pacheco, who was from Uberlândia and actively participated in the government of dictator-general Costa e Silva. At every moment of this work, it was sought to correlate what was happening in Uberlândia with what was happening politically in Brazil, particularly in the area of communications, highlighting the multiple practices of control and silencing that weighed on it.

Keywords: TV Triângulo; military dictatorship; television in Uberlândia; the memory of the television; memory and culture; censorship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOB REGIMES DITATORIAIS	
1.1 A caixa mágica.....	19
1.2 O golpe de 1964 e os meios de comunicação	31
2. A TELEVISÃO NO CERRADO	
2.1 TV Triângulo: nasce uma tevê no cerrado junto com a ditadura.....	43
2.2 As Minas e as Gerais por dentro do golpe: Rondon como o Deus e o diabo no sertão da farinha podre	49
2.3 A tevê do entretenimento e o comunismo na cidade	57
2.4 TV Triângulo: o telejornalismo nos primeiros anos da ditadura até a chegada dos censores	66
2.5 A filiação à Globo e a programação da rede.....	81
2.6 A mão que bate também afaga	86
2.7 Um instante para os comerciais (plim-plim)	90
2.8 A luta pela separação do Triângulo e a bandeira da tevê	96
3. O FIM DE UM LONGO PERÍODO: 21 ANOS DE DITADURA MILITAR	
3.1 O caldo entornou: o epílogo do regime	103
3.2 As manifestações paralisam fábricas, ganham as ruas, e a repressão aumenta.....	107
3.3 Tiro, porrada e bomba!	121
3.4 Diretas Já!	129
3.5“Abertura”?.....	137

CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
LOCAIS DE PESQUISA	154
FONTES	
Fontes bibliográficas.....	155
Fontes jornalísticas	155
<i>Sites</i>	159
Vídeos.....	160
Entrevistas	161
BIBLIOGRAFIA	163

INTRODUÇÃO

“Não desligue, não, o defeito é nosso. Estou fazendo o que posso para endireitar a televisão. Um bom programa vem aí. Estou tentando endireitar o sinal. Como você, também quero ver, também quero espiar”. Esta era a letra de uma música que a TV Triângulo usava todas as vezes que o sinal saía do ar. No início das transmissões, eram tantos os problemas técnicos que essa espécie de *jingle* nunca saiu da cabeça de um dos primeiros funcionários da emissora.¹

O começo dos trabalhos na tevê pode ser classificado como dramático, um período marcado pela experimentação, pelas dificuldades técnicas e pela falta de profissionais qualificados, uma vez que a maioria dos trabalhadores desse setor aprendeu na prática, sem nenhum curso ou experiência anterior. Outro agravante era a constante queda de energia elétrica na região. A empresa não contava ainda com gerador o que comprometia o funcionamento do canal, deixando-o fora do ar algumas vezes.² Essa situação era apontada pelo jornal *Correio de Uberlândia*, que, responsabilizou a concessionária Prada-Cemig por provocar estragos em televisores, além de veicular outras matérias cobrando solução para esse que era considerado um grande transtorno para a indústria, o comércio e para os moradores da cidade.³

Esse quadro geral era algo comum principalmente no interior do Brasil. Nos anos 1960, verificou-se um aumento no número de emissoras. No final dessa década o país contabilizava 36 estações nas capitais e 15 no interior. Em 1969, 19 anos após a primeira transmissão feita nos estúdios da TV Tupi, em São Paulo, já existiam 3.276.000 televisores espalhados pelo território nacional.⁴ Estimulados pela popularidade do novo

¹ Edson Domingos trabalhou na TV Triângulo como colocador de cartolinas no cavalete para os apresentadores (uma espécie de *teleprompter*). Antes disso prestou serviços para o dono da emissora como servente de pedreiro e como vendedor de aparelhos de televisão. DOMINGOS, Edson. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 11 mar. 2019.

² O gerador é um equipamento obrigatório nos dias de hoje, movido a diesel. Ele consegue manter a emissora no ar por algumas horas enquanto persistir a falta de energia elétrica.

³ Ver Divertimentos (coluna). *Correio de Uberlândia*, 2 set. 1965, p. 2; *idem*, 13 out. 1966, p. 2; *idem*, 14 e 15 out. 1966, p. 2.

⁴ BARBOSA, Marialva. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 308.

veículo de comunicação, foram montadas em Uberlândia duas empresas de aparelhos de tevê: a Halley e a Morse.⁵

Mas antes da estreia da TV Triângulo foram necessários dois anos para colocar o canal no ar. Houve muitas tentativas e diversos adiamentos. A chegada da emissora foi anunciada pelo *Correio de Uberlândia* em 1962.⁶ No ano seguinte, o assunto voltou ao jornal, antecipando o oferecimento de programas para distintos tipos de público: “Futebol para o papai! Filmes de aventura para os meninos! Teatro para a mamãe! Música para todos! Tudo isso através da televisão. Aguarde lançamento para o dia 24”.⁷ Vale ressaltar que a cidade vizinha, Uberaba, contava com a retransmissão da TV Tupi desde 1962, porém o sinal não passava dos limites do município conhecido como a capital do zebu.⁸

A concessão da TV Triângulo (Canal 8) foi dada ao empresário da construção civil Edson Garcia Nunes, se bem que o trabalho político para obtenção da outorga foi feito por Adib Chueire, um comerciante e locutor uberlandense de origem libanesa que na época, era conhecido por ter bom trânsito na capital federal⁹, onde desenvolveu gestões junto ao governo João Goulart.

Superada a fase dos anúncios da inauguração da TV Triângulo, ela, finalmente, passou a transmitir uma programação diária para os telespectadores poucos meses após o golpe militar. O novo regime era destaque nas páginas do *Correio de Uberlândia*, que mostrava simpatia e concordância com os rumos que se pretendia impor ao Brasil. No caso da tevê, como os *scripts* usados nesse período não foram arquivados, não há como afirmar como a ditadura foi noticiada; só podemos contar com a memória dos entrevistados, e esses não se recordam disso.¹⁰ Por meio da grade de programas publicada na imprensa, nota-se que se reservava pouco espaço para o jornalismo no canal, pois boa parte do tempo era preenchida com entretenimento.

⁵ DÂNGELO, Newton. *Vozes da cidade: rádio e cultura popular urbana em Uberlândia - MG 1939/1970*. Uberlândia: Edufu, 2012, p. 21.

⁶ Emissora de rádio e televisão em Uberlândia ainda em 1962. *Correio de Uberlândia*, 27 mar.1962.

⁷ Anúncio publicitário. *Correio de Uberlândia*, 18 nov. 1962, capa.

⁸ Uberaba é tida como a capital mundial do gado zebu, uma raça que começou a chegar à cidade no século XIX.

⁹ Segundo o funcionário Edson Domingos e o ex-funcionário Umbertino Gonçalves, Adib Chueiretrabalhou na TV como noticiário durante um curto período, menos de um ano. DOMINGOS, Edson. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 11 mar. 2019; GONÇALVES, Umbertino. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 5 abr. 2019.

¹⁰ *Script* é o texto lido pelos apresentadores.

A programação começava às 16 horas e terminava entre 22 horas e meia-noite. O primeiro telejornal se intitulou “A Marcha do Mundo”, apresentado por Dantas Ruas e Danúbio José. Os dois ficavam sentados em banquinhos altos, como esses de botecos, com uma cortina ao fundo fazendo a vez do cenário. Também veiculava alguns boletins que recebiam o nome do patrocinador, procedimento muito comum na TV Triângulo, que exibia, por exemplo, o “Repórter Chevrolet”. Em 1967, Orlei Moreira foi contratado para trabalhar na rádio que pertencia a Edson Garcia Nunes, e em seguida o transferiram para a televisão, onde viria a substituir os apresentadores citados e se tornaria diretor de jornalismo. Foi nesse cargo que permaneceu até sair da empresa nos anos 1990.¹¹

Orlei serviu o Exército em Brasília, em 1966, no Batalhão da Guarda Presidencial, em plena ditadura. Na opinião dele, tal fato o ajudou a lidar com os censores que foram colocados na tevê em fins da década de 1970, seja em Uberlândia, seja no escritório inaugurado alguns anos depois em Uberaba: “eu, como já era mais ou menos esperto, porque eu tinha vindo do Exército de Brasília, há pouco tempo, e lá eu acompanhei algumas coisas meio graves, em termos institucionais, então eu já sabia como o Exército funcionava e ele [o censor] sabia que eu sabia. Isso ajudou muito no relacionamento nosso”.¹² O que Orlei fazia, no fundo, era uma autocensura¹³, como ele próprio admite, por sinal o mesmo comportamento revelado por diversos entrevistados ao longo desta tese, algo que está no foco deste estudo.

Nessa linha, esta pesquisa parte de algumas indagações norteadoras. De que forma a ditadura manteve a vigilância sobre a TV Triângulo? Qual o seu impacto? Quais foram os seus efeitos? Até que ponto a autocensura não se converteu numa prática corrente? Mais ainda, em que medida a existência da censura não funcionou como um álibi para a justificação – mesmo que *a posteriori* – de uma postura no mínimo pragmática de convivência harmoniosa com o regime instaurado?

Conforme discuto neste trabalho, pude observar, por meio dos entrevistados, profissionais que estiveram ligados à tevê durante a ditadura (1964-1985), que eles se moldaram às orientações, imposições e determinações do regime. Sob uma atmosfera política marcada pela cultura do medo, assistiu-se a uma espécie de autopolicamento ou

¹¹ Cf. MOREIRA, Orlei. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 25 out. 2018.

¹² *Idem*.

¹³ A autocensura era uma prática recorrente de muitos que viveram nesse período. Era, em certa medida, uma forma de se proteger da violência do regime vigente.

autocensura para prevenir situações que acarretassem dissabores e punições. Não excluo, contudo, a hipótese – que vai além do teor explícito das entrevistas – de que tenha havido igualmente uma adesão ativa aos valores políticos e ideológicos que então imperavam. Afinal, ao recontarem hoje suas histórias e a história da TV Triângulo, os entrevistados lançam-se, inescapavelmente, numa operação de reconstrução da memória.¹⁴

Não percamos de vista que, ao adentrarmos nos meandros da memória, percorremos caminhos repletos de acidentes. Como observa Raphael Samuel,

A memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Tem, estampadas, as paixões dominantes em seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual.

Do outro lado do divisor, a história implica uma série de rasuras, emendas e amálgamas [...] Por outro lado, a história fragmenta e divide o que no original pode ter-se apresentado como inteiro, abstraindo aqui um pequeno detalhe descritivo, lá uma cena memorável. Por outro lado a história compõe. Integra o que no original pode ser divergente, [...]. E cria uma narrativa consecutiva a partir de fragmentos, impondo ordem no caos e produzindo imagens muito mais claras do que qualquer realidade poderia ser.¹⁵

Convém repisar que, ao nos embrenharmos pelos cantos da memória, torna-se necessário desenvolver um esforço para detectar o que eventualmente interessa ao entrevistado ressaltar ou omitir. Seguindo o pensamento de Halbwachs, cada indivíduo faz parte de vários grupos, participa de diversos movimentos sociais e suas impressões sobre determinados assuntos guardam relação, de uma forma ou de outra, com um lugar específico (no caso desta pesquisa), a TV Triângulo, de Uberlândia, no Brasil pós-1964. E mais: “se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior,

¹⁴ Isso se associa, consciente ao inconscientemente, a um dos muitos desafios próprios da história oral, se levarmos em conta que uma entrevista, ao remontar ao passado, é atravessada por múltiplas temporalidades, como afirma DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 18. Ver ainda PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

¹⁵ SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*, n. 14, São Paulo, fev. 1997, p. 44 e 45.

como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias”.¹⁶

Faz-se necessário ainda salientar que, apesar de que possa existir de comum nas lembranças de duas ou mais pessoas, elas nunca são plenamente coincidentes. Nas palavras de Alessandro Portelli, “a memória é um processo individual que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais”.¹⁷ Isso, aliás, fica claro ao comparar as entrevistas de quem trabalhou no mesmo período na TV Triângulo, quando questionados sobre o mesmo fato.

Por me deparar com algumas divergências de recordações sobre um determinado episódio, confrontei os depoimentos de ex-funcionários com outras entrevistas e com documentos da época. Um dos problemas encontrados foi a falta de fontes impressas, por terem desaparecido ao longo do tempo, como os *scripts* dos telejornais antigos. Também houve dificuldade em acessar determinadas edições do *Correio de Uberlândia* devido à má conservação de parte do seu acervo e à falta de interesse do poder público em investir em restauração.

Outro complicador se deve ao foco da pesquisa estar ambientado nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Os entrevistados participantes deste estudo viveram situações relatadas ao longo deste trabalho experienciadas há cerca de 40 anos, alguns há mais de meio século. O fator tempo pode ter contribuído para que a memória dessas pessoas fosse influenciada pela recordação de colegas que trabalharam juntos na emissora. Seguindo a ótica de Alistair Thomson, é preciso explorar a relação entre as recordações pessoais e memória coletiva, entre memória e identidade e entre entrevistador e entrevistado.¹⁸

Ainda sob a perspectiva do autor, a memória gira em torno da relação passado-presente e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas, em função dos relatos públicos sobre o passado. É preciso levar

¹⁶ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 25.

¹⁷ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, v. 15, São Paulo, 1997, p. 16.

¹⁸ Cf. THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. *Projeto História*, v. 15, São Paulo, 1997, p. 54.

em conta quais as lembranças serão escolhidas para se recordar e se relatar e quais os sentidos são dados a esses pensamentos que podem mudar com o passar do tempo.

Essa foi uma realidade com que me deparei com um dos entrevistados. O ex-radialista Ademir Reis disse não se lembrar de uma briga envolvendo a venda da emissora no início dos anos 1970.¹⁹ Ele desconversou sobre algo que consta no estudo de outra pesquisadora e foi confirmado por outro ex-funcionário. Apesar disso procurei encontrar sentido no que foi revelado e no que não foi falado, como no caso do ex-funcionário Edson Domingos, que ficou na empresa por 56 anos, deixando a emissora em dezembro de 2020. Ele prefere não tocar em alguns assuntos, embora seu olhar diga muito.²⁰

As entrevistas realizadas com jornalistas e prestadores de serviços do Canal 8 foram fundamentais para a compreensão do contexto²¹ e do modo como as “recomendações” e até o silenciamento operavam. Nessa perspectiva, recorri ao historiador Robert Darnton, atento em suas investigações para o que está além do dito.²² Ele reforça a necessidade do pesquisador ter um senso de percepção sobre o escrito e o omitido ou preservado em certas instâncias de interesse o que implica um trabalho de arqueólogo do texto ao buscar rastros mais ou menos apagados no meio do caminho. Em poucas palavras, trata-se, por vezes, de analisar “o documento onde ele é mais opaco”.²³ Para tanto é necessário se valer de diversas ferramentas, que incluem entrevistas, uma grande variedade de documentos, notas esparsas de livros, periódicos e daí por diante.

Um dos desafios adicionais do pesquisador é estimular o entrevistado a se deixar levar, o mais livremente possível, pelas lembranças. Isso nos faz acreditar, assim como a Etienne François, que história oral envolve uma confluência multidisciplinar, tal como uma encruzilhada de caminhos: “é um ponto de contato e intercâmbio entre a história e

¹⁹ Cf. REIS, Ademir Torido. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 8 mar. 2019.

²⁰ Cf. DOMINGOS, Edson, *op. cit.*

²¹ Como frisa Paul Thompson, “a evidência oral, por assumir a forma de histórias de vida, traz à tona um dilema subjacente a toda interpretação histórica. A vida individual é o veículo concreto da experiência histórica. THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 302.

²² Ver DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da cultura francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

²³ *Idem, ibidem*, p. XV.

as demais ciências sociais e do comportamento, especialmente com a antropologia, a sociologia e a psicologia”.²⁴

Essa multidisciplinaridade pode ajudar o pesquisador a entender onde há interesse pessoal, o não comprometimento, lapso de memória, fatores que contribuem para a resistência como a que encontrei em alguns ex-funcionários que, apesar de aceitarem participar deste trabalho, preferiram amenizar uns tantos episódios que costumam contar quando não estão sendo gravados. É como se tivessem um discurso pronto para a entrevista e outro em uma conversa informal, algo, de resto, muito comum em situações em que se enfocaram assuntos considerados “delicados”.

Paralelamente, a maioria das pessoas envolvidas apresentou dificuldade quanto a datas: boa parte disse se lembrar desse ou daquele fato, mas não do ano em que ele ocorreu. Com bastante frequência, algumas dessas informações perdidas na memória dos entrevistados precisaram ser esclarecidas por intermédio de documentos. Por isso, conforme já advertiu Raphael Samuel, a história oral não pode barrar o movimento de ida aos documentos escritos; antes, estes devem ser mobilizados para comporem com ela um panorama mais amplo do passado.²⁵

Ressalto que o teor das entrevistas talvez apresentasse algumas diferenças se tivessem ocorrido em outra época, como, por exemplo, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, período em que foi instalada a Comissão Nacional da Verdade (CNV).²⁶ Afinal, vivemos, atualmente, em um momento histórico em que não há tanto constrangimento em se defender o que deveria fazer parte de uma mácula do nosso passado.

Devido ao fato de estarmos sob um governo federal presidido por um ex-capitão do Exército, defensor de notórios torturadores como Carlos Brilhante Ustra, isso pode ter influenciado os entrevistados desta pesquisa quanto às respostas sobre alguns assuntos a respeito dos quais, anteriormente, talvez fossem mais comedidos, como no enaltecimento ao político da terra Rondon Pacheco. O ex-ministro do ditador-presidente Costa e Silva,

²⁴ FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, s./a., p. 19.

²⁵ Ver SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19, São Paulo, set. 1989-fev. 1990.

²⁶ A CNV foi criada pela Lei 12528/2011. O objetivo era apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. Informação disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

que participou da instauração do AI-5, o ato institucional mais duro da ditadura militar, é uma figura que passou a ser revista após o governo de Jair Bolsonaro. É a memória se articulando com o momento histórico, evidenciando que não somos imunes à passagem do tempo.

Ao trabalharmos com narrativas, lidamos com histórias, lembranças de pessoas, no caso dos entrevistados desta tese, todos acima de 60 anos, o que no Brasil os situa na “terceira idade”. Ecléa Bosí, ao enveredar pelos caminhos da memória nessa faixa etária, diz que esses cidadãos nos trazem, através de suas lembranças, uma contribuição para a transmissão de tradições, de mitos e de toda espécie de conhecimento que foi acumulado.²⁷

Por intermédio de suas memórias e pela oportunidade de recontá-las, percebe-se toda uma satisfação ao mostrarem pertencimento, por terem contribuído para o desenvolvimento do lugar por onde passaram, como o local de trabalho onde permaneceram muitas horas do seu dia, por anos. As entrevistas com essas pessoas foram, para mim, em muitos momentos, uma oportunidade de conhecer mais sobre o período estudado, entender a forma de pensar de quem pertencia à TV Triângulo e vivia na sociedade uberlandense e região.

Por trabalhar em televisão há mais de 20 anos e por ter familiaridade com a linguagem técnica utilizada por muitos dos personagens entrevistados, isso pode haver ajudado a se sentirem mais à vontade para se expressarem sem se preocupar em substituir palavras por termos mais comuns para quem não é da área. Reforço que, no início dos questionamentos, pairava no ar certa desconfiança, por parte de alguns, ao tentarem buscar entender qual era o real objetivo desta pesquisa, se a entrevistadora queria ouvir coisas positivas, negativas ou a versão que eles desejavam contar. Felizmente, essa barreira foi superada, de imediato, pela maioria das pessoas.²⁸

Apesar da importância dos depoimentos para a construção desta tese, foi preciso voltar o olhar para aquela época não só em nível regional, como estadual e nacional. Por isso impôs-se também recontar, ainda que por alto, como era Uberlândia quando o golpe foi deflagrado. As entrevistas ajudaram a entender o contexto, junto com a pesquisa feita

²⁷ Ver BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979, p. 16 e 19.

²⁸ Sobre questões dessa natureza, ver PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, v. 14. São Paulo, 1997, p. 8.

nos arquivos do Arquivo Público Municipal, onde encontrei histórias sobre a TV Triângulo nas páginas do principal jornal da cidade daquele período, o *Correio de Uberlândia*. Na Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia e na Biblioteca Municipal tive acesso a livros relevantes para o trabalho. Também me vali do Centro de Documentação da TV Integração (Cedoc) à procura de material, fruto de reportagens e de gravações com políticos como Rondon Pacheco. Servi-me, complementarmente, de *sites* variados para colher outros subsídios à investigação realizada.

A tese se desdobra em três capítulos. No primeiro, começo por me referir ao advento da televisão e por tentar apreender certas ligações históricas que vincularam, em particular, o rádio e a tevê a determinadas experiências políticas ditatoriais. Ao adentrar no Brasil pós-golpe de 1964, analiso as relações estabelecidas entre empresários e militares com o meio jornalístico. Isso me levou a examinar como se dava a convivência com profissionais que cobriam assuntos relacionados ao governo e à economia e com os donos de veículos de comunicação. Nessa perspectiva, um ponto fundamental é que não encaro os jornalistas e as empresas de notícia e entretenimento como se eles se constituíssem em simples “vítimas” da ação ditatorial. Assim como muitos profissionais do setor colaram sua existência, voluntariamente, aos ditames do regime militar, empresários da área de comunicação também se beneficiaram da situação reinante. Noutras palavras, se em relação aos órgãos de imprensa, a ditadura, com a sua mão de ferro, desencadeou a censura e inúmeras formas de práticas repressivas dentro e fora das redações, para os donos das empresas jornalísticas ela teve seu lado “vantajoso”. A maneira como isso ocorreu na TV Triângulo, tanto em Uberlândia com no escritório em Uberaba, é assunto deste estudo.

No segundo capítulo, busco, de início, detalhar, mais especificamente, o funcionamento e as relações da TV Triângulo com o regime militar nas décadas de 1960 e 1970, marcados pela transição entre a tevê regional (com a programação independente do antigo Canal 8) e a tevê em rede (a partir da sua afiliação, em 1970, à Rede Globo). Evidencio, então, entre outras coisas, como a emissora uberlandense se tornou um meio privilegiado para divulgar ideias de políticos da região, como Rondon Pacheco, governador biônico em Minas Gerais, e Homero Santos, deputado federal. Ressalto ainda como a TV Triângulo resolveu se incorporar ao movimento separatista em favor da criação do estado do Triângulo, que se desligaria de Minas Gerais. Paralelamente, em rápidas pinceladas, o capítulo incursiona por alguns momentos “incômodos” da história

política local. Na contramão da TV Triângulo, que sempre teve simpatia pelos políticos da direita, Uberlândia chegou a ganhar destaque na mídia nacional por agrupar um pequeno grupo de “subversivos” que esboçaram tentativas de articular uma reação armada ao regime. Como o Canal 8 se posicionou diante disso, ou melhor, como silenciou que foi noticiado inclusive no *Correio de Uberlândia*, eis outra questão que merecerá atenção.

No terceiro e último capítulo são revisitados, por alto, momentos marcantes que apontaram para o fim da ditadura militar, correlacionando-os com a ação ou omissão dos meios de comunicação, incluída a TV Triângulo. É retomado, inicialmente, um fato que se constituiu num marco da caminhada que acabou resultando na “reabertura” política do país: a morte do diretor de jornalismo da TV Cultura, Vladimir Herzog, em 1975, nos porões da ditadura. Esse assassinato foi um estopim para uma série de manifestações pacíficas convocadas por sindicatos e estudantes, além de celebrações ecumênicas. Em meio a lutas por liberdades democráticas, no fim dessa década, vários movimentos grevistas foram deflagrados Brasil afora, principalmente no ABC paulista, sob o impacto do aumento da inflação e do arrocho salarial. Minas Gerais registrou protestos de professores violentamente reprimidos na capital e em algumas cidades como Uberlândia, onde a TV Triângulo dava pouco espaço no seu telejornal para esse tipo de assunto. Esse foi um período em que a emissora contava com estrita vigilância de censores, um em Uberlândia e outro em Uberaba. Como se deram os desdobramentos desses momentos críticos que acelerariam a agonia do regime e impulsionariam as Diretas Já corresponde à parte final do capítulo, que não perde de vista as tensões vividas pelos jornalistas, seja no país como um todo, seja, em particular, no Triângulo Mineiro.

1. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOB REGIMES DITATORIAIS

1.1 A caixa mágica

O século XX foi marcado por inovações tecnológicas que o transformaram no século de ouro na área da comunicação. Inventos permitiram levar a informação para um maior número de pessoas. Sob a ótica de Raymond Williams, o rádio e a televisão foram desenvolvidos para fazer transmissões em casas individuais ou com pouca concentração de gente.¹ Essa afirmação faz com o que o autor rechace expressões usadas por diversos estudiosos, ao se referirem ao público da televisão e do rádio com o termo “massa”.

“Massas” foi o novo termo oitocentista de desprezo para o que era anteriormente chamado de “turba”. A “massa” física da revolução urbana e industrial ajudou a consolidar a expressão. Uma nova consciência radical de classe adotou o termo para expressar o material das novas formações sociais: “organizações de massa”. O “encontro de massa” foi um efeito físico observável. Essa descrição era tão presente no século XX que múltiplas produções em série foram chamadas falsamente, mas de forma significativa, de “produções de massa”: a palavra “massa” passa, então, a significar grandes números (mas dentro de determinadas relações sociais assumidas), no lugar de qualquer agregado físico ou social.²

Na perspectiva do autor, a nomenclatura correta é radiodifusão. Ele ressalta que o único lugar em que o termo massivo pode ser usado é para se referir ao rádio no período da Alemanha nazista, onde, sob as ordens de Goebbels³, o partido do governo organizou grupos de audição pública obrigatória, com ouvintes nas ruas. O ministro utilizava o microfone como se fosse um megafone para fazer comícios organizados em Nuremberg. Ele, já em 1933, queria destruir a autonomia da imprensa. Além disso, Goebbels acreditava tanto no rádio a ponto de afirmar que esse meio de comunicação seria para o século XX o que a imprensa fora para o XIX.⁴

No mesmo período o Brasil era presidido por Getúlio Vargas. Ele também via no rádio um meio de propaganda eficiente que, ao longo da sua permanência no governo, foi passando por mudanças. A partir da implantação do “Estado Novo”, em 1937, a

¹ Cf. WILLIAMS, Raymond. *Televisão: tecnologia e forma cultural*. São Paulo- Belo Horizonte: Boitempo/ PUC Minas, 2016, p. 36.

² *Idem*.

³ Paul Joseph Goebbels foi ministro da Propaganda na Alemanha nazista entre 1933 e 1945.

⁴ Cf. BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 222.

radiodifusão, além de seguir o sistema produtivo, visando ao lucro, passou a contar com a pressão do Estado, principalmente por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, órgão criado em 27 de dezembro de 1939. Com ele foi possível organizar os setores de publicidade e propaganda do governo e melhorar a eficiência do serviço.

O exercício da hegemonia político-cultural supõe, obviamente, a existência de instituições ou aparelhos de hegemonia, e, no caso, o DIP, a partir de 1940, será um canal privilegiadíssimo através do qual se pode captar a dimensão material da dominação ideológica. A imposição de férrea censura, somada à autocensura, à propaganda subvencionada e à concessão de favores financeiros às empresas editoriais, tudo isso criaria uma situação de aparente “unanimidade nacional”.⁵

O DIP era responsável pela censura, além de cuidar da imagem do presidente, fazendo-o parecer um herói nacional. O departamento fazia a distribuição de verbas de publicidade oficial e de conteúdo que enviava para os veículos de comunicação.⁶ As notícias que interessavam ao governo chegavam a totalizar mais de 60% do espaço dos jornais. Para a eficiência desse trabalho, Lourival Fontes, diretor do órgão, contratava profissionais de destaque tanto do jornalismo quanto da literatura.⁷

O governo passou a utilizar o programa jornalístico “Hora do Brasil”⁸ para a divulgação dos atos oficiais. Na análise de Paranhos, “o rádio funcionava como a mais importante cabeça de ponte da máquina propagandística montada pelo ‘Estado Novo’”.⁹ Quem sabia utilizar bem esse veículo era o ministro do Trabalho, Marcondes Filho. Ele se aproveitava desse meio de comunicação para fazer a difusão dos feitos da administração pública e, notadamente, da ideologia do trabalhismo, uma vez que os índices de analfabetismo da época eram muito altos.¹⁰ Foi pela radiodifusão que o país

⁵ PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 104.

⁶ Vale ressaltar que, nessa época, os meios de comunicação eram constituídos basicamente por jornais e emissoras de rádio.

⁷ Cf. *idem*.

⁸ A “Hora do Brasil” era um noticiário radiofônico estatal, de difusão obrigatória para todo o território nacional. A transmissão ocorria de segunda a sexta-feira (exceto feriados) em todas as emissoras de rádio brasileiras. Com duração de uma hora, em horário nobre (período noturno). Criado por Getúlio Vargas em 1935, com o nome de “Programa Nacional”, mudou para “Hora do Brasil” em 1938 e, em 1971, virou “A Voz do Brasil”.

⁹ PARANHOS, Adalberto, *op. cit.*, p. 135.

¹⁰ Dados reproduzidos por Adalberto Paranhos revelam que na década de 1940 o analfabetismo chegava a 56,4% da população brasileira. Ver *idem, ibidem*, p. 134.

soube, no dia 10 de novembro de 1937, em rede nacional, sobre o golpe de Estado perpetrado por Getúlio Vargas, e foi por esse meio que, a partir de então, o governo passou a transmitir as comemorações de 1º de maio realizadas no Estádio de São Januário.¹¹

Já o governo alemão, mesmo apostando suas fichas no rádio, também se utilizava da televisão como forma de propaganda nazista. Em 1936, o país conseguiu transmitir a Olimpíada de Berlim para seis cidades germânicas, alcançando um público de quase 160 mil telespectadores. O interesse do Terceiro Reich era ter uma tecnologia tão eficaz que pudesse ser usada em um possível conflito bélico. Para isso, desde 1934, o governo alemão enviava aparelhos e equipe técnica para fazer demonstrações públicas de televisão em vários países, inclusive no Brasil.¹²

Os técnicos alemães chegaram ao nosso país em 1939. Eles participaram da Feira de Amostras, realizada no Rio de Janeiro. A principal atração era a exposição da televisão. O público, atraído pelos anúncios feitos nos jornais e rádios da época, compareceu para ver as imagens com chuviscos acompanhadas de sons exibidos pelos monitores. No evento foi montada uma versão simplificada de um estúdio com aparelho de gravação, microfone, projetor de luz e uma tela branca estendida do teto ao chão; ao lado foram colocados aparelhos receptores. Como explica Busetto, “a localização espacial da Exposição de Televisão permitia ao visitante que, tão logo adentrasse o pavilhão da Feira, tivesse saciado o seu desejo de conhecer “a maravilha do século”, “o milagre da comunicação”, ‘a caixa mágica’”.¹³ Esses foram alguns dos adjetivos usados pela imprensa para se referir à nova tecnologia, e isso despertava cada vez mais a curiosidade da população que tinha acesso livre ao evento, já que não era cobrado ingresso.

A grande divulgação e os artistas que se apresentaram na feira foram financiados por alguns empresários da mídia, como os responsáveis pelo jornal *O Globo* e pelas rádios Tupi e Nacional, cujos donos mantinham ou, pelo menos, procuravam assegurar boas relações com o governo Getúlio Vargas.¹⁴ Anos depois, dois deles se destacariam como

¹¹ Ver *idem, ibidem*, p. 135.

¹² Cf. BUSETTO, Áureo. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, São Paulo, dez. 2007, p. 179. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26305412>>. Acesso em 13 jan. 2019.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 183.

¹⁴ Apesar de Roberto Marinho tentar manter bom relacionamento com Getúlio Vargas, a concessão pelo Canal 4 do Rio de Janeiro, que havia sido dada pelo presidente Eurico Dutra em 1951, foi revogada por Vargas em 1953. Marinho só conseguiu a outorga em 1957 por meio do então presidente Juscelino Kubitschek. Ver COSTA, Edwaldo. *Meia culpa: O Globo e a ditadura militar*. Florianópolis: Insular, 2015, p. 84.

proprietários desse novo veículo de comunicação: Assis Chateaubriand e Roberto Marinho.

Durante 15 dias o público pôde conhecer um invento já em funcionamento nos Estados Unidos, na Alemanha, na União Soviética, na Inglaterra e na França. O evento foi organizado pelo Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, substituído em dezembro de 1939 pelo DIP. Já a parte técnica ficou por conta de uma equipe composta por funcionários do Ministério dos Correios da Alemanha e da indústria de aparelhos Telefunken.

Enquanto a feira ocorria, *O Globo* não se cansava de enaltecer o novo veículo: tratava a televisão como o início de uma nova fase de desenvolvimento cultural para o Brasil e chegou a se referir à exposição como um “marco do progresso brasileiro”. Segundo Busetto, o país teve acesso ao “milagre do século: a transmissão à distância de imagem e som, uma revolução digna do século XX”.¹⁵ As reportagens que se liam na imprensa se encaixavam no esquema de propaganda do “Estado Novo” e acabavam por ter duas funções: atrair o leitor interessado na novidade e agradar o governo de Vargas.

No momento em que a Alemanha buscava respaldo de aliados para uma possível guerra que estava por vir, os Estados Unidos também procuravam atrair mais países para o lado deles. Para isso ofereceram ao governo brasileiro a construção de uma siderúrgica, além do reaparelhamento das Forças Armadas, ofertas que encheram os olhos da administração pública e por isso facilitaram o apoio do Brasil aos norte-americanos.

Pode até parecer que a oferta alemã era pequena perto do “mimo” estadunidense, mas os integrantes do governo do Terceiro Reich entendiam que ter acesso e dominar o novo meio de comunicação poderia ajudar no poder de convencimento da população. A televisão poderia levar propagandas e mensagens favoráveis ao governo ditatorial instalado no país.

A partir da Feira de Amostras, alguns brasileiros se interessaram tanto pela nova mídia que se aventuraram em experiências um pouco antes da instalação da primeira emissora do país, a *TV Tupi*, em 1950. Na década de 1940, o Instituto Rádio Técnico Brasileiro e o Instituto Rádio Técnico Monitor, sediados em São Paulo, conhecidos por

¹⁵ Busetto, Áureo, *op. cit.*, p. 188.

oferecer cursos de rádio, cine sonoro e telegrafia Morse, passaram a disponibilizar aulas práticas para formação de técnicos em TV.

Mesmo sem passar por essa formação, um técnico em eletrônica, nascido em Leopoldina e morador de Juiz de Fora, Olavo Bastos Freire, se dedicou a experiências em transmissões de tevê. O acesso a esse tipo de tecnologia se deu por meio de publicações de uma revista norte-americana voltada para radioamadores. O jornalista Flávio Lins conta que, em entrevista feita com Freire, ele disse ter tido acesso ao periódico na oficina onde trabalhava. Por não dominar o idioma inglês, Freire utilizou um dicionário para montar um equipamento de transmissão.¹⁶ As primeiras experiências só previam o envio de imagens; para se ouvir o som era necessário utilizar o radiotransmissor. Somente em 1948 foi possível fazer uma adaptação e mudar essa situação:

Eu coloquei um receptor lá no fundo do quintal dele e o transmissor ficou ali... A câmera ficou na janela da minha oficina no 373 e eu focalizando o bonde passando ali, o pessoal passando na Rua Marechal... e ele foi ver a imagem lá no fundo, né? Foi a primeira transmissão que eu fiz de televisão em circuito aberto; circuito aberto é quando a imagem é irradiada por ondas hertzianas, porque tem o circuito fechado que eu vou explicar pra você. Em circuito fechado, a câmera é ligada ao transmissor por um cabo, chamado cabo coaxial, então o sinal vai com aquele cabo. Sem o cabo eu não tenho imagem. [...]. Até chamei o Ademar lá, ele viu, ele foi o primeiro a ver a transmissão a distância, uma distância pequena, 10m, 20m, até o fundo do quintal []. Depois eu comecei a fazer experiências em distâncias cada vez maiores.¹⁷

A primeira experiência pública foi registrada pelo *Diário da Tarde*, de Juiz de Fora, no dia 28 de setembro de 1948: “Juiz de Fora, pioneira da televisão no Brasil com o magnífico êxito nas experiências realizadas hoje pela manhã onde estavam presentes altas autoridades civis e militares”.¹⁸ O evento foi no Clube Juiz de Fora onde, os convidados foram televisionados.¹⁹ Porém, Olavo Freire, ainda hoje, é pouco conhecido no cenário nacional pelo seu feito. Apesar das diversas experiências, o sinal de televisão

¹⁶ Ver LINS, Flávio. 1948: o pioneirismo da TV em Juiz de Fora. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 1, n. 2, dez. 2012, São Paulo, p. 41. Disponível em <<https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/3927>>. Acesso em 13 jan. 2019.

¹⁷ FREIRE, Olavo Bastos *apud* LINS, Flávio, *op. cit.*, p. 42.

¹⁸ Cf. LINS, Flávio, *op. cit.*, p. 42.

¹⁹ O engenheiro Víctor Purri Neto estava entre os que assistiram às transmissões e se encantou com a “caixa mágica”. Ele passou a se dedicar aos estudos sobre televisão e, anos mais tarde, foi considerado um dos técnicos mais capacitados do Brasil, ficando encarregado de levar o sinal e cuidar da instalação, sem ajuda de profissionais americanos, da terceira emissora de tevê no país, a Itacolomi de Belo Horizonte. Nessa emissora exerceu a função de superintendente. Cf. *idem, ibidem*.

comercial só chegou a Juiz de Fora em 1955, após a inauguração da TV Rio, por causa da localização da antena.²⁰ A topografia da cidade, com muitos morros, era um dos fatores que dificultavam as transmissões. Sem muitas perspectivas na Manchester mineira, Freire se mudou para o Rio de Janeiro no final de 1950, onde passou a trabalhar como técnico de aparelhos de tevê da marca Admiral. Ele era um dos poucos profissionais do país com conhecimento do novo veículo de comunicação.

Somente dois anos após a experiência pública da transmissão do sinal de televisão em Juiz de Fora, uma emissora foi instalada, oficialmente, no Brasil. O jornalista e advogado Assis Chateaubriand montou, em São Paulo, o primeiro estúdio para levar o sinal da Tupi. Os experimentos começaram em 1946, financiados por quatro grandes empresas da época: Companhia Antarctica Paulista, a Sul América Seguros de Vida, o Moinho Santista e a Organização Francisco Pignatari. Assim nasceu a tevê: mesmo passando por muitas mudanças na linguagem e na tecnologia, a relação de dependência com a publicidade para sobreviver não mudou.

No final dos anos 1950, o Brasil contava com seis canais de televisão. Nessa época, os meios de comunicação – inseridos em uma ainda incipiente indústria cultural²¹ brasileira, que iria se fortalecer notadamente no início dos anos 1960 –, se definia sobretudo nos eixos dos sistemas econômicos de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas, ainda na década seguinte, os televisores não eram aparelhos comuns na maioria dos lares brasileiros. Apesar do aumento nas vendas do eletrodoméstico, ocorreu a popularização dos “televizinhos”, pessoas com televisão em casa que recebiam visitas, principalmente de vizinhos, que iam embora somente quando terminava o programa preferido.

Os primeiros anos da tevê brasileira foram marcados pela improvisação e por ser pouco acessível à boa parcela da população devido ao alto custo dos aparelhos. Mesmo assim, ela foi capaz de, logo no início, se tornar atraente ao mercado publicitário, uma

²⁰ Independentemente da cidade pertencer ao estado de Minas Gerais, ela sempre teve uma forte ligação com o Rio de Janeiro.

²¹ O termo indústria cultural foi usado originalmente pelos filósofos alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer. Nos anos de 1930 eles assumiram a direção da Escola de Frankfurt e lhe imprimiram um novo rumo. Foi a primeira instituição de pesquisa do país a assumir a influência marxista. Os estudos iniciais tinham por objeto a economia capitalista e a história do movimento operário. Os filósofos se voltaram para o estudo do cinema, do rádio e das revistas. Para eles, as produções culturais se utilizavam da mesma racionalidade técnica e do mesmo esquema de organização e de planejamento administrativo que a produção de automóveis. Cf. MATTELART, Armand e Michèle, *História das teorias de comunicação*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2004, p. 74.

vocação desse veículo de comunicação, conforme dizia Chateaubriand desde os primeiros dias da Tupi. Ele garantia ter nas mãos uma “máquina” capaz de influenciar a opinião pública.²²

Em 1958 a televisão concentrava 8% das verbas destinadas à divulgação de produtos, o rádio ficava com 22% e os jornais, com 44%. Quatro anos depois as emissoras de tevê passaram a receber 24% do total do dinheiro da propaganda. Chegava a ser difícil conseguir um espaço neles que não estivesse patrocinado.²³ Esse interesse da publicidade pela televisão fez com que o público dos anos 1960 se transformasse em índice de audiência. O telespectador passou a ser um número aferido a partir da quantidade dos que estavam à frente dos aparelhos de tevê, e esse percentual começou a ter um valor comercial.

Nessa mesma década surgiram a TV Excelsior, em julho de 1960, e a TV Globo, em abril de 1965. Elas passaram a ser alternativas às principais concorrentes da época: a TV Tupi, a TV Record e a TV Rio. A Excelsior foi considerada a primeira a ser administrada com uma visão estritamente empresarial.²⁴ Havia uma organização de horários e programas com intervalos determinados e reservados à publicidade. Conforme Bergamo, a tevê do grupo Simonsen, que realizou o primeiro festival de música popular brasileira e produziu a primeira telenovela diária, introduziu os princípios de horizontalidade e de verticalidade: “em 1963, passou a combinar uma programação vertical (diferentes programas em um mesmo dia) com uma horizontal (um mesmo programa exibido todos os dias no mesmo horário)”.²⁵

Essa estrutura de organização (horizontal e vertical) era algo que os Estados Unidos e a Inglaterra já adotavam e foi alvo de análise de Raymond Williams. Para o

²² Cf. BARBOSA, Marialva Carlos. Imaginação televisual e os primórdios da tv no Brasil. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marco (orgs.). *História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 19.

²³ Cf. ALMEIDA, Claudio Aguiar. Cultura e sociedade no Brasil (1940-1968). São Paulo: Atual, 1997, p. 73 e 74, *apud* NAPOLITANO, Marcos. A MPB na era da TV. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marco (orgs.), *op. cit.*, p. 85.

²⁴ A TV Excelsior teve vida curta. Um dos fatores foi ter se posicionado contra o golpe de 1964. Em 1970 o presidente Emílio Garrastazu Médici assinou o decreto de cassação do registro da emissora. Ver AMORIM, Edgar Ribeiro. TV Excelsior: aspectos históricos. In: MOYA, Álvaro (org.). *Glória in Excelsior: ascensão, apogeu e queda do maior sucesso da televisão brasileira*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010, p. 256.

²⁵ BERGAMO, Alexandre. *A reconfiguração do público*. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marco (orgs.), *op. cit.*, p. 64.

filósofo e sociólogo, a televisão não poderia ser analisada separando um programa do outro da grade; ela precisa ser vista como um todo.

Os intervalos entre as unidades de programa eram lugares óbvios para a inclusão de publicidade. Na televisão comercial britânica, houve um esforço específico e formal para que os programas não fossem interrompidos por comerciais, que poderiam ser exibidos somente nos “intervalos naturais”: entre os movimentos de uma sinfonia ou entre os atos de Hamlet, como o porta-voz do governo disse na Câmara dos Lordes! Na prática, isso nunca foi cumprido e nunca se pretendeu que fosse. O “momento natural” tornou-se qualquer momento em que a inserção comercial fosse conveniente. Noticiários, peças e mesmo filmes que haviam sido exibidos no cinema como performances específicas e completas começaram a ser interrompidos por comerciais. Na televisão norte-americana, esse desenvolvimento foi diferente; os programas patrocinados incorporaram o comercial desde o início, na concepção, como parte de todo o pacote. Mas agora é óbvio que, tanto na televisão comercial britânica como na norte-americana, a noção de interrupção, ainda que tenha força residual advinda de um modelo mais antigo, tornou-se inadequada. O que está sendo exibido não é, nos antigos termos, uma programação de unidades separadas com inserções específicas, mas um fluxo planejado, em que a verdadeira série não é a sequência publicada de programas, mas essa sequência transformada pela inclusão de outro tipo de sequência, de modo que essas sequências juntas compõem o fluxo real, a real “radiodifusão”.²⁶

As televisões também acrescentaram à sua grade as chamadas de programas que eram exibidos mais tarde ou durante a semana, uma forma de prender o espectador, de fazê-lo ficar interessado no próximo produto. Para isso, como estratégia, muitas vezes esses anúncios eram feitos na linguagem do *trailer* de cinema, que tem uma edição mais dinâmica e atraente.

No período em que Raymond Williams escreveu o livro sobre televisão, o telespectador tinha dificuldades de desligar o aparelho de tevê. Ele funcionava para que o público, sob a ótica de Williams, assistisse a um programa e acabasse ficando para o próximo, e isso era estimulado pelo modo como o fluxo era organizado. Uma estratégia interessante, por exemplo, para a ditadura, que, dessa forma, poderia manter o brasileiro

²⁶ WILLIAMS, Raymond, *op. cit.*, p. 100.

ligado em uma programação de entretenimento e informação com conteúdo útil ao regime.²⁷

Enquanto a tevê se desenvolveu na sua primeira década, o cenário político no país era conturbado pelas crises que se sucediam. Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República em 1956. Ele tinha um governo cuja ideologia era desenvolvimentista. Como assinala o jornalista Daniel Herz, durante a administração do mineiro de Diamantina, as empresas transnacionais passaram a reforçar, nos países periféricos, seus interesses vinculados à produção industrial. Isso gerou uma dinâmica de mercado de consumo, com a publicidade tendo uma função cada vez mais importante. Ele observa que, “além do papel econômico, o capital estrangeiro também cumpria uma função política: não só fazia a defesa da manutenção do modo de produção capitalista no Brasil como também reivindicava uma via de desenvolvimento econômico que atendesse aos seus interesses mais imediatos”.²⁸

Essa abertura ao mercado externo chamou a atenção de donos de veículos de comunicação dos Estados Unidos. Enquanto a década de 1950 foi, para a televisão no Brasil, um período de expansão e desenvolvimento, o mercado doméstico estadunidense chegava ao seu auge.²⁹ O número de estações de televisão tinha passado de 17 para 48, e as vendas de aparelhos cresciam mais de 500 por cento.³⁰ Pelo levantamento feito por Briggs e Burke, “em fevereiro de 1955, havia 36 milhões de televisores nos Estados Unidos, e somente 4,8 milhões em toda a Europa, sendo que 4,5 milhões estavam na Grã-Bretanha”.³¹ Todo esse avanço fez com que empresários resolvessem expandir seus negócios para outros territórios.

²⁷ Essa realidade tem mudado com o surgimento de novas tecnologias como a Internet, que hoje é acessada inclusive enquanto a pessoa assiste a televisão, conforme pesquisa feita pelo Centro de Pesquisa e Opinião do Triângulo, o Cepot, em novembro de 2018.

²⁸ HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1987, p. 89.

²⁹ No início dos anos 1950, o aprimoramento da tecnologia permitiu a consolidação das redes nacionais e os aparelhos de televisão já estavam presentes em 60% dos lares estadunidenses. Nessa época, havia quatro redes nos Estados Unidos: National Broadcasting Company (NBC), DuMont, American Broadcasting Company (ABC) e Columbia Broadcasting System (CBS). Na metade do século XX a CBS já contava com afiliadas em Havana, na cidade do México, em Porto Rico e em 20 cidades canadenses. Cf. BRIGGS, Asa e BURKE, Peter, *op. cit.*, p. 244.

³⁰ Cf. SQUIRRA, Sebastião. *O século dourado: a comunicação eletrônica nos Estados Unidos*. São Paulo: Summus, 1995, p. 24.

³¹ BRIGGS, Asa e BURKE, Peter, *op. cit.*, p. 244. Os autores relatam também que, na Grã-Bretanha, todos os transmissores e receptores tinham de ser licenciados pelos Correios, conforme uma lei de 1904. Em 1922 formou-se um consórcio de fabricantes com o nome de British Broadcasting Company, (BBC), que proferia programas sob os termos acordados com os Correios e o governo. As bases para esse acordo foram a concessão de monopólio para a empresa e a decisão de financiar a radiodifusão por meio da venda de licenças para receptores. No pós-guerra, a BBC operava no país, mas apresentava um crescimento tímido:

Grupos como a CBS, dos Estados Unidos, começaram a investir em outras nações. Eles passaram a ter afiliadas fora do seu país de origem. Esse capital estrangeiro entrou no Brasil por meio da publicidade e de agências publicitárias. Em um segundo momento, vários empresários da área da comunicação foram procurados por representantes de corporações estrangeiras, apesar do artigo 160 da Constituição Federal proibir parcerias.³² A denúncia foi feita pelo então deputado federal João Calmon, que também era diretor da TV Tupi. Um dos conglomerados procurados para se associar à criação de uma rede de emissoras de rádio e televisão pela Time-Life³³ foi *O Estado de S. Paulo*, mas o empresário Júlio de Mesquita Filho não aceitou o convite. Diante da negativa, a corporação estadunidense partiu para o Rio de Janeiro, onde encontrou um magnata mais aberto à negociação, como veremos mais adiante.³⁴

Em janeiro de 1966, empresários da comunicação no Brasil, cansados de ver a influência dos grupos estadunidenses em nossas terras, lançaram um “manifesto à nação”. O documento foi assinado por donos de treze jornais, pelo Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Estado de São Paulo, pela Associação das Emissoras de São Paulo e pelo Sindicato das Empresas de Radiodifusão de São Paulo.³⁵ Ele denunciava a infiltração de capitais estrangeiros na indústria jornalística nacional, na exploração das concessões de rádio e televisão e também na administração de jornais, revistas e empresas de radiodifusão por meio de estrangeiros ou dos chamados “testas de ferro”.

O manifesto também abordou a omissão dos políticos em tomar uma atitude quanto a essa invasão. Na visão de Herz, o documento deixou claro que não estavam recusando a participação de capitais estrangeiros no desenvolvimento da economia brasileira. Porém, insistia na importância de se observar a lei que restringia o controle da imprensa e da radiodifusão, apenas a capitais nacionais, devendo tais empresas ser

eram tempos de austeridade. A televisão só atingiu um milhão de licenças no final de 1951. No Japão a televisão teve início em 1953 por meio da NHK, ano em que foi inaugurada uma outra emissora, a primeira com vocação comercial. “Cinco anos depois, um casamento real japonês teve impacto tão grande para os telespectadores quanto haviam sido as bodas reais britânicas: um milhão de aparelhos foram vendidos”. *Idem, ibidem*, p. 245.

³² A Constituição Federal de 1946 estabelecia no seu artigo 160: “É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como as de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas Jurídicas, excetuados os Partidos Políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, nº s I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10613660/artigo-160-da-constituicao-federal-de-18-de-setembro-de-1946>>. Acesso em 9 dez. 2017.

³³ *Time-Life* é um grupo estadunidense fundado em 1961.

³⁴ Cf. HERZ, Daniel, *op. cit.*, p. 93.

³⁵ Ver *idem, ibidem*, p. 156.

administradas exclusivamente por brasileiros. O texto dizia ainda que o objetivo era assegurar à imprensa a legitimidade do seu papel de “reflexo” da opinião pública nacional e terminava com uma advertência quanto à responsabilidade do governo perante a indiferença mostrada diante da invasão de estrangeiros na mídia nacional. Chamava à responsabilidade o presidente da República, do Congresso Nacional e do Conselho Nacional de Telecomunicações para que não permitissem a continuidade de tais contravenções legais.

Enquanto essas acusações eram feitas, a *Globo* se estruturava. Logo após a inauguração do canal, em 26 de abril de 1965 Roberto Marinho trouxe dos Estados Unidos alguns profissionais para comandarem a parte administrativa, de produção e de programação. O setor financeiro foi assumido por Joe Wallach, executivo do grupo Time-Life, e para a direção geral foi nomeado Walter Clark, que contratou José de Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, que viria a se tornar um dos mais destacados personagens da história da emissora. Os dois trabalharam juntos na TV Rio e agora, unidos novamente, passaram a modificar a grade de programação da Globo, seguindo os passos da TV Excelsior. A dupla decidiu colocar um noticiário, o “Jornal Nacional”, em horário considerado nobre para a televisão e deixa-lo entre duas novelas. Além disso, segundo Ribeiro e Sacramento, “também foi obra desses executivos a estruturação do núcleo de novelas da TV Globo e a criação de diversos programas de grande sucesso, como o ‘Fantástico’ e o ‘Globo Repórter’, ambos de 1973, já frutos de uma desejada televisão nacional de qualidade. As mudanças propostas por eles levaram a TV Globo ao primeiro lugar de audiência e foram, aos poucos, consolidando a sua liderança absoluta”.³⁶

A TV Globo foi uma das primeiras a focar prioritariamente no mercado. Para isso criou departamentos como o de *marketing*. Passou a se preocupar com planejamento em longo prazo em busca de audiência e, principalmente, das verbas de publicidade. Com sua liderança, ficou livre para impor um padrão de produção, de linguagem e de tecnologia. Conforme a análise de Herz, “a Rede Globo constituiu-se num canal privilegiado de penetração do que há de mais moderno na produção de televisão do mundo ocidental, importando tecnologia sofisticada. Mas também produziu uma ‘tecnologia nacional’ compatível com o modelo de desenvolvimento ‘modernizante-

³⁶ RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor. A renovação estética da TV. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marco (orgs.), *op. cit.*, p. 112.

conservador’ que o país passou a viver”.³⁷ Ainda segundo o jornalista gaúcho, o sucesso foi antes de tudo um bom resultado comercial, e isso provocou o reordenamento do mercado publicitário, o que se refletiu em outros veículos de comunicação.

A emissora, ao entrar em funcionamento, seguiu, na verdade, um modelo mais tradicional de produção do que a TV Excelsior. Procurou focar em um público que, naquele momento, já tinha condições de adquirir um aparelho de televisão. Para Ribeiro e Sacramento, “com essa proposta, investiu numa dramaturgia tradicional e contratou diversos ‘animadores de auditório’ – como eram conhecidos os apresentadores dos programas de variedades. Mas, apesar da ênfase numa programação popular, a Globo não abandonou o formato do teleteatro, característico da ‘televisão artística’ ou de elite dos anos 1950 – período em que a ‘TV de Vanguarda’ se mitificou como a sua síntese”.³⁸

A estreia da TV Globo ocorreu em 1965: três anos antes, em 1962, o canal carioca havia fechado uma parceria com o grupo Time-Life, que investiu financeiramente e emprestou técnicos para auxiliar na montagem da Globo. Tais investimentos possibilitaram à empresa de Roberto Marinho inaugurar suas transmissões com uma considerável estrutura para a época. Essa relação com a organização estadunidense foi investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), formada na Câmara dos Deputados. O relator, deputado Djalma Marinho, deu parecer de que a Globo e a Time-Life tinham infringido o artigo 160 da Constituição. Em 1967, o presidente-ditador Castelo Branco decidiu que a operação havia sido legal. Enquanto o escândalo Time-Life ganhava grande repercussão nos jornais e nas casas legislativas, a emissora tratava de ganhar audiência: era preciso tomar a liderança de audiência em qualquer horário para criar um costume.³⁹

Com capital externo e com o apoio do governo militar, Roberto Marinho se tornou um magnata da mídia. Enquanto estava à frente do grupo líder de audiência na tevê, também transitava por várias áreas como rádio, imprensa e cinema. Essa concentração sempre foi uma preocupação, inclusive, para políticos que viam nessa situação uma ameaça. Quem concentra poder no negócio da comunicação pode causar estragos a possíveis inimigos.

³⁷ HERZ, Daniel, *op. cit.*, p. 206.

³⁸ RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor, *op. cit.*, p. 110.

³⁹ Cf. SILVA, Carlos Eduardo Lins e. *Muito Além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus, 1985, p. 31.

1.2 O golpe de 1964 e os meios de comunicação

A TV Triângulo, assim como o golpe de 1964, só saiu do papel e da mente de seus idealizadores depois de anos de preparação. A outorga da emissora foi concedida em 1962, durante o governo João Goulart, depois de muitas experimentações e tentativas de inauguração oficial. Já as armações e conspirações para derrubar governos populistas e influenciar politicamente setores da sociedade começaram bem antes. Desde os anos 1950, por exemplo, tecno-empresários, juntamente com diretores de multinacionais, formaram um bloco “burguês, modernizante-conservador” que se opunha ao regime populista vigente. Esse grupo se organizou em “anéis” de poder, associações e órgãos diversificados com o objetivo de defender, a qualquer custo, seus próprios interesses.⁴⁰ Para o cientista político Dreifuss, “eles conseguiram promover uma verdadeira ‘administração paralela’ durante o governo de Juscelino Kubitschek, a qual era livre do escrutínio público e do controle populista”.⁴¹ E seguiram ampliando seu poder na sociedade brasileira por intermédio de diferentes associações constituídas na sociedade civil.

Um desses blocos foi o Conselho de Classes Produtoras (Conclap), uma organização nacional que se tornou mais atuante no final da década, na campanha presidencial, apoiando o então candidato Jânio Quadros.⁴² Paralelamente às ações desse conselho, surgiu, entre outros órgãos, uma entidade ligada a empresários, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), que se apresentava como uma associação de conservadores defensores da democracia que se propunha a influenciar o legislativo (financiou cerca de 650 candidatos a cargos nas Assembleias Legislativas e 250 na Câmara Federal) e governos estaduais.⁴³ Também sincronizava suas ações às atividades de organizações paramilitares como o Movimento Anticomunista⁴⁴ e à Igreja Católica, por meio da ordem religiosa de ramificação internacional conhecida como a Opus Dei.⁴⁵

⁴⁰ Cf. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 71.

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 73

⁴² Jânio Quadros venceu as eleições com 6 milhões de votos. Ver NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 32.

⁴³ Ver DREIFUSS, René Armand, *op. cit.*, p. 84.

⁴⁴ No Brasil, os que eram considerados ou se intitulavam comunistas não faziam parte de um único bloco. Ver RIDENTI, Marcelo. *As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia. Cadernos tempo de ditadura*, v. 8, n. 14/15, Campinas, 1. e 2. sems. 2001.

⁴⁵ A *Opus Dei* foi fundada em 1928, em Madri, pelo sacerdote espanhol Josemaría Escrivá de Balaguer. Ver informação disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/10/02/opus-dei-completa-90-anos-com-pedido-de-perdao-a-membros-que-se-sentiram-incompreendidos.ghtml>>. Acesso em 20 out. 2019.

Os golpes de Estado, consumados ou não, ao longo da década de 1950, no Brasil, foram arquitetados pela direita quando se sentia ameaçada. Segundo o cientista político Francisco Weffort, essa prática era uma forma de procurar reparar a perda de importância eleitoral e neutralizar a pressão popular. A relação das escaramuças golpistas é longa, a ponto de englobar “a oposição da direita à posse de Vargas, em 1950, a crise de 1954 que termina com seu suicídio, as dificuldades opostas à posse de Juscelino Kubitschek em 1955, a renúncia de Quadros em 1961, a oposição civil-militar à posse de Goulart como sucessor de Quadros”.⁴⁶

Os Estados Unidos acompanhavam de perto a movimentação em países que supostamente estivessem sob a ameaça do “perigo vermelho”, o comunismo. E o Brasil era um deles. Tanto que, em 1963, a mineradora estadunidense Hanna Mining⁴⁷ organizou uma conferência sobre “A defesa político-militar da América Latina”, no Bureau of Governmental Research da Universidade Estadual do Arizona. De acordo com Dreifuss, “um dos participantes da conferência, o tenente-coronel Theodore Wychoff, do Exército americano, advertiu que os comunistas estavam se preparando para atacar, quando chegasse a hora, em toda a América Latina, acrescentando que uma contraofensiva anticomunista poderia proporcionar uma melhor defesa dos povos e instituições livres do que qualquer medida passiva”.⁴⁸ Na esteira disso, aliás, mineradora forneceu caminhões para as tropas de Minas Gerais que iniciaram a movimentação que culminou no golpe de 1964.

A CIA (Central Intelligence Agency), vinculada ao Estado estadunidense, patrocinava ações políticas que envolviam campanhas eleitorais e *lobbying* por meio da Ação Democrática Popular, um dos canais do Ibad. Outro de seus braços era a Incrementadora de vendas Promotion S. A., que cumpria a função de agente publicitário

⁴⁶ WEFFORT, Francisco C. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, Celso (coord.) *Brasil: tempos modernos*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 72.

⁴⁷ A mineradora Hanna Mining até os anos 1960 exercia forte influência sobre o Partido Republicano nos Estados Unidos. Segundo o articulista Luiz Nassif, da *Folha de S. Paulo*, no final da década de 1950 a Hanna decidiu entrar em Minas Gerais, liderando um consórcio de investidores que adquiriu o controle da Association for Working the Mines of São João d'El Rey Mining Company, associação constituída para explorar minas em São João Del Rey e São José, nas serras do Bonfim e do Lenheiro, em Minas Gerais, cujo controle havia sido adquirido na Bolsa de Londres pelo corretor nova-iorquino Leo Model, da firma Model & Roland. NASSIF, Luís. *Folha de S. Paulo*, caderno Mercado, 22 jan. 2006. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2201200610.htm>>. Acesso em 20 out. 2019.

⁴⁸ DREIFUSS, René Armand, *op. cit.*, p. 93.

nas rádios, jornais, revistas e emissoras de tevê. Seu papel consistia em divulgar as ideias políticas do Ibad.

Outro órgão, fundado em 1961, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), se tornou uma rede nacional de militantes de grupos variados, irmanados em torno do ideal de estreitar relações com as empresas multinacionais e de difundir sua ideologia anticomunista, articulada à ambição de readequar o Estado. O lançamento do Ipes foi visto com bons olhos por muitos veículos de comunicação, como o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, o *Correio da Manhã* e a *Última Hora*⁴⁹, e contou também com a simpatia do arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jayme de Barros Câmara. Uma das principais atividades do instituto era viabilizar fundos ilegais aos partidos políticos, à mídia, às Forças Armadas, sindicatos e organizações rurais. Tudo era feito graças às doações pessoais dos seus membros.

A intromissão desses órgãos, como o Ibad e o Ipes, em assuntos políticos e o envolvimento de capital estrangeiro na vida política nacional chamaram a atenção do Congresso, a ponto de ser criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso. Ao final, o Ibad foi considerado culpado por corrupção política, do que decorreu o seu fechamento, enquanto o Ipes foi absolvido devido ao fato de a CPI não ter constatado a existência de irregularidades no seu funcionamento.⁵⁰

De qualquer forma, essas associações ajudaram a conturbar ainda mais o ambiente político brasileiro, que já vinha se deteriorando desde a posse de João Goulart (Jango). A economia também não caminhava bem, e as críticas dos opositores ao governo aumentaram. Outro sinal de agravamento da crise veio em 1963, com a recusa do Supremo Tribunal Federal em dar posse aos militares que se elegeram como deputados e vereadores. Isso provocou uma revolta de sargentos e cabos, principalmente na Marinha e na Força Aérea. Seus protestos tomaram conta das ruas e prédios públicos de Brasília. Sob esse cenário, os militares, principalmente os de alta patente, passaram a temer que o presidente, juntamente com o seu cunhado, Leonel Brizola, estivesse planejando um golpe de Estado.⁵¹ Esse sentimento, por sinal, era compartilhado por segmentos conservadores da sociedade. O movimento rebelde foi eliminado no dia 12 de setembro.

⁴⁹ Ver DREIFUSS, René Armand, *op. cit.*, p. 163.

⁵⁰ Ver *ibidem*, p. 207 e 208.

⁵¹ Ver TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense2004, p. 48 e 49.

Na manhã seguinte o *Jornal do Brasil* publicava um editorial intitulado “Basta”⁵², uma palavra de ordem que acabaria por ser muito usada na derrubada de Jango meses depois.

Com esse posicionamento, o *Jornal do Brasil* reforçava o bloco da imprensa contrário ao governo, que passou a se articular na chamada “Rede da Democracia”, que, a rigor, nada mais era do que um chamamento ao golpe, não apenas contra Jango, mas, sim, à Constituição. A grande maioria dos veículos tinha como donos empresários afinados com um pensamento liberal-conservador. Eles temiam que o país tomasse o rumo do comunismo, vendo na figura do presidente um potencial líder para se subverter a ordem social, ameaçar a propriedade e a economia de mercado. No fundo, como já foi evidenciado por Weffort, uns tantos avanços democráticos sob o regime populista eram insuportáveis para as classes dominantes.⁵³

Enquanto o clima político se mantinha tenso em Brasília e nas grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, a imprensa de Uberlândia, aparentemente, seguia alheia a essa situação, pelo menos a julgar pelo que se lia nas páginas do *Correio de Uberlândia*. Os assuntos que dominavam o principal jornal da cidade eram os empreendimentos de Edson Garcia Nunes, como se Uberlândia estivesse em uma bolha ou vivesse em um mundo paralelo. Em janeiro de 1963, o empresário ganhou as manchetes: “Edson Garcia Nunes: Cegeb constrói para a grandeza de Uberlândia”.⁵⁴ O texto mostrava, na íntegra, o discurso pronunciado por ele durante a inauguração do Shopping Center Sul, na Avenida Vasconcelos Costa. Nele o uberlandense falou dos investimentos, da utilidade que seria dada ao prédio, como espaço para um supermercado e para a instalação da primeira emissora de televisão da cidade, a TV Triângulo. Dias depois, outra manchete, desta vez sobre o canal. Na matéria se destacou que o empreendedor estava se empenhando para trazer a TV Tupi para Uberlândia e que Uberaba já contava com uma retransmissora da emissora paulista.⁵⁵ Para que esse “sonho” se convertesse em realidade, faltava, segundo ele, vender mais alguns aparelhos.⁵⁶

Em meio ao entusiasmo despertado pelo anúncio da implantação da tevê local e da retransmissão da TV Tupi, o jornal local abria pequenos espaços para a crise política.

⁵² Basta! (editorial). *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 set. 1963, p. 6.

⁵³ Ver WEFFORT, Francisco C., *op. cit.*

⁵⁴ Edson Garcia Nunes: Cegeb constrói para a grandeza de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, 6 jan. 1963, p. 5.

⁵⁵ Ver TV: terceira etapa, direção ao êxito. *Correio de Uberlândia*, 16 jan. 1963, p. 6.

⁵⁶ As primeiras vendas de aparelhos de televisão em Uberlândia foram feitas à base de cotas de consórcio.

Em 5 de outubro de 1963 publicou o decreto de Goulart que instituía o estado de sítio.⁵⁷ No dia seguinte, a manchete da capa ressaltou a experiência de transmissão de tevê, ocorrida na noite anterior, para alguns convidados em Uberlândia, e só abaixo trouxe uma notícia sobre a política nacional informando que Carlos Lacerda, o governador da Guanabara, acreditava estar na iminência de ser preso⁵⁸ (ele, acrescente-se, direitista, antipopulista raivoso, era um golpista de primeira hora).

Em Uberlândia o assunto não foi mais abordado durante a semana. O *Correio* deu um espaço maior para a crise no setor de energia elétrica enfrentado na cidade, um problema que se arrastou por anos e provocou reflexos na qualidade das transmissões da TV Triângulo. Além disso o jornal também noticiou um massacre de trabalhadores em Belo Horizonte. Os operários da Usiminas foram metralhados: 17 morreram e 114 ficaram feridos. Eles reivindicavam simplesmente aumento de salário e se mobilizavam para uma greve quando foram alvejados.⁵⁹

O *Correio de Uberlândia* – que, para veicular uma informação ou outra sobre política, usava, predominantemente, matérias de agências de notícias que criticavam o governo federal – mudou, por um momento, o seu tom, no início de dezembro de 1963. O título de capa se referia, por via indireta, ao fato de que o presidente da República estaria na cidade no dia 13 para receber o título de “Doutor honoris causa da Faculdade de Direito de Uberlândia”.⁶⁰ Essa seria a primeira vez que o chefe do executivo nacional visitaria o município após assumir o cargo. No dia seguinte à visita, a primeira página do jornal foi toda dedicada a Jango. Mencionavam-se inclusive que ele fora ovacionado nas ruas, e o clima ser de festa que o levou convidado para voltar a Uberlândia, em janeiro de 1964, a fim de encerrar um evento planejado para ser realizado no Triângulo Mineiro.⁶¹

Com a crise política em ebulição, o futuro do presidente era, no entanto, incerto. Servia como termômetro disso a posição assumida por Roberto Marinho, proprietário do grupo Globo ao qual a TV Triângulo se juntou na década de 1970. Ele, que apoiara a posse de Jango após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, manifestava abertamente seu profundo descontentamento com os rumos tomados pelo governo do político gaúcho. Daí

⁵⁷ Ver Governo pede estado de sítio ao Congresso. *Correio de Uberlândia*, 5 out. 1963, capa.

⁵⁸ Lacerda acha que vai ser preso. *Correio de Uberlândia*, 6 e 7 out. 1963, capa. Sobre o assunto ver TOLEDO, Caio Navarro de, *op. cit.*, p. 62.

⁵⁹ Ver Pena de morte em MG: operários metralhados. *Correio de Uberlândia*, 10 e 11 out. 1963, capa.

⁶⁰ Doutor Honoris Causa da Faculdade de Direito de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, 7 dez. 1963, capa.

⁶¹ Ver Jango foi ontem homenageado por Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, 14 dez. 1963, capa.

passar a integrar o bloco dos que pregavam o golpe para a “salvação” do Brasil. Eis, a propósito, o que diz, a respeito disso, o jornalista Pedro Bial, funcionário da Rede Globo que partilha a crença, tantas vezes contestada, de que o país marchava para um “regime sindicalista”:

com a radicalização do governo de Jango, cada vez mais próximo aos esquerdistas e receptivo aos partidários de um regime sindicalista, Roberto Marinho alia-se a Manoel Francisco Nascimento Brito, do JB, e a João Calmon, dos Diários Associados de Chatô, na Rede de Democracia. A partir de 26 de outubro de 1963, na luta contra a “ameaça vermelha”, as rádios Globo, Jornal do Brasil e Tupi passam a transmitir em rede, todas as noites: Todos os democratas devem participar da luta pela causa nacional que é a da liberdade, da justiça e do direito [...] Todas as autoridades empenhadas na defesa do regime e das liberdades democráticas terão apoio irrestrito da Rede de Democracia. Estas foram algumas das primeiras palavras de Roberto Marinho, na Rede de Democracia.⁶²

Esses empresários da comunicação se uniram para espantar o fantasma do comunismo. Como salienta Marcos Napolitano, “tradicionalmente ligada à linha liberal-conservadora, a grande imprensa brasileira consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo, e a sublevação começava no coração do poder, ou seja, a própria Presidência da República”.⁶³ As propostas de reforma que o governo apresentou eram vistas, pelos proprietários dos veículos de imprensa, como algo temerário para a economia de mercado, o direito à propriedade e a ordem. A única exceção da mídia, em relação à administração federal, era o jornal *Última Hora*.⁶⁴ Seja como for, apesar do bombardeio sofrido por Jango pela quase totalidade da imprensa, era, até certo ponto, invejável a popularidade dele. Conforme dados levantados pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), que entrevistou eleitores em oito capitais entre os dias 9 e 26 de março de 1964, 49,8 por cento dos pesquisados admitiam votar nele, caso se candidatasse à reeleição.⁶⁵

⁶² BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 199.

⁶³ NAPOLITANO, Marcos, *op. cit.*, p. 46.

⁶⁴ *Última Hora* foi um jornal fundado, em 1951, por Samuel Wainer, no Rio de Janeiro. Valeu-se para tanto de recursos do Banco do Brasil, facilitados por Getúlio Vargas, que queria um jornal que enfrentasse os veículos de comunicação antivarguistas e antipopulistas. Cf. MONTEIRO, Karla. *Samuel Wainer: o homem que estava lá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

⁶⁵ Esses e outros levantamentos estão sendo catalogadas no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp. REDA, Paulo. *Folha de São Paulo*, 9 mar. 2013. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u46767.shtml>>. Acesso em 8 jun.2019.

Naquela conjuntura, diante de tanta pressão do empresariado e dos seus meios de comunicação, Jango apostou em se aproximar mais dos movimentos populares que cresciam em importância. Viviam-se um momento altamente contraditório: as greves também irrompiam com mais frequência, temas como reformas se tornavam mais presentes e, assim, o ambiente político era mais assustador para as alas conservadoras da sociedade. O populismo, como esclarece Weffort, se precipitava numa crise de difícil solução à medida que as classes populares buscavam a superação de determinadas limitações que travavam sua ação autônoma:

*Se se tem em conta a natureza da participação política popular que existia no País, percebem-se as graves limitações que se apresentavam à política de reformas que constituía uma das orientações básicas do Governo Goulart. Com efeito, a importância política das massas dependerá sempre da existência de uma transação entre os grupos dominantes, e esta transação agora se encontrava em crise. Se as massas serviram como fonte de legitimidade para o Estado, isto só foi possível enquanto estiveram contidas dentro de um esquema de aliança policlassista, que as privava de autonomia.*⁶⁶

Outra maneira de Jango tentar se fortalecer foi procurando ficar mais perto da população em geral, lançando mão da realização de grandes comícios. O primeiro teve lugar na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, mas outros estavam programados para diversos Estados do país e culminariam com uma manifestação-monstro no dia primeiro de maio.⁶⁷ O comício no Rio de Janeiro, a despeito do boicote articulado pelo governador Carlos Lacerda, que decretou feriado na cidade e retirou os ônibus das ruas, reuniu cerca de 200 mil pessoas.

Nesse dia Roberto Marinho deixou a sede de *O Globo* e pediu ao motorista para se dirigir até a Central do Brasil. Ele queria verificar como estava a movimentação no comício. Segundo o relato, em chave dramática, de Bial, o quadro era este: “bandeiras vermelhas, foices, martelos, palavras de ordem revolucionárias, e o dono do Globo passando devagarinho em seu automóvel para dar uma espiada. Depois seguiu para casa e observou a quantidade de velas acesas nas janelas da cidade. A classe média, silenciosa como quase sempre, respondia como chamuscas tremelicantes aos discursos tempestuosos na Central. Era o protesto mudo da alma ‘tijuicana’”.⁶⁸

⁶⁶ WEFFORT, Francisco C., *op. cit.* p. 74.

⁶⁷ Ver NAPOLITANO, Marcos, *op. cit.*, p. 47.

⁶⁸ BIAL, Pedro, *op. cit.*, p. 200 e 201.

Uma semana depois, em 19 de março, dia de São José, o padroeiro das famílias, as velas foram substituídas por faixas e cartazes anticomunistas em São Paulo, na “Marcha da família com Deus, pela liberdade”. Ruas da capital paulista foram tomadas por uma multidão calculada em 500 mil pessoas contra as reformas e contra o governo de Jango.⁶⁹ A manifestação ganhou a manchete no *Correio de Uberlândia*: “SP: comício diz não ao comunismo”.⁷⁰

O governo Goulart conviveu com muita desconfiança por parte da direita e por amplas camadas das classes médias. Para Weffort, elas se apavoravam ante a possibilidade de uma reforma agrária, por exemplo, a que se somava o medo da pressão popular que crescia a cada dia. Na ótica desse cientista político, Jango “encontrava-se condenado também pela fragilidade do populismo que se mostrava incapaz não só de manter o equilíbrio de todas essas forças como também de exercer um controle efetivo do processo de ascensão das massas”.⁷¹

Nessas circunstâncias, com o acirramento da crise política, mais e mais se juntavam, como que numa frente de combate, os donos dos grandes jornais e governadores, como os de Minas Gerais, Magalhães Pinto, de São Paulo, Adhemar de Barros, e do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda. Roberto Marinho, de *O Globo*, e Júlio Mesquita Filho, do *Estadão*, estavam metidos nas confabulações golpistas.⁷² O jornalista Carlos Chagas dá seu testemunho: “desde a manhã do dia 31, Roberto Marinho estava informado de tudo, mantendo segredo até de seus irmãos, quanto mais da redação. No meio da tarde, a secretária do patrão, D. Lígia, minha amiga, confidenciar-me-ia: Preste atenção ao que está acontecendo em Juiz de Fora. É uma rebelião militar”.⁷³

Roberto Marinho teve a certeza da derrubada de Jango ao visitar José Luiz de Magalhães Lins, que fazia parte do grupo de empresários envolvidos no golpe. Em entrevista concedida a Bial, Magalhães Lins – que mantinha contato direto com o futuro ditador-presidente Castelo Branco –, após falar com ele no dia 31 de março de 1964, disse ao amigo, dono do grupo Globo: “você se esconda aí porque ninguém sabe. O Rio estava sitiado. O Carlos Lacerda ficou cercado no Palácio da Guanabara. O Roberto então tomou

⁶⁹ Ver NAPOLITANO, Marcos, *op. cit.*, p. 56.

⁷⁰ Ver SP: comício diz não ao comunismo. *Correio de Uberlândia*, 21 mar. 1964, capa.

⁷¹ WEFFORT, Francisco C., *op. cit.*, p.75.

⁷² Cf. CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe: 1964-1969, a história contada por jornais e jornalistas*. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 44.

⁷³ *Idem, ibidem*, p. 44.

os cuidados, que não sei quais foram, porque a sede de *O Globo* podia ser invadida”.⁷⁴ E foi. Na manhã de primeiro de abril, fuzileiros leais a Jango, comandados pelo almirante Cândido Aragão, ocuparam a redação do jornal, impedindo que a edição do dia fosse distribuída.

As redações da *Tribuna da Imprensa*, *Diário de Notícias* e do *Jornal do Brasil* também foram invadidas por militares pró-Jango na tentativa de evitar que esses veículos, apoiadores do golpe, espalhassem a notícia da queda do presidente.⁷⁵ A tática funcionou por pouco tempo. O *Correio da Manhã* noticiou a deposição do chefe do executivo no dia seguinte. Enquanto a maioria dos donos de jornais comemorava a derrubada do governo, um importante impresso sofria duros golpes logo no início do período ditatorial: o *Última Hora*, de Samuel Wainer, que, com sua linha editorial populista, chegou a vender 500 mil exemplares em onze edições, em sete estados.⁷⁶ Ele era, por assim dizer, um estranho no ninho da imprensa brasileira:

*Para as famílias tradicionais proprietárias da imprensa, entretanto, era o intruso, o inimigo que as havia derrotado em quatro esferas: no campo ideológico, ao quebrar, com sua linha populista e nacionalista, a homogeneidade do discurso da grande imprensa; no campo formal, ao revolucionar o jornalismo diário brasileiro; no campo mercadológico, ao atrair o maior público leitor das grandes cidades; e no campo institucional, ao abocanhar favores do Estado, antes exclusivos dessas famílias. Com a morte de Assis Chateaubriand e a dissolução do império dos Diários Associados, cinco famílias passam a dominar a imprensa brasileira: em São Paulo, os Mesquita, proprietários do grupo Oesp, e os Frias, donos da empresa Folha da Manhã; no Rio de Janeiro, as famílias Marinho, d'O Globo, e Nascimento Brito, do Jornal do Brasil; no Sul, a família Caldas Júnior. A configuração regional e as rivalidades duas a duas reproduzem a formação oligárquica oriunda do domínio agrário [...]. Assim o empastelamento das redações do Última Hora, em abril de 1964, pode ser visto não apenas como parte das operações gerais de repressão, mas como o assalto final de uma ofensiva das oligarquias tradicionais da imprensa contra o arrivista Última Hora. É simbólico desse assalto a repartição dos despojos.*⁷⁷

Em Uberlândia, após o golpe, assistiu-se a uma comemoração, que o *Correio* chamou, em manchete, de “Marcha pela liberdade”. A reportagem focalizou o movimento

⁷⁴ BIAL, Pedro, *op. cit.*, p. 201 e 202.

⁷⁵ Ver COSTA, Edwaldo, *op. cit.*, p. 29.

⁷⁶ Otávio Frias viria a comprar o *Última Hora*, e o grupo Folha da Manhã passou a ser dono do título. Samuel Wainer foi, então, trabalhar na *Folha de S. Paulo*, na qual permaneceu até a sua morte em 1980.

⁷⁷ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 41 e 42.

de milhares de uberlandenses que saíram às ruas no dia dois de abril. O jornal não se conteve em seus arroubos anticomunistas, enxergando a manifestação, ao que tudo indica, com lentes de aumento:

A monumental Marcha com Deus pela Liberdade foi uma festa do povo autêntica e espontânea. Mas foi também uma demonstração de que Uberlândia está ao lado da ordem, da democracia, em campo oposto ao comunismo ateu e desagregacionista, destruidor da família brasileira. As escolas de samba do povo desfilaram, os estudantes, os trabalhadores, os operários, intelectuais, homens do comércio e do campo, enfim, todas as classes sociais disseram “presente” à marcha simbolizando o “não” ao totalitarismo que se tentou impor ao Brasil livre.⁷⁸

No Rio de Janeiro, enquanto outra marcha seguia pela Avenida Rio Branco, a sucessão presidencial era discutida por empresários no escritório do Ipes. Satisfeitos com as aclamações nas ruas e com o resultado do trabalho feito pelos órgãos e associações anticomunistas, o general Heitor Herrera, uma das importantes ligações desses grupos com a Escola Superior de Guerra, discorria sobre as qualidades que desejavam ver no próximo presidente do Brasil: “os empresários do Ipes decidiram que ele não deveria estar associado a nenhum dos três governadores civis mais importantes – Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros – e faziam objeções às ligações do Marechal Dutra. Eram a favor do General Castelo Branco, chefe do estado-maior informal, e apoiaram ativamente sua candidatura”.⁷⁹

Nos primeiros dias pós-golpe, uma junta militar expediu uma lista com os nomes dos brasileiros mais procurados pelos seus vínculos com o regime deposto⁸⁰. Entre muitos outros, figuravam nela Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, João Goulart, Darcy Ribeiro, Francisco Julião e Samuel Wainer⁸¹:

O primeiro objetivo era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado. As cassações e os inquéritos policial-militares (IPMs) foram os instrumentos para tal fim. Um rápido exame nas listas de cassados demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista. Entre os intelectuais, os ideólogos e quadros técnicos do regime deposto foram cassados,

⁷⁸ Milhares de uberlandenses na marcha pela liberdade. *Correio de Uberlândia*, 5 e 6 abr. 1964, capa.

⁷⁹ DREIFUSS, René Armand, *op. cit.*, p. 419 e 420.

⁸⁰ Ver CHAGAS, Carlos, *op. cit.*, p. 115 e 116.

⁸¹ Era a segunda vez que Samuel Wainer amargaria o exílio. A primeira foi em 1944 (no Chile e Estados Unidos). Em 1964 dirigiu-se novamente ao Chile e, depois, à França. Ver MONTEIRO, Kátia, *op. cit.*, 454.

enquanto os artistas e escritores de esquerda foram preservados em um primeiro momento, embora constantemente achacados pelo furor investigativo dos IPMs, comandados por coronéis da linha dura. O segundo objetivo, não menos importante, era cortar os eventuais laços organizativos entre essa elite política e intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês. Aliás, para eles, não foi preciso esperar o AI-5 para desencadear uma forte repressão policial e política. Para os operários já havia a CLT, talvez a única herança política de tradição getulista que não foi questionada pelos novos donos do poder. A partir dela, diretorias eleitas eram destituídas e sindicatos eram postos sob intervenção federal do Ministério do Trabalho. Para os camponeses, havia a violência privada dos coronéis dos rincões do Brasil, apoiados pelos seus jagunços particulares e pelas polícias estaduais.⁸²

Aos poucos, alguns veículos de comunicação entenderam que, com o golpe, estavam diante do fim da liberdade e respeito aos direitos de qualquer cidadão. Tanto que, logo após um ato institucional de conteúdo ditatorial, baixado em 9 de abril de 1964, um dos jornais mais duros contra Goulart, o *Correio da Manhã*, o mesmo que havia publicado editoriais como “Basta!” e “Fora!”, rompeu com o novo regime que ajudara a criar, abrindo espaço para cronistas como Carlos Heitor Cony.⁸³ Para Napolitano, ele “causava furor na sociedade e indignação nos quartéis”.⁸⁴ Suas crônicas foram publicadas entre abril e dezembro de 1964.

Cony não aprovava as medidas implantadas por Goulart durante o período em que esteve à frente do país, mas também não concordava com os rumos pelos quais enveredava o governo militar.⁸⁵ Em maio de 1964, o jornalista escreveu um de seus textos de maior repercussão. Nele dizia, categoricamente: “acredito que é chegada a hora dos pensadores tomarem posição em face do regime opressor que se instalou no país”. Considerando que os intelectuais constituíam a “consciência da sociedade”, Cony advertia: “se diante de crimes contra a pessoa humana e a cultura, os intelectuais não moverem um dedo, estarão abdicando de sua responsabilidade”.⁸⁶ Como frisa Marcos Napolitano, Cony não estava só nas investidas contra o novo *status quo*: “na mesma linha

⁸² NAPOLITANO, Marcos, *op. cit.*, p. 70 e 71.

⁸³ Cony chegou a fazer parte do grupo de editores responsáveis por exigir o afastamento de Jango.

⁸⁴ Ver NAPOLITANO, Marcos, *op. cit.*, p. 82.

⁸⁵ De acordo com levantamento feito por Gaspari, entre 1964 e 1966 cerca de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, 386 políticos perderam o mandato e, nas Forças Armadas, 421 oficiais foram punidos, sendo transferidos para a reserva; além do mais, 24 dos 91 generais foram expurgados, sem contar que nesse período mais de 500 brasileiros pediram asilo político nas embaixadas latino-americanas. Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 133.

⁸⁶ CONY, Carlos Heitor *apud* NAPOLITANO, Marcos, *op. cit.*, p. 208 e 209.

de críticas de Alceu Amoroso Lima [intelectual católico de larga projeção], mas com mais pimenta nas palavras, denunciava a perseguição a sacerdotes, professores, estudantes, jornalistas, artistas, economistas, e reafirmava que, ‘no campo estritamente cultural, implantou-se o terror’”.⁸⁷

Nem de longe esse tipo de crítica era lida na imprensa uberlandense, que reproduzia o teor do que era veiculado sobre o governo pelas agências de notícias. O *Correio de Uberlândia* dava guarida, isso sim, a matérias de apoio aos golpistas⁸⁸, como uma entrevista com Rondon Pacheco, político incensado pelo empresariado da cidade e que viria a integrar o ministério do segundo ditador-presidente do regime militar, o general Costa e Silva. De resto, Rondon estaria sempre presente nos programas da TV Triângulo.

⁸⁷ *Idem apud idem, ibidem*, p. 209.

⁸⁸ Ver Comércio apoia incondicionalmente o ato n. 2. *Correio de Uberlândia*, 5 e 6 nov. 1965, capa.

2. A TELEVISÃO NO CERRADO

2.1 TV Triângulo: nasce uma tevê no cerrado junto com a ditadura

Quando o golpe foi deflagrado, em 1964, Uberlândia contava com uma população de pouco mais de 88 mil habitantes¹, cerca de 840 estabelecimentos comerciais, 190 indústrias e uma emissora de tevê. Uma cidade que havia passado por mudanças, assim como boa parte do país, com a abertura ao investimento de capital estrangeiro, durante o governo de Juscelino Kubitschek.²

A construção de Brasília teve apoio do *Correio de Uberlândia*.³ O jornal trazia reportagens sobre os benefícios de se transferir a capital do país do Rio de Janeiro para a região central de Goiás, uma área de cerrado.⁴ Na matéria de capa, do dia 19 de janeiro de 1960, foi publicada a notícia sobre a campanha favorável à mudança liderada pelo então jurista Jacy de Assis, que acabara de chegar do Rio. Em vários trechos se ressaltava que o apoio não era político, apesar de ser favorável ao presidente Kubitschek.

A transferência da capital teve um grande apelo econômico para comerciantes e empresários da cidade. A localização geográfica de Uberlândia fazia com que fornecedores do sul do país, obrigatoriamente, passassem pela cidade mineira se quisessem chegar à futura capital do país. Os reflexos dessa situação foram sentidos pelos moradores locais. O município aproveitou essa nova realidade para se fortalecer como um entreposto comercial principalmente por não possuir terras adequadas para o cultivo de grãos, e a pecuária na cidade não ser desenvolvida. Dessa forma não era possível concorrer com Uberaba, que já se destacava nesse setor.⁵

Essas informações também constam em pesquisas, como as realizadas por Bacelar e Oliveira, e em depoimentos, como o de um dos moradores da cidade, o ex-radialista,

¹ Cf. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 1960. ‘www.seculoxx.ibge.gov.br’. Acesso em 25 jan. 2020; Pesquisa e análise de conjuntura, UFU, 1985. Censo Comercial: 1960. Censo Industrial: 1960. Disponível em <Censo Demográfico 1960 (ibge.gov.br)>.

² Cf. FERNANDES, Orlanda Rodrigues. *Uberlândia impressa: a década de 1960 nas páginas dos jornais*. Dissertação, (Mestrado em História) – UFU, Uberlândia, 2008, p. 159.

³ Ver Uberlândia a favor de Brasília: ao lado da mudança. *Correio de Uberlândia*, 19 jan. 1960, capa.

⁴ Roberto Marinho, que já era um empresário da comunicação não aprovava a ideia. Considerava uma insensatez construir prédios no meio do nada. Chegou a sugerir a Juscelino que construísse a nova capital na Barra da Tijuca. Ver BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 189.

⁵ Ver BARCELAR, Winston Kleiber de Almeida. *Os mitos do “sertão” e do Triângulo Mineiro: as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFU, Uberlândia, 2003, p. 36.

Paulo Henrique Petry: “várias empresas aqui cresceram nesse segmento de material para construção. Aí já começaram a instalar também essas empresas – Peixoto, Martins – então, esses atacadistas também começaram a se desenvolver mais, a crescer mais. Aqui era um meio de caminho entre São Paulo e Brasília, e essas coisas facilitaram muito, ajudaram muito a Uberlândia”.⁶

Ademir Reis, que também foi radialista, chegou a trabalhar na TV Triângulo como apresentador de um programa de entretenimento. Reis concorda com Petry: “o fluxo de São Paulo e Rio para Brasília passava obrigatoriamente por aqui. Eles deram um jeito de passar aqui, em Uberlândia, e isso mudou a pujança da cidade. Começaram a surgir os grandes atacadistas, da época, que passaram a fornecer material de Uberlândia para construção de Brasília”.⁷

Além disso, havia o incentivo à construção de novas rodovias por causa da instalação de indústrias automobilísticas em São Paulo⁸, estado que sempre teve grande influência no Triângulo Mineiro. Petry se recorda desse processo de convergência de Uberlândia com outras cidades: “Eu conheço pessoas antigas aqui, que lutavam muito para que Uberlândia fosse um centro rodoviário, e criando, ligações daqui com São Paulo, não só com a capital, mas também com o interior, passando para o lado de São José do Rio Preto e buscando também Goiás, fazendo ligações com Mato Grosso. Então, essas coisas todas aconteceram simultaneamente e foram ajudando a cidade a crescer”.⁹

A instalação de um canal de tevê, nesse período, em Uberlândia fez parte desse “progresso”. Sob a ótica de Orlei Moreira, homem de mídia e televisão, a cidade cresceu muito por causa da emissora:

A tevê anunciava que vinha uma grande empresa para cá, que ia oferecer tantos empregos diretos e indiretos, e o pessoal de fora já vinha pra cá, atrás de emprego, atrás de saúde, atrás de educação, e a cidade, muitas vezes, não suportava isso, esse crescimento acelerado de Uberlândia. Isso me foi explicado depois por um assessor da Cemig. Ele disse que a cidade não comportava a demanda de energia, que

⁶ PETRY, Paulo Henrique. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 8 mar. 2019.

⁷ REIS, Ademir Torido. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 8 mar. 2019.

⁸ O governo de Rondon Pacheco, entre 1971 e 1974, abriu dois mil quilômetros de estradas de rodagem em Minas, buscando a integração interestadual e sua articulação com o sistema rodoviário nacional. Ver PACHECO, Rondon. Entrevista concedida em Uberlândia, em set. 2000, e veiculada no *site* Museu Virtual de Uberlândia. Disponível em <<https://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/site/london-pacheco>>. Acesso em 16 fev. 2020.

⁹ PETRY, Paulo Henrique, *op. cit.*

*vinha caindo sempre, sempre dava um estouro em relógio porque não suportava.*¹⁰

Como já citado anteriormente, o fornecimento de energia elétrica representou um grande problema, por alguns anos. As dificuldades por causa da eletricidade era um assunto frequente nas páginas do *Correio de Uberlândia*.¹¹ O jornal também reservava constantemente espaço em suas páginas para notícias sobre a futura TV Triângulo. Isso ocorreu uma década após o lançamento da Tupi em São Paulo. O informativo do “sertão da farinha podre”, um dos primeiros nomes que a cidade recebeu, trazia todos os passos sobre a instalação do projeto idealizado por Adib Chueiri e realizado pelo empresário Edson Garcia Nunes.

Nesse período apenas Uberaba assistia à TV Tupi. Garcia Nunes, além de montar uma emissora própria, queria trazer a imagem e o som dos programas da tevê de Assis Chateaubriand. O que impediu a realização de um dos projetos foi a necessidade da instalação de muitas torres de transmissão. Isso se fazia necessário para que o conteúdo produzido na capital paulista chegasse a Uberlândia, mas quanto mais torres, mais a qualidade do sinal piorava:

*Com esta falha experimental, foi criada uma onda de insatisfação entre os adeptos do empreendimento, bem como entre os que por este ou aquele motivo eram contra a sua realização. No entanto, essa atmosfera não conseguiu emanar, [sic] ou arrefecer o entusiasmo daqueles que se lançaram à difícil tarefa de propagar as maravilhas da televisão para os habitantes de Uberlândia e de toda região. Fatos como estes concorrem para o fortalecimento moral dos idealistas que não se curvam diante de tempestades atemorizantes. E enquanto se chocavam interesses e opiniões, a Cegeb, através do espírito irrequieto do seu diretor e da paciência chinesa do idealizador Adib Chueiri, avança resoluta, no firme propósito de dar a Uberlândia mais uma força geradora do seu progresso.*¹²

Devido aos contatos de Adib Chueiri, foi possível obter uma concessão, em 1962, primeiro passo para que a televisão se tornasse uma realidade no Triângulo Mineiro. Essa outorga era regulamentada de acordo com as normas da antiga Comissão Técnica de

¹⁰ MOREIRA, Orlei. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 25 out. 2018.

¹¹ Ver, por exemplo, Energia elétrica à beira do colapso. *Correio de Uberlândia*, 12 e 13 dez. 1963, capa, e Prada Cemig: prejuízos ao comércio e indústria. *Correio de Uberlândia*, 5 e 6 out. 1965, p. 3.

¹² TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica Editora. 1970, p. 498.

Rádio, a CTR, que lhe concedeu a frequência 8 para transmissão do sinal. Segundo Teixeira, com essa autorização em mãos, foi fundada a Rádio e Televisão Uberlândia Limitada, composta juridicamente por Edson Garcia Nunes, como diretor geral, Adib Chueiri, Juarez Garcia e Durval Teixeira como diretores.¹³

Para que a tevê de Uberlândia saísse do papel, e se tornasse realidade, era preciso arrecadar dinheiro. A forma encontrada foi a criação de um consórcio. Os participantes tinham o nome divulgado nas páginas do *Correio de Uberlândia*. Posteriormente, os televisores foram oferecidos para serem pagos em muitas prestações. Como o aparelho era considerado caro e pouco acessível à maioria da população da época, os interessados compravam cotas e, ao serem premiados, recebiam o equipamento que ficava como um objeto de decoração no meio da sala, sem qualquer função, enquanto o sinal não era liberado. Foram muitas as promessas de inauguração, datas não foram respeitadas, a ponto de simplesmente desaparecerem das manchetes do *Correio de Uberlândia* sem nenhuma cobrança ou questionamento pelo não cumprimento do que havia sido anunciado.¹⁴

As transmissões experimentais só tiveram início em 1963, com ampla divulgação. Para atrair a atenção dos moradores de Uberlândia, houve um desfile pelas principais ruas da cidade. Oswaldo Bonfim de Sá Júnior recorda-se desse dia: “foi em cima do caminhão com os transmissores. Era para mostrar que estava chegando a primeira emissora do interior, e em Uberlândia”.¹⁵ Nesse episódio, a maior atração eram os equipamentos.

Na capa do *Correio de Uberlândia*, em 18 de abril, o jornal trazia em destaque o título “TV fará exibição no pavilhão inds. [sic]”.¹⁶ Ao lado, uma pequena nota anunciava que os diretores da Companhia de Empreendimentos Gerais do Brasil (Cegeb) iriam fazer captação de imagens e exibição em um circuito fechado. O esquema seria montado no pavilhão industrial que ficava na Avenida Vasconcelos Costa. A notícia era incompleta, não revelava qual seria a data, nem o horário e quem poderia participar. Em dezembro, o *Correio de Uberlândia* noticiou outra apresentação-piloto, dessa vez no bairro Cidade Jardim.¹⁷

¹³ Ver *idem*.

¹⁴ Ver Emissora de rádio e televisão em Uberlândia ainda em 1962. *Correio de Uberlândia*, 27 mar. 1962, capa, e Televisão funciona dentro de 120 dias em Uberlândia: Cegeb, *idem*, 16 fev. 1963, capa.

¹⁵ SÁ JÚNIOR, Oswaldo Bonfim de. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 19 jan. 2021. Ele trabalhou como cobrador e motorista na emissora, mas disse que era um faz-tudo do canal.

¹⁶ TV fará exibição no pavilhão Inds., *Correio de Uberlândia*, 18 abr. 1963, capa.

¹⁷ Ver TV faz experiência com programação, *idem*, 29 e 30 dez. 1963, capa.

No ano seguinte, os testes aumentaram, e o canal chegou até a ter uma pequena programação, sem ser diária. Em janeiro de 1964, o jornal anunciou que em dois meses tudo estaria pronto: “Segundo apurou nossa reportagem, a TV Triângulo estará operando definitivamente dentro de 60 dias. Continuam as experiências, inclusive as de link externo e chega-se à reta final para colocar no ar a nova emissora. Esses trabalhos serão realizados na avenida Floriano Peixoto, junto ao shopping Center Norte, local do estúdio que está sendo construído pela Cegeb”.¹⁸

Alheia à nova situação política, instalada havia pouco mais de dois meses no país, no início de junho o veículo de comunicação de Garcia Nunes fez o que foi chamado de *avant-première*. O Canal 8 apresentou duas horas de atrações incluindo jornalismo, teleteatro, *shows* musicais e garotas propaganda.¹⁹

Na edição do dia 6 de junho, a coluna “Trapézio” informou que a inauguração oficial poderia ser no dia 15, porém, segundo Roberto Cordeiro, o primeiro fotógrafo e cinegrafista da TV Triângulo, isso se deu em 9 de junho. Conforme Tito Teixeira, empresário e memorialista da cidade, a data oficial seria 10 de julho de 1964.²⁰ Na empresa não consta essa informação, que se perdeu na memória dos antigos funcionários. A atual diretoria (2020) costuma se referir ao segundo domingo do mês de maio de 1964, como o dia exato, por terem ouvido isso de um ex-empregado. Isso, no fundo, não deixa também de ser uma jogada de *marketing*, uma forma de remeter a inauguração ao dia das mães. A analogia era considerar esse novo veículo de comunicação uberlandense um filho e, para tanto, essa data seria uma perfeita coincidência.²¹

Edson Domingos estava na inauguração, porém não se lembra com exatidão da data, embora acredite ter sido em junho, assim como Roberto Cordeiro. Mas se recorda dos problemas enfrentados por ele nesse dia:

Foi uma estreia realmente muito nervosa. Era até muito arrojo, tinha nove mulheres ensaiando uns passos assim, pra frente e pra trás. Tinha um apresentador, que estava muito nervoso, tinha a perna bamba. Isso porque nós ensaiamos semanas e semanas a nossa estreia, né? E o povo, a televisão, todo mundo queria ver, era uma coisa realmente assim... Mas aí a estreia, inclusive, eu falo da minha estreia, foi terrível. O diretor de TV, doutor Durval Teixeira, ele comandava. Minha função

¹⁸ Divertimentos (coluna), *idem*, 11 jan. 1964, p. 6.

¹⁹ Ver TV mostrou programação no sábado: “avant-première”, *idem*, 2 e 3 jun. 1964, capa.

²⁰ Ver TEIXEIRA, Tito, *op. cit.*, p. 499.

²¹ Ver Trapézio (coluna). *Correio de Uberlândia*, 6 jun. 1964, p. 3.

era o cavalete, colocava várias cartolinas, era a sustentação da televisão, o nome dos programas estava ali. Eu me lembro do programa “Noite de Estrelas”, e lá era mais no grito: vai, não vai. Ele falou: Edson vai... e eu puxei a cartolina [rsrs ...] Vamos supor, o programa tal de hoje tem um slide, tem um nome, uma sustentação, uma cartolina que sustenta, a câmara estava pegando aquela cartolina. Era coisa muito simples, mesmo, e eu lá pelas 10 horas da noite, todo mundo gritando, eu puxei a cartolina. O doutor Durval falou: “Não, agora não, Edson”. Eu fui levar a cartolina e derrubei tudo, caiu o cavalete, caiu tudo no chão, sabe? Tudo ao vivo, não existia videoteipe, não existia nada. Ai doutor Durval veio com a mão na cabeça assim: “Edson, não era com você, não. Você tá nervoso?” Eu falei: “Não” [ele disse] “Você tá, você tá nervoso, respira fundo”. E eu [fazendo barulho de respiração]. Realmente a minha estreia não foi das melhores. Mas aí a televisão virou a pequena Hollywood; era uma correria, e dava gosto de trabalhar, era o dia todo a gente ensaiando aqui, muita gente.”²²

Tudo era na base da improvisação, apesar da estreia ter sido catorze anos após a Tupi entrar em funcionamento e no Brasil já haver outras emissoras. Apenas dois ou três funcionários tiveram contato anteriormente com o novo meio de comunicação. Eles vinham da TV Itacolomi, de Belo Horizonte. Muitos eram como Edson Domingos, que não tinha passado nem pelo rádio. A empresa formou seu próprio elenco, aproveitou parte dos que vinham da radiodifusão, alguns artistas, como Nalva Aguiar, e outros que buscavam um emprego, em qualquer função que fosse. Oswaldo Bonfim de Sá Júnior se reporta a esse início: “todos os funcionários, que trabalhavam naquela época foram aprendendo por eles mesmos. Tinham uns técnicos que vieram do rádio, e foi baseado na experiência de rádio [que eles foram aprendendo], mas eram todos de Uberlândiamesmo”. E ele complementa afirmando que a inexperiência era tanta que chegavam a correr riscos: “teve um dia que um funcionário tomou um choque de 700 volts e quase morreu”.²³

A programação voltada para entrevistas, *shows*, jornalismo (lembrando que o formato-padrão era à base de dois apresentadores lendo notícias vindas do rádio) e filme durou três anos. Em 1967, Garcia Nunes fez um convênio com a TV Excelsior. Por meio da parceria, conseguiu trazer atrações exibidas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Até

²² DOMINGOS, Edson. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 11 mar. 2019.

²³ SÁ JUNIOR, Oswaldo Bonfim de, *op. cit.*

esse período, a TV Triângulo contava apenas com programas ao vivo todos feitos por pessoas da cidade e região.

Além de revelar e dar oportunidades para artistas da cidade, a tevê local proporcionava abertura para os políticos da região, que passaram a ser presença constante nos programas de entrevista: entre elas o deputado estadual Homero Santos, que tinha sido vereador em Uberlândia, e o deputado federal Rondon Pacheco – aqui nascido.

2.2 As Minas e as Gerais por dentro do golpe: Rondon, como o Deus e o diabo no sertão da farinha podre

O regime militar estava ligado a Minas desde a administração de Magalhães Pinto. O banqueiro, que chegou a ser presidente da União Democrática Nacional (UDN), esteve à frente do governo de 1961 a 1966, período de fundação da TV Triângulo. Dois anos antes de se tornar o vigésimo sexto governador, ainda enquanto estava na presidência do partido, decidiu apoiar Juraci Magalhães, pré-candidato à presidência da República.²⁴

No pleito de 3 de outubro de 1960, Jânio foi eleito, e a UDN conseguiu garantir vaga para 11 governadores, entre os quais Magalhães Pinto, em Minas Gerais. Ele derrotou Tancredo Neves, do PSD. Tinha como um dos focos principais de governo tentar industrializar Minas.²⁵

No ano seguinte, Jânio renunciou à presidência, agravando a crise então existente no Brasil. Ao saber da saída de Quadros, Magalhães Pinto começou uma articulação para impedir a posse do vice-presidente João Goulart (Jango), que era visto como simpatizante de reformas que não agradavam à elite brasileira. Nesse período, o governador de Minas promoveu uma reunião com chefes de outros estados para formar um pacto de segurança das instituições frente à instalação do novo governo. O processo político avançou e, em 7 de setembro de 1961, era empossado João Goulart como presidente da República mediante a sua aceitação de um regime parlamentarista.

²⁴ A UDN estava dividida, e a ala liderada por Carlos Lacerda decidiu apoiar Jânio Quadros, mesmo pertencendo a outra sigla, por demonstrar mais chances de ser eleito do que Juraci, que acabou derrotado nas prévias. Ver OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Minas Gerais na ditadura militar: lideranças e práticas políticas (1971-1983)*. Uberlândia: Rápida, 2002, p. 18.

²⁵ Cf. *idem, ibidem*, p. 18 e 19.

O governador de Minas não deu trégua a Jango. Ele articulava com militares, em outubro de 1963 se encontrou com o general Carlos Luís Guedes, comandante da 4ª Infantaria Divisionária de Belo Horizonte, e o general Olímpio Mourão Filho, sediado em Juiz de Fora. Um novo encontro foi realizado no dia 28 de março de 1964. Nessa reunião estavam o marechal Odílio Denis e o general Carlos Luís Guedes. Foi, então, tirada uma data para a derrubada de Jango: 2 de abril. O general Mourão desrespeitou o combinado e, no dia seguinte, seguiu com a tropa para o Rio de Janeiro, surpreendendo a todos que organizavam o golpe, como Castelo Branco, que ainda tentou fazer Mourão retornar para o quartel.

Castelo Branco tomou posse no dia 15 de abril, com previsão para novas eleições em 1966. Apesar dos mineiros estarem à frente de muitas articulações e terem sido os primeiros a colocarem a tropa nas ruas, Minas ficou fora dos centros de poder estatal; quem chegou mais próximo foi o general Mourão, que assumiu a Petrobrás. De acordo com Heloísa Starling, pode-se, no entanto, afirmar que o movimento arquitetado em solo de Minas não foi algo inocente e nem patriótico. Estava muito ligado à vaidade e ao desejo de poder:

Na verdade, processava-se aqui, em conexão direta com o núcleo dirigente representado pelo eixo Rio/São Paulo, um golpe político-estratégico dirigido ao centro de equilíbrio do regime nacional-populista. Para tanto, as classes dominantes, sob a égide do setor multinacional-associado, empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em diversas frentes, atuando tanto a nível do Estado quanto da sociedade civil, com vista à ocupação do Estado para daí procederem ao projeto de reordenação capitalista, ambicionado pelo setor multinacional-associado.²⁶

Mas as ambições de Magalhães Pinto acabaram duplamente frustradas: não conseguiu fazer um sucessor em Minas, onde as eleições foram vencidas por Israel Pinheiro, do PSD, e o sonho de se candidatar à presidência teria que ser adiado já que as eleições não ocorreram, como previsto, em 1966, por força de mais um ato discricionário da ditadura militar. Ele, porém, se aliou ao general Costa e Silva, que, ao substituir o

²⁶ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfindentes e o golpe militar de 1964*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 312.

marechal Castelo Branco, nomeou o ex-governador de Minas ao cargo de ministro das Relações Exteriores.

Antes de se tornar ministro, o ex-governador foi eleito deputado federal pela Arena (Aliança Renovadora Nacional), cargo que ocupou por poucos meses. Ao deixar o governo federal, foi indicado à vaga de senador por Minas, em 1970. Nesse mesmo período, Rondon Pacheco foi escolhido por Garrastazu Médici para assumir o governo de Minas Gerais, na condição de “governador biônico” (imposto pelo regime). Esse político frequentaria todos os programas de entrevista da TV Triângulo e o noticiário da emissora. Aliás, como mantinha uma casa em Uberlândia, ele era visto com frequência na cidade.

Pacheco implantou, em Minas Gerais, diversos projetos industriais em parceria com o governo federal e o capital estrangeiro. Um dos setores que se destacou no estado, nessa época, foi o da energia elétrica. Foram construídas a hidrelétrica de São Simão e a termelétrica Igarapé. Durante alguns anos, como já citado, essa área representou um entrave ao desenvolvimento de regiões como o Triângulo Mineiro.²⁷

Rondon foi um político que teve os meios de comunicação sempre presentes na vida dele. Eles cumpriram o papel de enaltecer suas “obras”. Antes da fundação da TV Triângulo, o político uberlandense já era visto com bons olhos por um programa veiculado na TV Itacolomi, em Belo Horizonte, “O movimento por um mundo cristão”, que fazia parte de uma grade semanal e contava com espaço em duas estações radiofônicas: as rádios Jornal de Minas e Itatiaia. Tal movimento foi idealizado pelo padre João Botelho e tinha como objetivo a doutrinação ideológica da opinião pública.²⁸ Como buscava atingir a audiência da classe média e alta, essa programação chamou a atenção de movimentos conservadores do estado, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes).²⁹ Outro aspecto que despertou o interesse desse instituto foi o fato de dispor de uma grande penetração ideológica por meio da mídia.

²⁷ Ver Rondon Pacheco. Disponível em <Rondon Pacheco | Estado de Minas Gerais (www.mg.gov.br)>. Acesso em 21 nov. 2020.

²⁸ Cf. STARLING, Heloísa Maria Murgel, *op. cit.*, p. 216.

²⁹ O Ipes foi fundado oficialmente em 29 de novembro de 1961. Uma de suas funções era fazer alianças entre militares e plutocratas, o que acabou resultando numa união entre os que tinham interesse na derrubada de Goulart. Cf. GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 159.

O grupo do padre João Botelho queria combater o que chamava de imoralidade. Sob a perspectiva de Starling, “tratava-se de um movimento que, sob a proteção da Igreja, buscava a defesa dos valores morais tradicionais, procurando exercer uma ação normativa sobre os meios de comunicação de massa, já que se definia como um movimento voltado para ‘educar’ as massas”.³⁰ Essas características vieram ao encontro do pensamento do Ipes. Para os integrantes do instituto, a ideia de ordem significava a preservação do *status quo*, além de representar a defesa de valores tradicionais, como a família, a religião e a moralidade.

A partir daí, a função política do Movimento por um Mundo Cristão no interior da articulação Ipes – Novos Inconfidentes, torna-se visível: significava transformar em uma bandeira principal de luta a condenação ao comunismo, mas enfatizando sobretudo o efeito destruidor que este teria sobre a moral: a “destruição da família”, a “permissividade sexual”, etc. Tratava-se de uma questão interessante: embora o sentimento anticomunista tenha se constituído em um dos “ganchos ideológicos” de unidade das elites “tradicionais” na luta contra o governo Goulart, cada um dos seus segmentos articulou-o a um conjunto ideológico distinto: se para as classes médias em geral o anticomunismo estava associado à perda do mito da ascensão, para os profissionais liberais implicava a destruição dos mecanismos de representação democrática, ao passo que aos olhos dos grandes proprietários de terras expressava-se, publicamente, na defesa da propriedade privada.³¹

O programa “O movimento por um mundo cristão” participou ativamente nas eleições de 1962, apoiando a Aliança Eleitoral pela Família (Alef).³² Esta organização apresentou ao eleitorado uma relação de 241 nomes de candidatos, aprovados por ela, aos cargos de senador, deputado federal, estadual, vereador e prefeito, e entre os indicados estava Rondon Pacheco, fortalecendo, assim, sua trajetória política.

Mesmo sendo reconhecido na capital, Rondon era presença frequente na sua cidade natal, onde passou a aproveitar a novidade de Uberlândia: a TV Triângulo. Depois da inauguração, não foram poucas as vezes que o político da UDN participou dos programas ou teve sua vinda à cidade exibida em reportagens pela emissora. Uma prática,

³⁰ STARLING, Heloísa Maria Murgel, *op. cit.*, p. 217.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 217 e 218.

³² A Alef era uma organização nacional que tinha como objetivo intervir nas eleições, conhecida anteriormente como Liga Eleitoral, contava com a participação de Plínio Correia de Oliveira, fundador da TFP, Tradição, Família e Propriedade. Para que a Alef aprovasse um nome não importava tanto o partido, mas sim a ideologia do candidato, seu conceito familiar, profissional e público. Ver STARLING, Heloísa Maria Murgel, *op. cit.*, p. 220 e 221.

por sinal, comum também ao principal jornal da cidade, que trazia como manchete até a participação do político em inauguração de academia de halterofilismo, na qual ele aproveitava para exaltar Uberlândia: “Percorrendo os vários departamentos daquela organização e sentindo o quanto o espírito de um punhado de idealistas pode realizar, completamente desamparado dos poderes públicos, o ilustre parlamentar uberlandense não deixou de exclamar: Esta é a minha terra!”³³

Também era muito comum Rondon ser homenageado. Numa única edição do *Correio de Uberlândia*, foram estampadas duas notícias na capa sobre o político. Uma se referia à homenagem que ele havia recebido na Câmara e a outra, do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Setor Mobiliário.³⁴

Rondon foi um dos políticos mais prestigiados pela TV Triângulo, segundo relato de ex-funcionários. Para o ex-radialista, Ademir Reis, inflando sua atuação, credita a esse político o crescimento e o desenvolvimento de Uberlândia, citando como um marco a federalização da universidade local (UFU)³⁵, que propiciou a criação de novos cursos, como o de Direito e o de Economia, além da aprovação da graduação de Medicina.

*Com a federalização da universidade, o Brasil inteiro virou um dos olhos para Uberlândia, a expansão demográfica da cidade foi uma loucura. A cidade triplicou em menos de 10 anos a sua população. Isso aqui virou uma loucura porque a demanda de vestibular era uma coisa de louco, a cidade recebia milhares de estudantes que passaram no vestibular. O que acontecia? A família se mudava para cá, abria uma nova indústria, abria uma nova loja, abria um novo comércio. Ai veio o shopping, a cidade foi crescendo. E eu acho que Uberlândia tem essa participação efetiva e deve muito a doutor Pacheco.*³⁶

Para Petry, Rondon, por estar ligado aos militares, conseguiu muito apoio e incentivo do governo que foi revertido na federalização da universidade e na instalação de fábricas como a Souza Cruz, a Fujiwara e a Daiwa. Para o ex-radialista, a região contou

³³ Dep. Rondon visitou academia de halterofilismo. *Correio de Uberlândia*, 19 jan. 1960, p. 4.

³⁴ Ver Câmara: homenagem a Rondon Pacheco, *idem*, 7 jan. 1960, capa.

³⁵ A federalização da UFU se efetivou em 24 de maio de 1978. Rondon Pacheco foi um dos responsáveis por isso, mas não, evidentemente, o único. Disponível em <<http://www.comunica.ufu.br/noticia/2018/05/ufu-40-anos-de-federalizacao-e-mais-de-60-anos-de-historia>>. Acesso em 2 abr. 2021.

³⁶ REIS, Ademir Torido, *op. cit.*

com outros políticos que, de alguma maneira, também ajudaram no processo de desenvolvimento da cidade, contudo nenhum deles se compara com Rondon Pacheco.³⁷

Para Ana Carolina Temer, que trabalhou como editora na TV Triângulo, tudo o que o político uberlandense fazia era destaque e, em determinado momento chegou a ser tratado como um herói pela imprensa local. “Quando eu cheguei aqui, ele tinha terminado o governo ou estava terminando. Mas eles [muitos moradores da cidade] falavam o seguinte: isso aqui só era Minas por causa do Rondon, porque queriam separar [o Triângulo do restante do estado]. O Rondon foi quem lutou para ter uma Minas unida, Rondon era o herói local, era o sujeito local que chegou ao governo de Minas”.³⁸ Para a ex-editora do “TN Notícias”, Rondon não dava tanta importância para a cobertura feita pela televisão. “Essa era a impressão que eu tive”.³⁹

A ligação de Rondon com o regime era de muito entrosamento e confiança, a ponto do político uberlandense pedir ao então ditador-presidente Castelo Branco que desse o indulto a Wander Campos, assassino confesso de Augusto Soares da Cunha, morto em 1964 em Valadares, considerado um dos primeiros crimes com motivação política da época.⁴⁰

Rondon era leal ao regime ditatorial. Em retribuição à dedicação do político, após se tornar o presidente da Arena, ele foi indicado pelo ditador-presidente Emílio Garrastazu Médici para ser o governador biônico de Minas Gerais (1971-1975), eleito de forma indireta conforme o Ato Institucional n. 2 (AI-2). Por ter ganhado esse cargo, seria difícil imaginar que em algum momento pudesse romper com o governo central.

Apesar de estar marcado pela participação nesse lado sombrio da história do Brasil, o político costuma ser visto, por parte de quem mora na região, como o responsável pelo desenvolvimento econômico, não só no Triângulo Mineiro como de todo o estado por ter negociado a instalação de alguns empreendimentos que renderam postos de trabalho e arrecadação para alguns municípios. A fábrica da Fiat, em Betim, foi um deles,

³⁷ PETRY, Paulo Henrique, *op. cit.*

³⁸ TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Entrevista a esta pesquisadora em Uberlândia, em 20 jun. 2019.

³⁹ *Idem.*

⁴⁰ Ver CNV – Comissão Nacional da Verdade. Subcomissão da Verdade Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba Ismene Mendes. Relatório II. A face civil da ditadura: o protagonismo das elites e sua dominação socioeconômica, Uberlândia, Edufu, 2016, p. 27. Disponível em <http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book_relatorio_ii-comissao_da_verdade_0.pdf>. Acesso em 23 fev. 2020.

mas isso só ocorreu após a empresa receber subsídios, redução de carga tributária e a doação de um terreno de mais de dois milhões de metros quadrados. Como se pode perceber, a geração de empregos foi em troca de benefícios. Entre os seus admiradores, as histórias ruins foram jogadas para debaixo do tapete, como o fato de o governador ter sido responsável por duas agressões a povos indígenas, a populações interioranas e ao meio ambiente: um no Vale do Rio Doce e outro no Vale do Jequitinhonha.⁴¹

Além disso, em 1968, como chefe da Casa Civil do ditador-presidente Costa e Silva, a participação do político na edição do Ato Institucional n. 5 (AI-5) foi direta. Na véspera do fatídico dia 13 de dezembro, Rondon Pacheco estava na casa que mantinha em Uberlândia. Em entrevista exibida em dezembro de 2008, na antiga TV Triângulo e atual TV Integração, o político contou a versão dele sobre esse período: “à noite veio a convocação da Casa Civil para que eu voltasse imediatamente. Disseram que viria um avião me buscar e, no dia seguinte, veio o avião da Aeronáutica. Me levaram para o Palácio das Laranjeiras, às oito horas da manhã, onde estava instalada a crise”.⁴² Chegando ao local, Rondon participou de duas reuniões no mesmo dia.

O ministro da Justiça disse: olha, presidente, eu já tenho um ato aqui. Tirou da pasta um ato, mas era um ato que não servia, ultraradical, e ele se inspirava no ato que, um mês antes, tinha sido aplicado na Argentina. Foi instalada a ditadura na Argentina, a ditadura militar, e eles suspenderam os poderes totais do Supremo Tribunal, dissolveram o Supremo Tribunal, mudaram todos os ministros, dissolveram as assembleias estaduais, e o ministro brasileiro sugeriu algo parecido, e eu me abri: olha, presidente, esse ato limita os seus poderes, este ato, que o ministro da Justiça está propondo, ele tumultua a vida toda do país. O senhor terá que ficar sem assembleia legislativa, o senhor vai ter que fazer intervenção nos 22 estados do país (na época eram 22 estados), o senhor vai ter que nomear um interventor em cada estado.

⁴¹ Em 1972 os integrantes da tribo Krenaks foram transferidos para a fazenda Guarani, uma forma de retirar os povos nativos do Vale do Rio Doce. Essa mudança foi realizada de forma violenta; não houve preocupação com a segurança e nem com a comodidade desses índios que, ao chegarem ao destino, foram abandonados até que o chefe do Posto Indígena Maxacali tivesse conhecimento dos fatos e encaminhasse o grupo para acomodações ainda precárias. Essa rápida transferência fez com que pesquisadores acreditassem que na área onde a aldeia estava instalada havia sido encontrada uma mina de mica. A outra situação foi no Vale do Jequitinhonha, onde a comunidade tradicional local foi autorizada a devastar o meio ambiente. A justificativa vinha pela necessidade do crescimento econômico, o que levou o governo considerar o bioma cerrado como um grande vazio, devendo ser ocupado. A “revolução verde” levou muita gente para essa região a fim de explorar o solo. A população rural viu seus pés de frutas serem substituídos por monoculturas que nem da região eram, como eucaliptos, motivadas pela política de incentivos fiscais concedidos pelo governo, para o abastecimento da siderurgia a carvão vegetal e da indústria de papel e celulose. Ver CNV, *op. cit.*, p. 29, 30 e 36.

⁴² PACHECO, Rondon. Entrevista concedida à TV Integração em Uberlândia e veiculada em dez. 2008.

*Isso não interessa ao senhor. O senhor é um presidente legítimo, autêntico – legal. E ele agradeceu a ponderação que eu fiz.*⁴³

Na tentativa de atenuar sua responsabilidade na promulgação dessa medida draconiana, Rondon disse que na primeira reunião ele votou contra o ato proposto pelo ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva. No fim da tarde de 13 de dezembro de 1968, houve a segunda reunião, quando o AI-5 foi aprovado: “Eu apresentei emenda limitando o prazo, estabelecendo um prazo para que os direitos suspensos voltassem à ordem normal, eu apresentei uma emenda que estabelecia o prazo de um ano, e essa emenda foi rejeitada”.⁴⁴

Em entrevista ao jornal *Diário da Tarde*, de Belo Horizonte, em 14 de dezembro de 1977, Rondon justificou tal ato de força, como sempre em nome de valores democráticos: “O AI-5 foi editado para defender as instituições democráticas [...] qualquer debate sobre AI-5 é um desserviço que se presta ao país. Sob as melhores inspirações do presidente Costa e Silva, superou a crise, a exemplo de outras. Da mesma maneira que o presidente Castelo Branco baixou o AI-2 para defender as instituições, Costa e Silva editou o AI-5”.⁴⁵

Ainda segundo o ex-ministro da Casa Civil, apesar da sugestão dele quanto a impor um prazo-limite para vigorar o ato ter sido negado, ele contou – e acredite quem quiser... – que Costa e Silva pretendia revogar o AI-5 em setembro do ano seguinte, mas em agosto sofreu uma isquemia e acabou afastado do cargo. Veio, então, mais um golpe com o impedimento da posse do vice-presidente Pedro Aleixo. Segundo a versão de Rondon Pacheco, uma pessoa do governo teria dito:

Hademaker [Augusto Hademaker, que fazia parte da Junta Provisória junto com Aurélio Tavares e Márcio de Sousa Melo] *que teria ponderado: Dr. Pedro, nós estamos numa situação difícilíssima. O presidente impedido de governar porque está com derrame. Nós precisamos dessas medidas de exceção porque o embaixador americano está sequestrado, eles estão sequestrando embaixadores, a revolta está na rua, o país está precisando de maior segurança, e foi o senhor que elaborou a Constituição, que elaborou o dispositivo que o presidente poderá revogar o Ato Institucional número cinco, e essa será uma das primeiras coisas que o senhor irá fazer, e nós não poderemos*

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ *Apud* OLIVEIRA, Selmane Felipe de, *op. cit.*, p. 71.

*abrir mão do AI-5, por isso a junta vai impedi-lo do senhor assumir o poder”.*⁴⁶

Questionado pelo repórter da TV Triângulo, na mesma entrevista levada ao ar em dezembro de 2008, quanto a concordar ou não com essa ação, Rondon disse não caber a ele aceitar, até porque na época nada lhe foi perguntado. Disse que seria contra a decisão: “eu conhecia o homem [Pedro Aleixo]. Se na escolha dele para vice eu participei ativamente a pedido do presidente Castelo Branco, porque o presidente Castelo Branco tinha o poder de escolher o vice e o Costa e Silva tinha o poder de vetar o vice, ele vetou o João Agripino”.⁴⁷

O fato de Rondon Pacheco estar ligado ao governo militar e ter participado da edição do AI-5, tornando o país mais violento com o aumento indiscriminado da repressão e a suspensão da maioria dos direitos civis, não muda a opinião de muitos dos nossos entrevistados, como Ademir Reis, Umbertino Gonçalves e Paulo Henrique Petry. Para essas pessoas, as “benfeitorias” e as verbas trazidas à região parecem lançar ao esquecimento esse lado ruim da nossa história.

2.3 A tevê do entretenimento e o comunismo na cidade

Apesar de muitos moradores da região e de boa parte dos integrantes da mídia de Uberlândia serem conservadores e estarem ao lado de Rondon Pacheco, outra parcela, sem dúvida, menor, era contrária às ideias do regime vigente. De mais a mais, a esquerda e o comunismo, historicamente não estavam ausentes na região.

Segundo levantamento da Comissão Nacional da Verdade, no final da segunda Guerra Mundial (1939-1945) e do primeiro governo Vargas (1930-1945) Uberlândia ganhou o apelido de “Pequena Moscou” ou de “Moscou Brasileira”, por mais exagerado que fosse. Isso se deveu ao fato da cidade e dos municípios vizinhos contarem com entidades ligadas ao movimento comunista, especialmente o Partido Comunista

⁴⁶ PACHECO, Rondon, *op. cit.*

⁴⁷ *Idem.* Entrevista concedida em Uberlândia, em setembro de 2000, e veiculada no *site* do Museu Virtual de Uberlândia. Acesso em 16 fev. 2020.

Brasileiro. Durante o curto período em que esteve na legalidade (1945-1947), após a deposição de Vargas, em 1945, Uberlândia passou a contar com um diretório do PCB.⁴⁸

Por outro lado, tem-se que, se houve a necessidade de averiguação, por parte do Exército, das atividades comunistas desenvolvidas na região de Uberlândia, é porque haveria, do mesmo modo, resistência e temor a tais movimentações por setores da sociedade civil. De fato, a Cruzada Brasileira Anticomunista, criada no início da década de 1950 e presidida pelo militar Carlos Pena Boto, já anunciava que, em Minas Gerais, existiriam 18.000 guerrilheiros, especialmente concentrados no Triângulo Mineiro, preparando-se para a tentativa armada de tomada de poder. Essas declarações foram ostensivamente divulgadas pelo jornal Estado do Triângulo, grande responsável pela propaganda anticomunista da época e pelo alarmismo infundido na população.⁴⁹

A instalação do Exército em Uberlândia seria um alívio para quem temia o comunismo, e isso foi possível com a doação de um terreno, em 1957, pela imobiliária Tubal Vilela.⁵⁰ A área, no bairro Tubalina, teve a transferência de propriedade feita para o Ministério de Guerra. A inauguração ocorreu em julho de 1962, e já em plena ditadura militar, em 9 de julho de 1968, o local deu lugar ao 36º Batalhão de Infantaria.

Desde a sua inauguração, a TV Triângulo manteve uma excelente relação com os militares, a ponto do Canal 8 cobrir praticamente todos os eventos ligados ao Exército. As pautas da emissora, no entanto, eram mais voltadas para os chamados “assuntos leves” como reportagens sobre festas, reuniões de clubes de serviço e colonismo social.

De início, segundo consta, o jornalismo chegou a ser dirigido pelo coronel Starling, que tinha sido comandante do Batalhão Mauá, sediado em Araguari.⁵¹ Roberto Cordeiro, primeiro fotógrafo e cinegrafista da tevê, assinala que, na época, era comum ver à frente de algumas empresas ex-oficiais, principalmente se essas fossem do ramo da

⁴⁸ Ver CNV, *op. cit.*, p. 41.

⁴⁹ SILVA, Idalice Ribeiro da. *Flores do mal na cidade jardim: comunismo e anticomunismo em Uberlândia*. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 2000, p. 43. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29667/2/ComissaoVerdadeTriangulo.pdf>>. Acesso em 16 fev. 2020.

⁵⁰ Tubal Vilela era o pai de Tubal de Siqueira Silva, que comprou a TV Triângulo de Edson Garcia Nunes e é o atual proprietário da emissora. Devido a essa doação, durante uma reforma do 36º Batalhão o Exército, montou-se uma sala com uma exposição contando parte da história do empresário dentro das instalações da corporação.

⁵¹ Essa informação não foi confirmada pela assessoria do Batalhão Mauá. Quem relatou esse fato foi Roberto Cordeiro. Já o ex-funcionário Oswaldo Bomfim de Sá Junior disse ter conhecido o coronel, sabia que ele era de outra cidade, sem precisar de qual município se tratava. SÁ JR., Oswaldo Bonfim de, *op. cit.* Ele relatou que o sobrenome era Steling e não Starling, mas não se recorda do primeiro nome. Afirmou ainda que o oficial do Exército andava à paisana e que não era de Uberlândia.

comunicação. A contratação do coronel “coincide” com o período em que Garcia Nunes estava solicitando, junto ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o aumento da frequência para os transmissores. Requisitava também a mudança dos equipamentos da Rua Buriti Alegre para a região do Umuarama. Para Cordeiro, “o coronel Starling ficava por ali, como quem não quer nada com a história”. Fazia, de vez em quando, uma viagem às capitais do país, tentando buscar alguma solução para os problemas internos da televisão”.⁵² De qualquer forma, a permanência do coronel na tevê foi curta; terminou antes de 1967, ano em que Orlei Moreira foi para o Canal 8 e logo depois assumiu a direção do setor de jornalismo. Sobre a saída de Starling, Cordeiro relatou:

*O nosso caro diretor presidente [...] chamou à sua presença o nosso coronel. Deu o golpe do Joãozinho sem braço, como era do seu repertório; pediu um favor ao coronel: que administrasse a construção da torre da tevê lá dos altos do Campus Umuarama. [...] O coronel subiu até os altos da cidade, e por lá ficou, e como não tinha nada para fazer, e aqui em “baixo” o seu lugar já estava sendo ocupado por outros, caiu fora e deu no pé até Araguari, mesmo porque a torre já ficava bem perto de Araguari, deixando o Zequinha Bigode continuar a obra de alvenaria e a torre de ferro, que no começo do ano 1971 levou ao ar a primeira imagem colorida do Canal 8.*⁵³

A contratação de Starling pode ter ajudado nas negociações de Garcia Nunes junto ao governo federal. Todavia, como salienta Ana Carolina Temer, tê-lo como diretor não eliminou a censura velada a que era submetida à redação: “Ocasionalmente, quando um fato relevante acontecia ao nível nacional, um oficial do Exército ‘aparecia’ para uma visita e vigiava o trabalho dos redatores. A cobertura das atividades festivas no quartel, como há muito já acontecia, era assunto obrigatório no noticiário local”.⁵⁴

Enquanto a TV Triângulo seguia mostrando as festas pela cidade, ela se mantinha alheia ao sentimento de contestação ao regime que começava a se esboçar na cidade. Em 1966, o dentista Guaracy Raniero, entrevistado por Vilmar Martins Júnior para um documentário lançado em 2017 – relatou que, ao sair do trabalho, passou em um bar onde estavam Carlos Maluf Wutke e outros dois amigos. Eles reclamavam da falta de liberdade

⁵² CORDEIRO, Roberto. *Chegou... a maravilha da televisão*, Uberlândia: edição do autor, 1990, p. 13 (manuscrito xerocado e distribuído aos amigos).

⁵³ *Idem*. Essa imagem colorida era a revelação do filme que ganhava cor. Não era a mesma técnica usada nas transmissões em cores que começaram a aparecer no Brasil a partir de 1972.

⁵⁴ TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. *Colhendo notícias, plantando imagens: a reconstrução da história da TV Triângulo a partir da memória dos agentes do seu telejornalismo*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Umesp, São Bernardo, 1998, p. 130.

sob o regime vigente, quando o odontólogo propôs, romanticamente: “eu acho que tem muita gente pensando em formar grupos guerrilheiros, quem sabe vocês topariam ir com a gente. Vamos formar um grupo de guerrilheiros? Eles falaram ‘vamos, nós somos quatro aqui’”.⁵⁵

O que parecia fruto de uma conversa de botequim, daquelas que nunca saem da mesa de um bar, foi ganhando forma. O grupo passou a se reunir no consultório do dentista e a conquistar mais adeptos à ideia de formar uma “guerrilha” em Uberlândia. Logo no início, buscaram estabelecer contatos com os velhos e conhecidos comunistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que atuavam no município. Esses seriam uma referência da esquerda na cidade. Foi o próprio Guaracy quem buscou aproximações com o partido através de Roberto Margonari, liderança local. Margonari era dentista prático e já o conhecia em função do seu trabalho. Os dois também haviam sido indiciados nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) de abril de 1964, quando foi instalada a “Comissão de Inquérito para Apuração de Atividades Subversivas de Uberlândia”, em decorrência do golpe.⁵⁶

Ao manter contato com o PCB, houve divergências de opinião com membros do partido, que condenava oficialmente a guerrilha e a luta armada. Guaracy acabou se aproximando de Jarbas da Silva Marques, que também está no documentário de Martins Jr. Ele era jornalista e professor, nascido em Monte Carmelo, mas se mudou para Brasília, onde foi trabalhar como concursado no Ministério do Trabalho. Interessados pela luta armada, Jarbas Marques e o dentista, deixaram o PCB para aderirem ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Nesse momento pediram ao partido auxílio com instruções e treinamento a serem feitos no Triângulo Mineiro. Eles queriam ajuda para preparar o grupo de Minas para manipular armas, conforme relatado por José Marques a Martins Jr.:

O objetivo era preparar ações de desapropriação dos bancos, no caixa pagador do DNER e assalto ao quartel da companhia independente, que era primeira companhia a ter o fuzil automático leve, o FAL, no interior dessa região. O Ângelo Arroio se compromete com o Guaracy e seu grupo de mandar um instrutor militar para o Triângulo Mineiro, e ele manda, em vez de mandar um instrutor militar, ele manda um

⁵⁵ RANIERO, Guaracy. Entrevista concedida a *Delírios da ordem, fantasmas do progresso*. Dir. Vilmar Martins Jr. Documentário feito por meio de programa municipal de incentivo à cultura da Prefeitura de Uberlândia, 2017. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=q4Rva57YTy8>>. Acesso em 16 fev. 2020.

⁵⁶ Cf. MARTINS JR., Vilmar. *Delírios da ordem, fantasmas do progresso: sobre repressão e resistência – Uberlândia- MG, 1964/1967*. Monografia (Graduação em História) – UFU, 2015, p. 51.

velho ferroviário que tinha o codinome de Vicente. Quando todo aquele pessoal das cidades com quem eu tinha provocado a discussão sobre a divergência sino-soviética o viu, disseram: “Esse cara não tem nada de revolucionário”, e botam ele num ônibus e disseram: “se você voltar aqui na região, você vai ser morto.”⁵⁷

De fato, o partido não mandou um instrutor militar, como fora pedido, e sim um ferroviário. Ele agia como um instrutor político e não trouxe arma alguma, como era esperado pelo grupo, e isso teria exaltado os ânimos dos “revolucionários” do Triângulo. Guaracy foi a Brasília comunicar a Jarbas que passaria a seguir Leonel Brizola, fundador, em 1966, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) exilado no Uruguai.⁵⁸ O MNR, era formado por militares cassados, muitos deles simpatizantes do comunismo, políticos de esquerda e alguns civis. Em comum tinham a desilusão com a esquerda tradicional. Segundo consta no *site História do terrorismo no Brasil*, “com a ideia de implantar a guerra de guerrilhas no campo com o apoio de um movimento urbano, o MNR articulou-se, basicamente, em dois núcleos: o primeiro, sediado em Montevideú, que manipulava a organização, e o segundo, no Rio de Janeiro, onde se situaria o Comando Nacional. Havia, ainda, ligações em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul”.⁵⁹ O jornalista Flávio Aristides de Freitas Tavares, do jornal *Última Hora*, de Brasília, pertencia ao movimento e tinha contatos com o Brizola. O grupo de Uberlândia fundou o que denominou, pomposamente, de Movimento Revolucionário 21 de abril, o MR-21, e logo ele passou a fazer parte do MNR.⁶⁰

A ligação entre o Brasil e o Uruguai era feita por meio de duas vertentes. Uma era liderada pelo jornalista Flávio Tavares, também conhecido como Félix, Feliciano e Dr. Falcão. Ele respondia, ainda, pela guerrilha na região central do Brasil. A outra equipe ficava no norte do Rio Grande do Sul sendo depois transferida para a Serra do Caparaó, entre Minas Gerais e o Espírito Santo. Ela foi denunciada por moradores da região e acabou presa pela polícia militar mineira. Um pouco antes, Flávio Tavares foi procurado

⁵⁷ MARQUES, Jarbas. Entrevista a *Delirios da ordem, fantasmas do progresso*, *op. cit.*

⁵⁸ Ver *História do terrorismo no Brasil*. Autores não identificados. História do Brasil I, UFPR, Curitiba. Disponível em <<https://www.passeidireto.com/arquivo/24201829/historia-do-terrorismo-no-brasil>>. Acesso em 10 fev. 20, p. 130-132.

⁵⁹ *Idem*, p. 131.

⁶⁰ Ele chegou a contar com 22 integrantes, sendo dois autônomos, cinco empregados, cinco funcionários públicos, um lavrador, um professor, três profissionais liberais com ensino superior, dois técnicos médios e três trabalhadores manuais urbanos. Cf. RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993, p. 68.

pelo militante Jarbas Marques para informar ao jornalista sobre o grupo formado em Uberlândia. Isso fez com que Tavares viesse ao Triângulo Mineiro se reunir com os aspirantes a guerrilheiros no consultório de Guaracy Raniero – no início de 1967. Flávio se apresentou como Doutor Falcão nessa reunião a que compareceram Taylor Silva, Carlos Maluf Wutke e Edmo de Souza.

Sob a perspectiva do jornalista e biógrafo Jason Tércio, os jovens que se reuniram com Tavares continuavam interessados em construir bombas, tanto que Flávio Tavares ficou de mandar para cá um especialista.⁶¹ Na ocasião, foi ratificada a vinculação do grupo de Uberlândia ao MNR de Brizola. Planejaram diversas ações para conseguir dinheiro e armas.⁶² Em abril de 1967, Tavares encaminhou para Uberlândia o instrutor militar que o grupo mineiro esperava. Tratava-se de José Carlos Vidal, conhecido como Carlos Mário e Juca. Porém, segundo se lê em *História do terrorismo no Brasil*, “desentendendo-se com os ‘guerrilheiros’; por ser considerado de baixo nível político e ideológico, o instrutor militar, depois de 10 dias, retornou a São Paulo”.⁶³

Ainda em 1967, o grupo foi pego pelo Exército. Segundo alguns integrantes do movimento, entre eles havia um delator. Porém, não foi apenas ao informante que eles atribuem o fim do grupo de Uberlândia. Na ótica de Jarbas Marques, isso se deveu à infiltração e ao primarismo: “era um aventureirismo, do ponto de vista de pegar energia de pessoas que queriam resistir à ditadura, mas não tinham a visão estratégica do que era a estrutura militar da ditadura. Eram idealistas. Como tudo o que aconteceu neste país, todas as tentativas revolucionárias têm infiltração nelas. O José Joaquim Silvério dos Reis em Uberlândia se chama José Luís de Oliveira”.⁶⁴

O delator do MR-21 entregou o grupo para os militares, e estes prepararam uma armadilha em frente ao Uberlândia Clube. Segundo Martins Jr., em 30 de julho de 1967 a Polícia Federal prendeu Guaracy e outras duas pessoas e, em seguida, se dirigiu para a casa de outros integrantes, prendendo-os todos num único dia. Guaracy chegou a ser avisado por um amigo, na época delegado regional de polícia, Ignácio Gabriel Prata Neto, que seria preso porque havia um infiltrado no grupo.

⁶¹ Ver TÉRCIO, Jason. *A espada e a balança: crime e política no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

⁶² *História do terrorismo no Brasil*, *op. cit.*, p. 135.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ MARQUES, Jarbas, *op. cit.*

Quem também acabou preso foi Flávio Tavares. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em outubro de 2014, foi perguntado sobre o papel que ele teve na “guerrilha” em Uberlândia, e ele negou a existência do movimento.

A Guerrilha de Uberlândia foi uma mentira, nunca existiu. Foi uma fantasia que o Exército criou, até sob certos aspectos, para se vangloriar porque a história da guerrilha de Caparaó tinha sido descoberta pela Polícia Militar de Minas Gerais. Foi dentro daquela rivalidade que havia entre as forças, foi até uma forma do Exército dizer que estamos aqui. A guerrilha de Uberlândia não existiu, foi um nome criado fantasiosamente, mentirosamente, criado pelo Exército aqui de Brasília. O que houve em Uberlândia foi um grupo [de pessoas], que tinham sido, em sua maioria, do Partido Comunista e que queriam participar da resistência democrática, e eles queriam muito fazer uma ação armada. Isso eu fiquei sabendo depois, quando estávamos todos presos aqui em Brasília [ele fala o que ouviu do grupo]: Quando o Costa e Silva estiver aqui nós colocamos uma bomba ali naquele pontilhão que leva do aeroporto para a cidade, [voltou a comentar] mas ninguém sabia fazer uma bomba, eles nunca fizeram uma bomba, só pensaram numa hipótese, sobre a hipótese de fazer uma bomba. Isso faz com que no IPM, inquérito policial militar, entre as acusações que se fazem ao grupo de Uberlândia e a mim é a tentativa de atentado contra o presidente Costa e Silva, o que nos deixava numa situação muito mal. Terrorismo começando a partir de nós e não deles, porque algo nós tínhamos muito seriamente linear naquela época: o terrorismo é uma arma contra nós. O terrorismo nunca pode ser exercido nem sequer o terrorismo seletivo. O que é o terrorismo seletivo? O torturador João da Silva, vamos matar, não, nem esse.⁶⁵

Os relatórios emitidos pelo *Brasil Nunca Mais* quanto ao MR-21 revelam um movimento amador que nunca teria passado da fase das articulações; ele apenas se vinculou ao chamado nacionalismo revolucionário. Houve algumas tentativas de se confeccionar explosivos, porém nada que tivesse tido alguma repercussão. A mesma avaliação é compartilhada pelo sociólogo Marcelo Ridente. Para ele tratava-se de um grupo nacionalista uberlandense que tentou se preparar para a luta armada, mas foi pego pelo Exército antes da ação.⁶⁶

A prisão ganhou repercussão na imprensa nacional, inclusive na mídia local por meio do *Correio de Uberlândia*. Quanto à TV Triângulo, não há registros dessa época.

⁶⁵ TAVARES, Flávio. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade em Brasília, em 20 out. 2014. Brasília. Disponível em <http://youtube.com/results?search_query=comiss%C3%A3o+da+verdade+F1%C3%A1vio+Tavares>. Acesso em 16 fev, 2020.

⁶⁶ Ver RIDENTI, Marcelo, *op. cit.*, p. 57.

Pelo tipo de reportagem que a emissora fazia, dificilmente esse assunto seria veiculado: haveria um silenciamento, uma autocensura ou, no máximo, se mostraria “o grande feito do Exército”. Orlei Moreira, que acabara de ser contratado pela empresa de Garcia Nunes, diz não se recordar desse episódio.⁶⁷ Edson Domingos, que também trabalhava na tevê, nessa época, contou que não se lembrava desse movimento, apesar de relatar que sabia que a cidade “sempre foi considerada comunista”.⁶⁸ Durante a entrevista, Domingos silenciou-se em vários momentos, principalmente quando o tema era polêmico como esse, algo como se tivesse aprendido e se acostumado a não tocar em determinados assuntos que, no passado, poderiam trazer algum dissabor e até punição. Após tanto tempo, algo ficou marcado na memória desse trabalhador que, até hoje, se cala. Conhecendo-o, posso dizer que essa atitude não é por concordar com o regime vigente na época; pelo contrário, nunca foi simpatizante da ditadura.

A repercussão local da prisão se deu no *Correio de Uberlândia*, que veiculou apenas a versão do opressor. Mas o apelo midiático nacional ocorreu devido ao envolvimento do nome de Leonel Brizola, considerado um dos maiores inimigos do regime. O *Última Hora* fez várias reportagens sobre o assunto, em agosto de 1967.⁶⁹ No dia 2, noticiou que o governo havia encontrado mais um “núcleo guerrilheiro”, dessa vez no Brasil central, mais especificamente em Uberlândia, onde doze pessoas tinham sido presas. A notícia revelava os nomes dos envolvidos e inflamava ainda que a polícia estava à procura do “doutor Falcão”, tido como uma espécie de articulador desses grupos na região.⁷⁰

No mesmo dia, na edição vespertina, o jornal anunciou que foram dez presos e não doze, como veiculado no periódico matutino. Ainda segundo a publicação da tarde, a polícia revelou ter mais 50 pessoas para prender na região e, dessa vez, é interessante ressaltar que o jornal as tratou como vítimas e não terroristas, mostrando ter tomado partido. Segundo a reportagem não se sabia para onde os detidos haviam sido levados, mas publicou os nomes de alguns deles e suas funções. Chegou a citar o então prefeito Renato de Freitas, que tempos depois iria ser sócio da TV Triângulo, e era cliente do

⁶⁷ Ver MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

⁶⁸ Ver DOMINGOS, Edson, *op. cit.*

⁶⁹ Ver Governo acha mais guerrilha. *Última Hora*, edição matutina, Rio de Janeiro, 2 ago. 1967, p. 1; Prisão de Flávio mobiliza o Congresso, *idem*, 5 ago. 1967, p. 1, e NEIVA, Miguel, Falcão (coluna), *idem*, 7 ago. 1967, p. 2.

⁷⁰ Ver Governo acha mais guerrilha, *idem*, 2 ago. 1967, p. 1.

dentista preso Guaracy Raniero. Em entrevista, o chefe do executivo municipal disse que o profissional da odontologia não escondia a sua insatisfação com o governo militar, assim como os outros presos, que também eram pessoas conhecidas na cidade, e devido às manifestações e às críticas contra Castelo Branco e Costa e Silva, afirmou que já era esperado haver prisões.⁷¹

A partir do encarceramento do jornalista Flávio Tavares, o *Última Hora* passou a dar destaque quase diário, no mês de agosto, sobre a situação dele. No dia 7, a manchete dizia que ele foi confundido com a foto de quem seria o doutor Falcão, chefe da guerrilha de Uberlândia, e publicou o depoimento do deputado Valdir Melgaço, que, além de ser da cidade do interior de Minas Gerais, era o dono do jornal *Correio de Uberlândia*. Ele disse acreditar ser um engano a prisão de Flávio, porque o rapaz era desconhecido no Triângulo Mineiro.⁷²

O *Correio de Uberlândia* refletiu o pensamento dos conservadores da cidade no período em que o dentista e os colegas foram presos como “guerrilheiros”. Durante três meses, após o ocorrido, o jornal tratou de publicar notícias enaltecendo o potencial da cidade e reforçando o discurso de progresso.⁷³

*O esforço para promover a imagem da cidade encontrou amparo no anseio do governo civil-militar em promover sua propaganda. A combinação destes fatores e sua deflagração bélico-cênica em pleno cerrado mineiro ficou conhecida pelo nome de “Operação Triângulo”. Não seria exagero dizer que o plano fez parte de uma orquestração que envolveu os setores dominantes locais (empresários, políticos e imprensa), juntamente com a cúpula do Exército, por intermédio da 3ª Cia. do 6º BC em Uberlândia, a fim de promoverem as famigeradas manobras militares na região. Tais articulações remontam a meados de setembro de 1967, portanto após a prisão dos membros do MR-21 e a publicação dos relatórios do Cel. Epitácio, quando o Comandante do 1º Exército, General Adalberto Pereira dos Santos, chega em Uberlândia para uma visita oficial.*⁷⁴

Em outubro de 1967, o *Correio de Uberlândia* publicou uma matéria com o objetivo de ressaltar o quanto as notícias sobre a cidade foram injustas. Enaltecendo a

⁷¹ Ver Uberlândia descobre bomba e prende dez, *idem*, edição vespertina, 2 ago. 1967, p. 4.

⁷² Ver Semelhança em foto levou Flávio à prisão, *idem*, edição matutina, 7 ago. 1967, p. 1.

⁷³ Ver MARTINS JR., Vilmar, *op. cit.*, p. 89.

⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 92.

quantidade de prédios, tentou chamar a atenção para a sua vocação ao desenvolvimento, a despeito dos supostos ataques e deturpações que sofria. O jornal fez questão de enfatizar que o município não era comunista e muito menos uma mini-Moscou. Alegava ser necessário corrigir essa imagem, pondo em relevo seu potencial industrial e o fato de ser terra de escolas superiores e grande fonte de renda do estado.⁷⁵

Paralelamente, o Exército aproveitou o episódio da prisão dos subversivos para reforçar a sua imagem de “protetor da sociedade”. Pela ótica de Martins Jr, “diriam os entusiastas do Exército que ele nada mais fez do que aplicar, na prática, o seu lema “braço forte, mão amiga”, usando então a força contra os inimigos e estendendo a mão benevolente aos amigos. [...] Ao contrário de serem ‘salvos’ da ditadura, foi a ditadura quem ‘salvou’ o povo do ‘inimigo vermelho’, ‘guerrilheiro’ e ‘terrorista’”.⁷⁶ Apesar de não haver registro da TV Triângulo sobre o assunto, o que sabemos da época, por meio dos relatos dos entrevistados é que a emissora teria o mesmo discurso do jornal na construção de uma boa imagem da cidade e do Exército.

2.4 TV Triângulo: o telejornalismo nos primeiros anos da ditadura até a chegada dos censores

As denúncias de prática de tortura nos quartéis passaram a chegar aos veículos de comunicação. O *Correio da Manhã*, em setembro de 1964, trouxe num editorial o título “Tortura e insensibilidade”. Pela ótica do jornalista Elio Gaspari, a reportagem alertava para o aumento diário de “atentados contra o corpo e a mente de prisioneiros culpados e inocentes”. Havia ainda a denúncia de que, desde o dia primeiro de abril, o silêncio ia levando alguns a uma “gradual insensibilidade, esgotando-se a capacidade de sentir horror e revolta”.⁷⁷ Diante dessa imputação, Castelo Branco chegou a pedir uma apuração para o Serviço Nacional de Informação (SNI), e isso desagradou o ministro Costa Silva.⁷⁸

⁷⁵ Ver A imagem deturpada. *Correio de Uberlândia*, coluna Assim Pensamos, 20 out. 1967, *apud* MARTINS JR., Vilmar, *op. cit.*, p. 92.

⁷⁶ MARTINS JR., Vilmar, *op. cit.*, p. 93.

⁷⁷ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 145.

⁷⁸ O governo militar, por meio do general Golbery do Couto e Silva, criou o Serviço Nacional de Informação. Esse órgão foi fundado logo nos primeiros dias do novo regime enquanto Golbery continuava trabalhando no Ipes. O SNI herdou a estrutura do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (Sfici), uma repartição vinculada ao Conselho de Segurança Nacional, o arquivo do Ipês e cerca de cem funcionários. O novo órgão criado pelo general com o tempo chegou a ter mais de 6 mil pessoas ligadas a ele. No SNI se reuniam também serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Em junho de

O militar alertou ao presidente da necessidade de se confiar mais nos generais e não nas “notícias tendenciosas”.⁷⁹

Segundo levantamento feito por Gaspari, Golbery, idealizador do Serviço Nacional de Informações, um ano após o golpe, possuía uma lista de 64 pessoas com quem deveria manter contato durante a semana. Nessas anotações também constava quantas vezes ele deveria falar com essas pessoas, uma forma de manter o controle da informação. Entre esses nomes estava o de Roberto Marinho, dono d’*O Globo*. O chefe do SNI também se relacionava com outros jornalistas, não com tanta regularidade. A condição para falar era que não o citassem. Golbery foi substituído pelo general Garrastazu Médici no governo de Costa e Silva, que, ao assumir o SNI, alardeou que as portas do seu gabinete estariam sempre abertas aos que trabalhavam na imprensa.⁸⁰ Para Gaspari, “muitos foram os jornalistas que entraram pelas portas abertas dos gabinetes da Comunicação durante seu governo. Raros os que dele saíam com boas lembranças”.⁸¹

Na TV Triângulo, principalmente nos primeiros anos da emissora, o governo militar não tinha muito com o que se preocupar. Os recursos eram escassos, os funcionários estavam tentando aprender, na prática, o ofício da televisão. Desde as primeiras transmissões, o jornalismo esteve presente, mas parte das reportagens era ilustrada com fotos ou até com filmes vindos de agências internacionais:

Tinha uns filmes, Atualidades Franceses e o Deutsch Welle, que era da Alemanha. Esses filmes, o pessoal pegava os recortes, por exemplo, um acidente de trem, um acidente ferroviário que aconteceu na França, pegava aquele acidente, o trem tombado. Ia noticiar o acidente de trem aqui em Araguari. A gente colocava aquelas imagens para ilustrar, com um acidente de trem na França a gente ilustrava o de Araguari, com as imagens de lá. Eram os recursos que a gente tinha. O cinegrafista e fotógrafo, ao mesmo tempo, o Roberto Cordeiro, saía de bicicleta para fazer as coberturas. Era negativo. Ele mesmo revelava

1964, o *Correio da Manhã* se manifestou sobre o SNI dizendo que não passava de um ministério de polícia política, uma instituição que não caberia em um regime democrático. Cf. *idem, ibidem*, p. 159 e 160.

⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 147.

⁸⁰ Em 1965, o SNI ampliou seu alcance chegando para fora do Brasil por meio de uma parceria com a CIA, Central Intelligence Agency. O objetivo era combater subversões comunistas na América Latina. Mesmo antes desse acordo, segundo levantamento de Gaspari, o governo americano já vinha colaborando com os militares. A estrutura montada e o poder do SNI foi tanto que chegou a ser chefiado por cinco generais, dois dos quais, Emílio Garrastazu Médici e João Batista Figueiredo, chegaram à presidência da República enquanto nos Estados Unidos apenas um ex-chefe da CIA se tornou presidente, George Bush. Cf. *idem, ibidem*, p. 168 e 171.

⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 174.

*16 milímetros, negativo, era foto e filme que ele fazia. Dependendo do acontecimento ele filmava, mas a maioria era fotografia.*⁸²

Fazer telejornal, em Uberlândia, era um desafio e tanto. Com exceção de dois diretores que haviam trabalhado na TV Itacolomi, o restante nunca havia pisado em uma emissora de televisão. Devido às limitações técnicas e à falta de experiência, apesar da grande vontade em fazer e acertar, tudo era na base do improvisado. As notícias eram lidas praticamente da forma como eram redigidas por agências de notícias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Isso fazia com que parte das informações fosse de fatos passados em locais distantes da realidade do público da cidade. Apesar disso, havia espaço para acontecimentos locais, em menor escala. Na percepção de Orlei Moreira, havia certa desconfiança dos comerciantes, potenciais anunciantes, com relação ao novo veículo de comunicação, principalmente pela falta de agilidade. A desconfiança, no caso, se devia ao retorno financeiro.

Orlei Moreira, ex-diretor de jornalismo, chegou à emissora de Garcia Nunes em 1967. Ele foi trazido da Rádio Cultura, pertencente ao mesmo grupo. Tudo funcionava ao vivo, pois o Canal 8 ainda não havia adquirido os equipamentos capazes de possibilitar uma programação gravada. Segundo Orlei, “você tinha que abrir a câmera e vamos lá, seja o que Deus quiser! Aconteceu de ficar lá, a bancada vazia e, de repente, o cara entrar. Porque não tinha recurso, não tinha o que colocar. Vez ou outra colocava um *slide* parado pra cobrir a bancada vazia ou coisa parecida”.⁸³

Edson Domingos também se lembra do improvisado e, muitas vezes, da falta de experiência. Além da “Marcha do Mundo”, outro informativo era o “Repórter Chevrolet”, que levava o nome do patrocinador.

Essa história, eu estou falando de 64 até 70. Essas coisas aconteceram lá, mais ou menos assim. O Repórter Chevrolet era o informativo que todo intervalo tinha. Aí entrava o jingle “Bã, bã, bã: vem aí o ‘Repórter Chevrolet’”. E aí, muitas vezes, o apresentador escalado não estava lá, ele estava na esquina. Tinha um bar, da Lena, todo mundo ia ao bar da Lena e chegava correndo, esbaforido e ofegante. E eram aquelas notinhas assim, lia e tinha que inutilizar a notinha às vezes, a pessoa lia, deixava lá, aí a notinha ia de novo. Quantas vezes acontecia que não tinha nem um microfone na mesa. Era uma correria muito grande. Então, e muitas vezes, não tinha muita gente para rodar o cilindro lá

⁸² MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

⁸³ *Idem.*

atrás [no cilindro ficava a marca do patrocinador e ela só girava manualmente], o apresentador mesmo rodava, e as coisas aconteciam assim.⁸⁴

Entre o jornal e as atrações entrava a propaganda, ao vivo. De acordo com os ex-funcionários, a quantidade de falhas era muito grande, apesar dos ensaios realizados. Era tudo combinado: “a câmera 1 dá o apresentador, a 2 dá um jogo de prato, a 3 dá um liquidificador, a 4 e a 5, e depois a 1 dá o apresentador de novo, ensaiava, ensaiava”.⁸⁵

Nos primeiros anos, além dos erros por parte da equipe, havia muita pane nos equipamentos. Por diversas vezes caía o sinal do áudio, e o de vídeo permanecia; quando voltava a voz, ela não batia com a imagem por causa da falta de sincronismo. Esses problemas passaram a ser apontados pelo público e pelo *Correio de Uberlândia*, que, nos primeiros anos da empresa, trazia notícias, quase todos os dias, da tevê, incluindo críticas e elogios, tipo: “uma pane na TV Triângulo privou outro dia os telespectadores de seus bons programas e filmes. Felizmente o departamento técnico do Canal 8 consertou logo a emissora”.⁸⁶ Aliás, enquanto tentavam resolver a questão, todas as vezes que um programa saía do ar entrava um *slide*, e o telespectador ouvia um pedindo de paciência, alegando que estavam fazendo todo o esforço para resolver aquela situação o mais rápido possível.⁸⁷

Quem também se lembra dessa fase é Umbertino Gonçalves. Quando muito jovem trabalhava em Canápolis fazendo a divulgação dos produtos de lojas em megafone. Ao sair da cidade, arrumou emprego na Rádio Cultura e se exibia em um programa de auditório, algo comum na época. Como possuía jeito para a coisa, foi incentivado pelos colegas a fazer um teste para a tevê que estava dando os primeiros passos. Em 1965 passou a trabalhar na empresa de Garcia Nunes como apresentador do “Clube do Guri”: “Aí você faz programa ao vivo, você faz comercial ao vivo, aquela locução de cabine, porque era tudo em texto e em *slide*, tudo ao vivo”.⁸⁸

⁸⁴ DOMINGOS, Edson, *op. cit.*

⁸⁵ *Idem.* Um dos erros que ficaram na memória do entrevistado foi um comercial de geladeira. Quando a garota propaganda abriu o eletrodoméstico, havia um sapato que alguém guardou no lugar errado, e aí cabia a quem estivesse divulgado o produto ter jogo de cintura.

⁸⁶ Divertimentos (coluna). *Correio de Uberlândia*, 14 e 15 ago. 1966, p. 2.

⁸⁷ DOMINGOS, Edson, *op. cit.*

⁸⁸ GONÇALVES, Umbertino. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 5 abril 2019.

A tevê de Uberlândia seguiu assim até 1967, quando foi adquirido um aparelho de videoteipe, e a emissora passou a contar com atrações da TV Excelsior produzidas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Eram musicais, humorísticos, novelas, todas gravadas em fitas que vinham de ônibus para serem exibidos, vários dias depois, em Uberlândia.

As mudanças não pararam por aí. O empresário resolveu construir um novo prédio para receber o Canal 8, que deixaria a região central da cidade. Gonçalves se lembra desse dia: “o doutor Edson conversou com os funcionários e falou: ‘vamos nos mudar da Rua Buriti Alegre e vamos para o Umuarama’, e fretou um ônibus, colocou todo o pessoal e fomos lá conhecer. Quando nós chegamos lá, só tinha um pavimento da Faculdade de Medicina, que estava começando naquela época. Nós falamos assim: ‘não pode, isso é loucura, nós vamos para o meio do mato’”.⁸⁹ Edson Domingos acompanhou todas as alterações de endereço. Ele saiu de uma sala comercial do edifício Valentina, na avenida Afonso Pena, para a rua Buriti Alegre e depois para o bairro Umuarama. Quem não seguiu esse trajeto foi Adib Chueiri. Ele chegou a ter um programa nos primeiros meses da emissora; contudo, não saiu só do ar, como também da emissora. A história dele com a televisão foi interrompida por causa de desentendimentos com o dono.

Ademir Reis não trabalhava no grupo nesse período, todavia já estava ligado ao meio radiofônico. Para ele, Chueiri teria sido uma espécie de lobista, uma pessoa influente que conseguiu a concessão para o funcionamento da emissora, mas o investimento era de Garcia Nunes. O olhar de Domingos e o silenciamento dele diante do caso me levam a acreditar que havia algo a mais nessa relação, tanto que Chueiri constava como diretor nos papéis de fundação da tevê, como relatado por Tito Teixeira.

Seja como for, a emissora não mudou apenas de endereço; processou-se também uma alteração na sua estrutura administrativa. Garcia Nunes havia acabado de adquirir uma emissora em São José do Rio Preto, no estado de São Paulo. Para fazer o novo investimento vingar, ele convidou alguns funcionários da TV Triângulo. Edson Domingos, sondado para se transferir para lá, preferiu ficar em Uberlândia.

Nesse período, houve uma grande especulação sobre a venda da tevê chegando a ser assunto no jornal da cidade. A coluna “Divertimentos” publicou:

⁸⁹ *Idem.*

*está uma onda tremenda na cidade que um grupo de homens muito “abonados” promove gestões para adquiri-la [TV Triângulo], juntamente com a Rádio Super-Cultura. São boatos que se ouvem a todo instante, inclusive em rodas de altas “transas” financeira. Dizem que o ex-prefeito Renato de Freitas é o líder do grupo comprador, pretendendo utilizar aqueles veículos para a campanha de regresso à prefeitura. São boatos que a cada instante circulam. A verdade é que ninguém diz nada de positivo sobre o assunto.*⁹⁰

Apesar de negativas da venda, a empresa mudou de mãos. No dia em que Uberlândia completou 83 anos, em 31 de agosto de 1971 um grupo de empresários⁹¹ assinou o contrato de compra. Um negócio que teve capítulos mal contados. Nos corredores da tevê comentou-se que houve ameaça, inclusive de violência, como na versão apresentada por Orlei Moreira:

*O Porquinho vendeu. Porquinho era o apelido dele [Garcia Nunes]. Ele vendeu a televisão assim no papo e tinha que fechar, assinar o contrato de compra e venda, e ele sumiu. Ai falaram que ele estava em São Paulo, porque ele tinha um apartamento em São Paulo. Ai foram os quatro pra lá: o Tubal, os dois Rubens e o Renato, foram lá no apartamento do Porquinho, no 12º andar do prédio, e a empregada disse que ele não estava. [Os empresários disseram]: “Nós vamos esperar”. [A funcionária da casa disse]: “Ele não está” [eles disseram]. “Nós esperamos”. Eles já sabiam da fama dele [de enrolador] e ficaram lá esperando. Ai um deles resolveu ir ao banheiro, mas não no social, no outro banheiro, já desconfiado. Chegando lá, quem estava dentro do banheiro? [Edson Garcia Nunes] Estava no banheiro escondido. Ele queria correr do negócio. Isso é a lenda que corre. O Renato contou isso, o Tubal não fala nem que sim nem que não, mas acho que esses quatro, o Tubal, os Rubens e o Renato, pegaram ele pela calça. Levaram até a janela [e disseram]: “você assina ou você vai cair lá embaixo”.*⁹²

Na pesquisa de Ana Carolina Temer, realizada em 1998, consta que Ademir Reis se lembrava da briga.⁹³ Ao ser questionado para o nosso estudo ele negou, disse haver muitas lendas nesta cidade.⁹⁴ Quem se lembra de parte desse episódio é Oswaldo Bonfim de Sá Júnior. A recordação é de uma briga entre o irmão de Tubal de Siqueira Silva e

⁹⁰ Divertimentos (coluna). *Correio de Uberlândia*, 6 ago. 1971, p. 2.

⁹¹ Os empresários eram Tubal Siqueira Silva, Renato de Freitas, Rubens de Freitas e Rubens Pereira Leite.

⁹² MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

⁹³ Ver TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa, *op. cit.*, p. 136.

⁹⁴ REIS, Ademir Torido, *op. cit.*

Edson Garcia Nunes: “cheguei a ir para São Paulo e não sei o que houve em São Paulo, e depois teve uma briga ali no Café Imperial, ao lado do Cine Uberlândia. Teve gente que teve que apartar [...]. Eu até falei com o Dr. Edson: ‘você está vendendo a televisão? Você vai se arrepender’”.⁹⁵

Ao assumirem a emissora⁹⁶, os empresários substituíram alguns funcionários que seguiram para o canal em Rio Preto, com Garcia Nunes. Um departamento que ficou vago foi o da programação. Como Umbertino Gonçalves conhecia o funcionamento do setor, ele acabou assumindo o posto e passou a ter que dar conta do serviço. Ele ficou sendo o responsável por fazer a grade para encaixar todas as atrações. Elas começavam por volta das 16 horas e terminavam à meia-noite. Uma das mudanças decorreu da inserção na programação da primeira novela: “a primeira novela que exibimos aqui se chamava ‘A pequena Karen’, depois veio a ‘Deusa vencida’. Era tudo uma novidade fantástica”.⁹⁷

A mudança na propriedade do Canal 8 trouxe muitas incertezas para os funcionários, o que é comum quando se muda a gestão de uma empresa, mas a pouca experiência e as limitações técnicas continuavam como marca da emissora. O que também não mudou foi a relação com quem ocupava as cadeiras de chefe.

Enquanto isso, o governo Castelo Branco findava e dava-se início à gestão de Costa e Silva. No começo, de seu governo, a relação com a imprensa chegou a ser mais branda. A posse do segundo ditador militar na presidência da República, em 15 de março de 1967, gerou manchetes positivas em parte dos jornais. A revista *Fatos e Fotos* saudou o acontecimento: “Costa e Silva, a posse da esperança”. No primeiro discurso, o general prometeu preparar o caminho para uma “democracia autenticamente nossa”.⁹⁸ Conforme o historiador Marcos Napolitano, essa aparente “lua de mel” durou pouco, apenas quatro meses depois da posse. O jornalista carioca Hélio Fernandes, que havia comprado o jornal *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, foi preso por conta de um artigo no qual se referia a Castelo Branco, morto poucos dias antes da publicação em um acidente de avião, como um homem “frio, impiedoso e vingativo”.⁹⁹

⁹⁵ SÁ JÚNIOR, Oswaldo Bonfim de, *op. cit.*

⁹⁶ O contrato de venda da emissora foi assinado no dia 31 ago. 1971 e a foto foi publicada no início de setembro. TV Canal 8: a foto do fato. *Correio de Uberlândia*, 5 set. 1971, p. 8.

⁹⁷ GONÇALVES, Umbertino, *op. cit.*

⁹⁸ *Apud* NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2017, p. 86.

⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 87.

O governo de Costa e Silva também foi o primeiro a ter uma vítima do regime exposta nas primeiras páginas dos jornais: o estudante Edson Luís de Lima Souto, morto aos dezessete anos. Migrante nortista, pobre e secundarista, junto com diversos outros jovens, ele reivindicava melhorias no restaurante Calabouço, em março de 1968. O local oferecia comida a baixo custo, no Rio de Janeiro. Era muito frequentado por rapazes e moças, muitos que se preparavam para o vestibular. Durante um confronto com a polícia militar, um aspirante atirou no peito de Edson. Como afirma o jornalista Elio Gaspari, “pela primeira vez desde 1964 surgia um cadáver na luta entre o regime e os estudantes. Os jovens – alguns deles ligados a organizações clandestinas – impuseram à polícia uma derrota inicial e decisiva. Conquistaram o cadáver. A PM tentou levá-lo para o Instituto Médico Legal, mas os estudantes foram para a Assembleia Legislativa, usando-o como aríete”.¹⁰⁰

Derrotado no Congresso, pressionado nos quartéis e criticado pela oposição nas ruas, o governo convocou uma reunião do Conselho de Segurança Nacional. Em meio à crise, Pedro Aleixo sugeriu a decretação do estado de sítio. Para tanto, na visão dele, seria necessário ocupar todos os jornais, rádios e televisão, por meio de censores, mostrando o poder do governo.¹⁰¹ A opção foi por mais um ato institucional. Havia várias diferenças entre o estado de sítio e um AI; a principal era, num caso, se preservaria a Constituição de 1967, no outro, ela seria atropelada. O estado de sítio não passaria de quatro meses; o ato institucional não tinha prazo de validade. Durante uma reunião ministerial, o chefe do Gabinete Civil, Rondon Pacheco, declarou-se favorável ao ato, mas que houvesse um prazo para o término dessa medida que poderia se estender por um ano. Definidos os termos do AI-5, o ministro da Justiça Gama e Silva anunciou para as câmeras de tevê o texto que tornava mais dura a ditadura suspendendo, inclusive, o direito ao *habeas corpus*.

Emissoras foram ocupadas por homens do governo que nada mais eram do que a expressão de uma parcela da sociedade, com uma formação cultural muito próxima de muitos brasileiros. Como classifica Beatriz Kushnir, eram os “cães de guarda” do regime.¹⁰² Alguns autores como Gaspari e Napolitano consideram que, a partir do AI-5, deu-se início aos “anos de chumbo”, apesar do governo de Castelo Branco ter dado

¹⁰⁰ GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 276.

¹⁰¹ Cf. *idem, ibidem*, p. 311 e 340.

¹⁰² KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 355.

pontapé inicial do regime ditatorial, tendo inclusive editado quatro autoritários atos institucionais, uma repressiva Lei de Imprensa e a nova Constituição, que configurou um retrocesso democrático.

Durante o governo Castelo Branco, jornalistas foram cassados e perseguidos por inquéritos intimidadores.¹⁰³ Mesmo assim, jornais como o *Correio da Manhã* chegaram a liderar campanhas contra a tortura. Esses fatos excepcionais foram observados até o início do mandato de Costa e Silva, tanto que o *Jornal do Brasil* publicou um texto de Carlos Mariguella sobre guerrilha numa edição de domingo.¹⁰⁴ Mas isso deixou de acontecer a partir de dezembro de 1968, quando o general Jayme Portella de Mello¹⁰⁵, na noite do dia 12, “determinou à Polícia Federal que se preparasse para calar as emissoras de rádio e televisão e enviar censores aos jornais do Rio e de São Paulo. Era o prelúdio de um novo ato institucional”.¹⁰⁶

Essas decisões tomadas pelo governo militar foram noticiadas no *Correio de Uberlândia*. Quanto à TV Triângulo nada se sabe, pois, como já frisei, na emissora não existem mais registros dessa época, e os ex-funcionários disseram não se lembrar de nada a respeito disso.

A troca de mãos no comando da TV Triângulo oficialmente se deu pouco mais de dois anos após a instalação do AI-5. Como o regime estava mais rígido, Tubal de Siqueira Silva, me disse, em conversa nos corredores da empresa, que ele foi investigado durante um ano pelos militares. Haveria uma desconfiança quanto aos interesses do empresário em assumir uma emissora de televisão, até por ser considerado muito jovem para tanto (ele tinha pouco mais de trinta anos). No corredor central da emissora, onde há um painel mostrando fotos e datas significativas para a TV, consta que o Canal 8 se tornou afiliado

¹⁰³ De acordo com levantamento feito por Gaspari na semana seguinte ao golpe, entre 1964 e 1966 cerca de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, 386 pessoas perderam o mandato e nas Forças Armadas, 421 oficiais foram punidos, transferidos para a reserva, 24 dos 91 generais foram expurgados e também nesse período mais de 500 brasileiros pediram asilo político nas embaixadas latino-americanas. Cf. GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 133.

¹⁰⁴ Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 215.

¹⁰⁵ Segundo a *Folha de S. Paulo*, o general fazia parte da “linha dura” do presidente-ditador Costa e Silva, sendo uma de suas figuras mais influentes. Informação disponível em <1968 - Ato Institucional 5 - Jayme Portella (uol.com.br)>. Acesso em 21 nov. 2020.

¹⁰⁶ Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, *op. cit.*, p. 215.

da Rede Globo em 1970¹⁰⁷ e que quem fez essa negociação foi Tubal Siqueira Silva; portanto, ele já estava de alguma forma vinculado à empresa.

Enquanto em Uberlândia a preocupação seria com a nova direção da emissora, nas redações das capitais do país o que causava tensão era o teor do que os meios de comunicação veiculavam. Os oficiais e delegados passaram a ocupar as redações dos jornais, impondo manuais de conduta para os jornalistas. Para Gaspari, “o manual carioca, assinado pelo general Cesar Montagna de Souza, da 1ª Região Militar, informava que o objetivo da censura era ‘obter da imprensa falada, escrita e televisada o total respeito à revolução de março de 1964, que é irreversível e visa à consolidação da democracia’”.¹⁰⁸

O guia paulista dizia que não deveriam ser publicadas matérias sobre explosão de bombas, assaltos a banco e atos terroristas. A primeira redação vítima da censura pós-AI-5 foi o de *O Estado de S. Paulo*. Isso ocorreu após o chefe da Polícia Federal, general Silvio Correia de Andrade, ler um editorial, ainda no prelo, cujo título era “Instituições em frangalhos”. O militar mandou parar as máquinas.¹⁰⁹

No lugar das reportagens censuradas, o *Jornal da Tarde* passou a publicar receitas culinárias, enquanto o *Estado de S. Paulo* divulgava trechos de *Os lusíadas*, de Luís de Camões. Tal prática, para a historiadora Maria Aparecida de Aquino, “estabelece um marco divisório que contribui para a compreensão do caráter multifacetado das posturas ditas liberais e do exercício concomitante de dominação e resistência”.¹¹⁰ Ela destaca que ambos os jornais, pertencentes ao mesmo grupo, foram objeto de censura por dois anos e meio,

enquanto que os demais praticavam a autocensura, acatando as determinações oriundas da Polícia Federal, seja na forma de bilhetinhos, geralmente apócrifos, seja por meio de ordens telefônicas às redações, e censurando internamente determinados assuntos considerados proibidos por essas ordens. O jornal OESP, a partir de agosto e setembro de 1972, vivencia a experiência da censura prévia, recebendo a presença do censor diariamente em sua redação – o que somente se encerra em janeiro de 1975 – cortando na íntegra ou

¹⁰⁷ Foi nesse ano que a TV Triângulo exibiu a novela *Irmãos Coragem*, produzida pela Rede Globo, o que atesta que a parceria já existia mesmo antes da assinatura do contrato de compra da emissora.

¹⁰⁸ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, op. cit., p. 216.

¹⁰⁹ Cf. *idem*. Era um texto que colocava um dedo na ferida e o outro na direção de Costa e Silva, falando dos erros praticados pelo chefe do executivo. Acusava-o de querer governar o país como se governava um quartel. O texto era de autoria de Júlio de Mesquita Filho, que fora um dos conspiradores para a queda de Jango.

¹¹⁰ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999, p. 99.

*mutilando textos escritos, já editados e diagramados para publicação.*¹¹¹

O grupo *Estado de S. Paulo*, o primeiro a sofrer censura, foi também um dos mais ferrenhos opositores de João Goulart: ele propunha abertamente a intervenção por meio das Forças Armadas para a derrubada do governo. Passado o período de euforia com os militares, o jornal passou a criticar o governo de Costa e Silva. De acordo com a análise de Aquino, “o abuso do poder pelos chefes da nação, usurpando os direitos naturais dos homens, constitui o fundamento da oposição de *OESP*, em ambos os casos, de base liberal. A advertência, presente em um dos editoriais, de que deveria haver um limite temporal, baseado nas normas constitucionais, para o mandato presidencial e para os poderes do Executivo, confirma a postura liberal do jornal”.¹¹² E essa visão implica igualmente a crítica ao fim da liberdade de expressão e de imprensa.

Nem todos os jornais tentavam se rebelar ou usar da criatividade para enfrentar os censores.¹¹³ Muitos, como já mencionado, praticavam a autocensura, acatando as determinações da Polícia Federal, e essas chegavam de diversas formas, por meio de bilhetes e até por telefonemas. Na TV Triângulo essa prática ocorreu, porém, uma década depois, como veremos mais à frente. Sob a ótica de Kushnir, uma parcela dos jornalistas se recusou a ceder ao regime; mas os que resolveram questionar as práticas vigentes acabaram por muitas vezes perseguidos, desempregados e até torturados.¹¹⁴ Essa não foi a realidade vivida no Canal 8. A emissora tinha tantas dificuldades técnicas para se manter que o conteúdo do noticiário passou a ser a menor das preocupações.

Em 1969, enquanto Garcia Nunes estava interessado em comprar mais emissoras e em construir uma nova sede para a tevê no bairro Umuarama, o ditador-presidente Costa e Silva era obrigado a se afastar do cargo. Devido a uma isquemia cerebral, o militar não tinha mais condição de estar à frente do país. Em 1º de setembro, uma junta militar¹¹⁵ assumiu seu lugar. A imprensa era proibida de usar tal expressão. Como informa Gaspari,

¹¹¹ *Idem, ibidem*, p. 38.

¹¹² *Idem, ibidem, op. cit.*, p. 53.

¹¹³ Para ilustrar um caso de rebeldia da imprensa que se tornou célebre, envolvendo a reação do *Jornal do Brasil* à censura e a prisão de um dos seus diretores, ver *idem, ibidem*, p. 207, e GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada, op. cit.*, p. 217.

¹¹⁴ Cf. KUSHNIR, Beatriz, *op. cit.*, p. 27.

¹¹⁵ A junta militar era formada pelo almirante e ministro da Marinha Augusto Hademaker, o general e ministro do Exército Aurélio de Lira Tavares e o brigadeiro e ministro da Aeronáutica Márcio de Souza Melo.

o recomendado era “ministros militares no exercício temporário da Presidência da República”.¹¹⁶ Nesse período, quase nada se podia noticiar sobre a saúde do presidente, apenas que ele estava melhor. Heron Rodrigues, da TV Tupi chegou a gravar uma declaração da esposa de Costa e Silva: segundo ela, o marido havia melhorado bastante. Pouco depois, o ministro dos Transportes Mário Andreazza divulgou uma nota à imprensa alegando que não se poderia tomar nenhuma decisão, quanto ao afastamento do presidente, sem consultar o chefe do Executivo. A reação do general Syseno Sarmiento, comandante do I Exército do Rio de Janeiro, foi imediata, expedindo ordens para que nada fosse falado sobre Costa e Silva. Heron insistiu e colocou no ar a entrevista com D. Yolanda Costa e Silva. Mal o programa terminou, o sinal da TV Tupi foi cortado.¹¹⁷

Em dezembro de 1969, o comando do I Exército informou aos donos dos veículos de comunicação que não deveriam noticiar nada sobre tortura. A revista *Veja*, com sede em São Paulo, passou a sofrer mais retaliações. Todo fim de semana, antes de ir para as bancas, um exemplar deveria ser enviado ao Rio de Janeiro para ser examinado pelo general Carlos Alberto Cabral Ribeiro, chefe do Estado-maior da 1ª Região Militar. Sem o aval dele, a circulação daquele número poderia ser suspensa.¹¹⁸

Os censores foram retirados dos grandes jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo em janeiro de 1969, mas, como vimos, a censura não diminuiu; funcionava de outras maneiras. Os “vigilantes das redações” iriam retornar em 1972 e ficar até 1975.¹¹⁹ Na verdade, o governo preferia mesmo que os jornais e revistas adotassem a autocensura, dando a impressão de tudo funcionar na mais perfeita ordem. Segundo Napolitano, “na lógica do regime, a grande imprensa deveria ser uma interlocutora confiável do governo, elo com a ‘opinião pública’”.¹²⁰ Os anos de chumbo e a luta armada acabaram por provocar muitos receios nos grandes jornais impressos do país. Se não havia uma censura prévia extensiva a toda imprensa, rigorosa aos grandes veículos, os editores procuravam evitar os temas considerados críticos, aqueles que poderiam desagradar ao governo.

No livro *Cães de guarda*, Kushnir relata, com base no jornalista Mino Carta, as mudanças de rumo na linha editorial tanto da *Veja* quanto do *Estadão*, quando tiveram

¹¹⁶ Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, op. cit., p. 118.

¹¹⁷ Cf. *idem*.

¹¹⁸ Cf. *idem, ibidem*. p. 170.

¹¹⁹ Ver AQUINO, Maria Aparecida, op. cit., p. 38.

¹²⁰ NAPOLITANO, Marcos, op. cit., p. 131.

menos vigilância por parte do governo. Para ele, o *Estado de S. Paulo* recebeu um voto de confiança por parte dos militares às vésperas de completar seu centenário, já a *Veja* precisou se comprometer em mudar a linha para conseguir um empréstimo. Enquanto isso, outros jornais, ao longo da ditadura, também passaram por mudanças, como o *Jornal do Brasil*. Na análise da autora, “o mesmo jornal que, em 1967, cobriu de maneira excepcional a revelação de tortura do sargento Raymundo Soares, no Rio Grande do Sul, seguindo a trilha de denúncias que o deputado e jornalista Márcio Moreira Alves fez sobre o mesmo tema no Nordeste, mudou como o país no pós-AI-5, em dezembro de 1968”.¹²¹ Em dezembro de 1969, o *JB* editou uma série de normas editoriais que deveriam ser seguidas pelos jornalistas da casa com o título “Instruções para o controle de qualidade e problemas políticos”. Nelas, o jornal deixava claro que era preciso combater o regime de exceção sem se expor; o como fazê-lo foi deixado a critério do bom senso de cada um.¹²²

Maria Aparecida de Aquino considera o período de 1975 a 1978 como um segundo momento da censura. A historiadora observa que as restrições passaram a ser mais seletivas, os bilhetinhos diminuíram e a frequência das ligações também.¹²³ Paralelamente, aumentou cada vez mais a autocensura: ela representava uma transferência do papel censor do Estado para a direção dos veículos de comunicação. Estes ficavam responsáveis em dizer aos seus repórteres e editores o que poderiam ou não deveriam escrever. Como salienta Aquino, “a autocensura diz respeito à aceitação, por parte das direções e de todos aqueles ligados na produção das matérias, das ordens transmitidas pelos organismos governamentais, o que não se pode afirmar com certeza, uma vez que nem sempre era explicitado de onde vinha exatamente a ordem”.¹²⁴

Em sua obra, a historiadora cita um depoimento de Hélio Fernandes, da *Tribuna da Imprensa*, jornal que ficou censurado por dez anos ininterruptamente: ele “afirmou que os donos de grandes jornais gostavam da censura, pois assim não precisariam assumir a responsabilidade da publicação”. E mais: “disse também que, no período autoritário pós-64, houve mais autocensura do que censura prévia. Deste modo, ele vincula a

¹²¹ KUSHNIR, Beatriz, *op. cit.*, p. 48.

¹²² Cf. *idem*.

¹²³ Cf. AQUINO, Maria Aparecida de, *op. cit.*, p. 215.

¹²⁴ *Idem, ibidem, op. cit.*, p. 222.

autocensura, praticada pela grande imprensa, à censura empresarial que decide o que interessa à empresa ver ou não publicado”.¹²⁵

Tal situação pôde ser observada, de uma ou de outra maneira, mesmo que em escala bastante reduzida, também em Uberlândia. Os novos donos da TV Triângulo não se opuseram ao governo militar, a exemplo de que ocorreu durante a gestão de Edson Garcia Nunes. Tubal de Siqueira Silva sempre demonstrou admiração pelo Exército.¹²⁶ Nem por isso deixou de haver certa vigilância por parte do governo, se bem que mais tardia e mais leve que na maioria das redações. Enquanto muitas emissoras e jornais passaram a ter censores nas redações no fim dos anos 1960, em Uberlândia isso só aconteceu dez anos depois, com a chegada de um agente do governo militar. Antes disso, a redação recebia apenas “visitas” – por mais constantes que fossem – de militares. Nos registros da memória de Cordeiro encontramos algumas histórias, entre elas a de um fato acontecido no Canal 8. Um dos funcionários ouviu no rádio, no “Super Jornal Falado Tupi”, uma notícia a respeito do fuzilamento de um homem na Bahia por crimes cometidos, e,

nesse dia, apareceu ai pelos estúdios da televisão um oficial do Exército por nome: Capitão Blanco, e que fora conduzido até os fundos do pátio pela funcionária Elza, que era nossa caixa. O capitão andou por ali visitando todos os departamentos da empresa e com aquela educação e simpatia que lhe era peculiar. Nesse ínterim acabou se aproximando do local onde se encontrava o Jota Ferreira com seu equipamento de som para a recepção das notícias do rádio. [...] O capitão começou a conversar com o Ferreira, até que perguntou: “Você vai dar a notícia do fuzilamento do marinheiro?” “Não”. Respondeu o Ferreira. O capitão respondeu: “Não dê nenhuma notícia a esse respeito”. Depois disso o Ferreira começou a tremer e a ficar amarelo, todo perturbado.”¹²⁷

No fim dos anos 1970, a emissora de Tubal de Siqueira Silva passou a contar com presença assídua de um militar na redação, o sargento Eduardo. Contudo, nenhum dos nossos entrevistados se lembrou do sobrenome dele. Segundo Orlei Moreira, era um homem que andava sem uniforme e fazia parte do serviço reservado do chamado S2. De acordo com o diretor de jornalismo da época, era um trabalho de informação parecido

¹²⁵ *Idem, ibidem*, p. 222 e 223.

¹²⁶ Admiração que passou de pai para filho. Por sinal, como já mencionado, o ex-prefeito e pai do dono da TV, Tubal Vilela, doou a área onde o Batalhão do Exército foi construído na cidade.

¹²⁷ CORDEIRO, Roberto, *op. cit.*, p. 23.

com o que se tinha no SNI: “O sargento só aparecia na hora em que o jornal era montado. Mas o censor-mor ficava em Uberaba. O Miralha era do Dops [Departamento de Ordem Política e Social] da época, e ele monitorava a gente por telefone. Ele ligava de manhã e perguntava o que eu tinha para hoje e avisava que a noite ele iria me assistir”.¹²⁸

O censor que ficava em Uberaba, além de permanecer com os olhos bem abertos, focados no conteúdo do jornal, e de ligar para o diretor para saber sobre os assuntos da pauta, também gostava de mostrar poder e pregar peças. Ele era um homem bem relacionado e conseguia reunir em torno de uma mesa de restaurante prefeito, presidentes de associações e empresários.¹²⁹ Orlei Moreira comenta:

O Olavo Sabino era colega nosso, na época. Ele dirigia o [departamento] comercial em Uberaba, e me disse: “Ó, o Miralha está te convidando pra um almoço”. Eu falei: “pô, o que esse filha da puta quer comigo? Me ferra o dia inteiro, todo dia”. Aí fui lá e tinha prefeito, o prefeito na época era o... acho que era o Netinho, não sei, Câmara Municipal, ABCZ, lá naquele Hotel Tamareiras. Baita duma mesa cheia de gente. E vamos lá, né?! E esse Miralha se sentou perto de mim no maior papo, sabe? Eu acabei fazendo amizade com ele e falei: “Miralha você é um filha da puta, deixa eu trabalhar”. [O Miralha respondeu] “Não, vocês estão doidos, vocês querem fuder este país”. Aquela coisa bem bitolada. Aí veio a conta... pra quem? A conta pra mim. A conta inteira... tinha uísque, tinha cerveja, tinha tudo. Esse Miralha ria. Eu falei: “Miralha, não tenho esse dinheiro”. [Ele disse] “Dá cheque que o Tubal cobre”.¹³⁰

Percebe-se que a relação com os censores não era algo bem definida. Apesar de Orlei Moreira dizer que esses homens sempre o vigiavam, acabou por estabelecer com eles uma relação de colegas de trabalho: “Era assim uma convivência amistosa... Alguma coisa ele [o sargento Eduardo] chegava e eu falava: o que você acha disso aqui? Ele ficava assim... ah, acho que eu não sei... Ah, Orlei, não mexe com isso, não. Mas ele pegava o telefone e falava direto com o pessoal lá em cima, no quartel. Era direto ele... ele ligando”.¹³¹

¹²⁸ MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

¹²⁹ Cf. *idem.*

¹³⁰ *Idem.*

¹³¹ *Idem.*

2.5 A filiação à Globo e a programação da rede

Uma das dificuldades que os quatro sócios da TV Triângulo encontraram, no início dos anos 1970, foi conseguir programas feitos pelos canais paulistas. A TV Excelsior acabava de ser extinta pelo governo militar. A Record também não estava em uma boa fase e, em meados da década de 1970, parte dela vendida ao empresário e apresentador Silvio Santos. A TV Paulista já não existia. Quem estava em ascensão era a Rede Globo. Tubal de Siqueira Silva, na época, decidiu procurar Walter Clark, que tinha um cargo de chefia na empresa de Roberto Marinho. O gestor mineiro queria comprar produtos de entretenimento e de jornalismo, mas a TV Triângulo acabou se tornando uma afiliada. Receberia materiais do Canal 4, do estado da Guanabara em troca de acertos comerciais.

As limitações técnicas impediam que a programação fosse gerada por satélite. A única forma de receber as peças produzidas pelas emissoras paulistas e cariocas era por malote. As primeiras atrações da Rede Globo exibidas no Canal 8 foram o “Jornal Nacional” (“JN”)¹³² e dois humorísticos. Com o tempo, a quantidade de produtos foi aumentando. Dessa forma, a TV Triângulo entrou em uma nova fase, na qual não seria mais admissível tanta limitação técnica. Umbertino Gonçalves tentou se adequar aos novos tempos. Ele precisava fazer ajustes para encaixar o que se fazia na tevê, em Uberlândia, com o conteúdo da empresa carioca.

Alguns anos depois, a situação ficou um pouco mais tranquila. A programação deixou de vir em fitas transportadas por ônibus ou carro e passou a ser gerada via satélite. Assim, ao terminar o “Jornal Hoje” na tevê carioca, abria-se um espaço para as atrações locais.¹³³ Em entrevista a esta pesquisadora, Umbertino Gonçalves disse: “nós vínhamos de uma condição muito amadora, tudo improvisado. De repente, você passa a ter uma estrutura de Rede Globo, tudo com roteiro. Você ia pra lá fazer estágio e aprendia o que tinha que ser feito. Mudou o conceito, a quantidade de anunciantes, a gente passou a

¹³² Como o “Jornal Nacional” vinha via malote, o programa era exibido vários dias depois de ter ido ao ar no Rio de Janeiro. Em 1 set. 1969 foi veiculada a primeira edição do “Jornal Nacional”, tendo na apresentação o locutor Hilton Gomes.

¹³³ A programação em rede ia do “Jornal Hoje” (no horário vespertino) até o “Jornal Nacional” (no período noturno). Cabia ao departamento de programação fazer o encaixe dos comerciais e da programação local nos espaços abertos e determinados pela Globo.

acompanhar a evolução porque até então a gente vinha aprendendo a trabalhar. Depois daquele momento, a gente tinha que executar [tudo] muito bem feito”.¹³⁴

As contas eram feitas sem a ajuda de calculadora. Ele somava o tempo da publicidade e o dos programas, que passaram a ser gravados. Estes deveriam terminar com o início do “JN”. Tempos depois, o Canal 8 pôde pegar 15 minutos do “Jornal Nacional” e transformá-los em um bloco local, ao vivo. Umbertino recorda: “eu ficava esperando o Orlei entrar e falava ‘pelo amor de Deus, não estoura [o tempo]’, e ele se esforçava e cumpria os 15 minutos. Era assim, tudo calculado de cabeça”.¹³⁵

Quando se elevou a quantidade de material enviado pela Globo, o espaço para a produção local praticamente desapareceu, restando pequenos *fades*¹³⁶ para o jornalismo. Nessa fase, Umbertino Gonçalves recebia os roteiros da Globo determinando em qual horário a atração deveria ser exibida. Esses programas já eram revisados pela censura, antes de vir para Uberlândia, por isso o chefe da programação da tevê não teve qualquer problema com os militares: “Em relação aos textos comerciais havia uma orientação, por parte de empresa, quanto a ficar de olho em conteúdo. Não aceitávamos nenhum comercial que fizesse referência, fosse elogio ou crítica, à revolução”.¹³⁷

Além da censura ao conteúdo que poderia ter implicações políticas, os programas da rede passavam pelo crivo dos militares quanto à “qualidade”, e isso foi intensificado nos anos 1970. Na década anterior, o popularesco tinha invadido não só o entretenimento como também o jornalismo. As atrações que traziam o chamado “mundo cão” se multiplicavam, principalmente na segunda metade dos anos 1960: “ ‘002 Contra o Crime’ (1965) e ‘Polícia às suas Ordens’ (1966), na Excelsior; ‘Patrulha da Cidade’ (1965), na Tupi; ‘Plantão Policial Canal 13’ (1965-66), na *TV Rio*; e ‘A Cidade Contra o Crime’ (1966), na Globo”.¹³⁸ Nessa época, os programas mais assistidos eram os de auditório, como os de Dercy Gonçalves, Hebe Camargo e Chacrinha. Isso não agradava à elite e aos intelectuais do país, fazendo as críticas aumentarem muito. Esse descontentamento gerou uma campanha contra o grotesco na tevê, liderada pelo colunista Eli Halfoun, do *Última*

¹³⁴ GONÇALVES, Umbertino, *op. cit.*

¹³⁵ *Idem.*

¹³⁶ *Fade* é o espaço permitido pela matriz para a afiliada utilizar com a programação local.

¹³⁷ Umbertino Gonçalves disse que nunca teve problema, nem sequer de ordem pessoal, por causa da ditadura, pois, com o novo regime, na vida dele nada mudou.

¹³⁸ Cf. RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor. A renovação estética da TV. *IN*: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marco (orgs.). *História da televisão no Brasil*: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111.

Hora. Segundo Ribeiro e Sacramento, “o crítico defendia o que ele chamava de uma ‘televisão sadia’, sem atrações que abusassem da ‘boa-fé’ do público. Halfoun criticava programas como ‘Desafio à Bondade’, da TV Tupi, ‘Casamento na TV’ e ‘Dercy de Verdade’, da TV Globo. Ele considerava ‘O Homem do Sapato Branco’ o mais sensacionalista e execrável”.¹³⁹

Ainda de acordo com os autores, um dos episódios que marcaram esse período envolveu os apresentadores Chacrinha, da TV Globo, e Flávio Cavalcante, da TV Tupi. Os dois tinham *shows* ao vivo, no domingo, em horários diferentes. Num mesmo dia os dois levaram uma mãe de santo que recebeu o espírito do Seu Sete da Lira, no palco. Ela fumou charuto, bebeu cachaça, o que deixou o ministro das Comunicações da época, Hygino Corsetti, horrorizado. Diante do fato, até ameaçou cassar a concessão para o funcionamento das duas emissoras. Antecipando as medidas do governo, Walter Clark, do grupo da família Marinho, e José Almeida de Castro, da tevê de Assis Chateaubriand, assinaram um protocolo de conduta, pelo qual se comprometiam a excluir da programação das duas tevês atrações que explorassem a credence popular.

O episódio do Seu Sete da Lira motivou um aumento na censura e da vigilância na televisão.¹⁴⁰ Depois desse fato, a Globo passou a mudar a grade, utilizando mais programas gravados e menos ao vivo. Dessa forma ficava mais fácil controlar a “qualidade” da programação e se adequar às exigências dos órgãos de censura. Foi nesse período que Dercy Gonçalves, Chacrinha, Raul Longes e Jacinto Figueira Júnior deixaram a empresa do Jardim Botânico. As outras emissoras seguiram a mesma rota. A Record encerrou o contrato com Hebe Camargo. A TV Tupi não renovou o contrato com Flávio Cavalcante, em 1974, depois de outro episódio que desagradou o governo. O apresentador levou para exibição um homem que teria emprestado a esposa para um amigo.

Na década de 1970, a mudança de rumos do canal dos Marinho se tornou evidente, incluindo até a inauguração de um Departamento de Análises e Pesquisas, sob a direção de Homero Icaza Sánchez. Ele era o responsável por interpretar os números do Ibope. Os

¹³⁹ *Idem, ibidem*, p. 112.

¹⁴⁰ Cf. *idem, ibidem*, p. 117.

dados também eram usados para justificar tabelas de preço, alimentar a programação com informações quanto à necessidade de criar novas atrações ou de tirar alguma do ar.

Tais atrações eram repassadas para suas afiliadas, como a TV Triângulo, já vistoriadas pela censura. Quanto aos comerciais exibidos durante os intervalos desses programas no Canal 8, a responsabilidade pelo conteúdo era de Umbertino Gonçalves. Não se poderia citar o governo e nem tratar de política. Segundo o departamento de programação da tevê de Uberlândia, apesar da cautela em relação a tudo o que era veiculado, ele disse não ter sentido os reflexos da ditadura nem na vida fora da emissora. Mas nem todos os ex-funcionários compartilham da mesma opinião, a julgar pelas lembranças reprocessadas por Edson Domingos: “a gente vivia debaixo de um freio. Muita coisa tinha que... não se podia falar. Existia certa restrição em tudo. Aqui na tevê a gente não percebia muito porque a gente era do baixo escalão. Pra gente não chegava muita coisa, não, mas na cidade era diferente. Uberlândia sempre foi considerada uma cidade comunista, então, aqui estava sempre alguém de olho”.¹⁴¹ Questionado sobre como exemplificar essa percepção, Domingos não se sente à vontade para descer a detalhes.

Seja como for, o jornalismo continuava na fase de cobrir eventos sociais, comemorações do Exército e temas amenos. As reportagens tratavam mais de acidentes ocorridos na região. A parte técnica seguia precária e havia cobrança de maior investimento na qualidade dos produtos oferecidos ao telespectador da Globo. Orlei Moreira, que já estava na direção do departamento, foi diversas vezes para o Rio de Janeiro e para São Paulo, em uma espécie de treinamento, assim como os cinegrafistas passaram a ter a orientação da empresa de Roberto Marinho. Afinal, os contrastes eram evidentes. Enquanto a Globo passou a contar com toda a programação em cores a partir de 1973, a TV Triângulo seguiu em preto e branco até o início dos anos 1980. As pessoas viam Orlei Moreira, ao vivo, no bloco local do “Jornal Nacional”, e, em seguida, entrava o bloco nacional todo colorido.

Até o final dos anos de 1970, o jornalismo também viveu uma fase bem incipiente. As funções não eram claras e nem a jornada de trabalho era bem definida, como contou Moreira: “a gente começava sete e ia até meia-noite, repórter, todo mundo, cinegrafista. É o que eu chamava na época de jornalismo romântico. O pessoal gostava de fazer. Tinha

¹⁴¹ DOMINGOS, Edson, *op. cit.*

aquela competição. Quando nós conseguimos colocar a primeira matéria em rede foi uma festa”.¹⁴² Passar essa etapa foi difícil. A Globo recusava material de Uberlândia por considerá-lo sem qualidade técnica. Muitas vezes, quando queria alguma reportagem do Triângulo Mineiro, chegava a mandar cinegrafista e equipamento para a região.

Para Orlei Moreira, um dos maiores desafios era lidar com os interesses políticos de um dos donos. Renato de Freitas havia sido chefe do Executivo municipal entre 1967 e 1971 e quis tentar o cargo novamente. Dessa vez, estava à frente de um canal de tevê e queria usar isso em benefício próprio:

O Renato, ele me chamou na sala do comercial e disse: “Orlei, coloca no jornal hoje que se o Renato de Freitas for eleito ele vai perdoar”... não sei o quê, um negócio do Dmae [Departamento de Água e Esgoto], de água. Eu falei: “Renato, isso não pode, não”. Ele falou: “Quem é o dono aqui?” Eu falei: “Renato, eu sei que é você, mas você vai se encrespar com uma nota dessa, não pode”. Ele falou: “Faz, mas eu quero que você fale, não vai por outro pra falar porque você falando o povo acredita”. Eu falei: “Renato, não dá certo”. Eu tenho essa nota até hoje, lá em casa. “O candidato a prefeito Renato de Freitas, pa... pa... pa...”, não deu outra. No outro dia estava o oficial de justiça aqui procurando o Renato. Que é que o Renato fez? Não sabia de nada... [Ele falou:] “O que é isso? Não, vocês estão doidos, chama o Orlei, lá”. [O Renato disse:] “Orlei, eu mandei você escrever alguma coisa?” Eu olhei, assim, e pensei já sei [o que ele quer e respondi:] “Não, eu falei porque eu escutei você falando aqui e coloquei”. [O Renato disse para o oficial de justiça:] “O senhor tá vendo?” O cara entendeu, o juiz era o Sebastião Lintz. [E ele disse:] “Orlei, virou o crime perfeito. Eu não vou te foder, porque eu sei que você não teve culpa”. Ficou por isso mesmo.”¹⁴³

Renato de Freitas, candidato pela Arena, partido da ditadura, foi eleito para um segundo mandato de 1973 a 1977, deixando assim a direção e a sociedade da televisão. Aliás, quem também esteve muito ligado ao Canal 8 e se elegeu como vereador foi Dantas Ruas, o primeiro noticiário da emissora. Exerceu dois mandatos entre 1967 a 1975. Segundo Moreira, “naquela época, vereador não recebia, era trabalho voluntário, eram os notáveis que ocupavam o cargo”.¹⁴⁴

¹⁴² MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

¹⁴³ *Idem.*

¹⁴⁴ *Idem.*

2.6 A mão que bate também afaga

Tanto o *Correio de Uberlândia* quanto a TV Triângulo, no período pós-1964, exaltavam o potencial da região, as obras, o conceito de modernidade, deixando claro que Uberlândia estava à frente de muitas capitais onde a qualidade de vida era inferior à que era proporcionada por aqui. Como acentuava Barcelar, “conforme o discurso dominante, a vida no Triângulo Mineiro é melhor e diferente, suas cidades não têm problemas sociais e ambientais, tudo é novo, limpo e ordeiro. Os aspectos deturpadores e caoticizantes da moral e segurança são de origem exógena”.¹⁴⁵

Essa imagem de progresso, desenvolvimento e economia pujante também foi usada por parte dos grandes veículos de comunicação numa conjuntura em que, ao mesmo tempo em que esses jornais, rádios e emissoras de tevê sofreram com a censura, foram igualmente beneficiados e, assim, muitas vezes calados. Como diria o jornalista Elio Gaspari, no pós-AI-5, “abriram-se as portas do céu e do inferno. O ministro da Fazenda exercitava a capacidade de negociar isenções e financiamentos enquanto o da Justiça ganhava poderes para determinar investigações sobre a organização e o funcionamento de empresas jornalísticas [...] especialmente quanto à sua contabilidade, receita e despesa”.¹⁴⁶

Dois anos após o golpe, o governo federal concedeu incentivo à fabricação de papel e facilitou a importação de maquinários de impressão e edição. Essa medida beneficiou os empresários da mídia impressa e o mercado de livros. A televisão também não ficou de fora das vantagens concedidas. Em 1965 foi criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), responsável por modernizar o setor¹⁴⁷, cujo escritório só foi aberto em Uberlândia em abril de 1970. O *Correio de Uberlândia* rasgou grandes elogios a essa iniciativa: “o centro de TV da Embratel é um dos melhores da América do Sul e dará a Uberlândia uma posição bastante privilegiada no setor de comunicação audiovisual, já que colocará o mundo em nossos vídeos”.¹⁴⁸

Esse escritório trouxe benefícios também à TV Triângulo, que passou a contar com a geração de programas via satélite. Em março de 1969, o ditador-presidente Costa

¹⁴⁵ BARCELAR, Winston Kleber de Almeida, *op. cit.*, p. 147.

¹⁴⁶ GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 220.

¹⁴⁷ Ver ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988 p. 113-117.

¹⁴⁸ Centro de televisão foi visto pela imprensa. *Correio de Uberlândia*, 29 abr. 1970, capa.

e Silva isentou os canais de rádio e televisão do pagamento de impostos sobre equipamentos importados. Tais facilidades proporcionaram a renovação do parque tecnológico das empresas. No final da década, boa parte do Brasil estava interligada por meio do sistema de micro-ondas, chegando inclusive à Amazônia. Isso significou a solução para muitos dos “perrengues” enfrentados pela televisão dos anos 1950. Com essa tecnologia, os programas puderam ser feitos nas capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo, e veiculados em todo o território nacional simultaneamente.

Para o sociólogo Renato Ortiz, o sistema de rede possibilitou o funcionamento da indústria cultural e legitimou a ação dos militares no campo das telecomunicações, e isso corroborou a ideologia de segurança nacional.¹⁴⁹ Segundo esse autor, “a ideia da ‘integração nacional’ é central para a realização desta ideologia que impulsiona os militares a promover toda uma transformação na esfera das comunicações. Porém, como simultaneamente este Estado atua e privilegia a área econômica, os frutos deste investimento serão colhidos pelos grupos televisivos”.¹⁵⁰

A Globo foi a primeira a usar o sistema via Embratel. Dessa maneira conseguiu propagar suas imagens, por meio de micro-ondas. Em 1969, a tevê de Roberto Marinho estreava o “Jornal Nacional”, a primeira atração de televisão transmitida em rede. Com a Embratel se tornou possível o sonho da dupla Boni (José Bonifácio de Oliveira Sobrinho e Clark (Walter Clark) de ter um jornal que pudesse desbancar a liderança do “Repórter Esso”, da TV Tupi. A tecnologia permitiu transmitir o telejornal para vários estados ao mesmo tempo, o que diminuiu custos de produção e aumentou a capacidade de comercialização de espaços publicitários. A empresa do Jardim Botânico investiu também em equipamentos mais modernos de captação de áudio e vídeo. De acordo com a análise de Ribeiro e Sacramento, “o ‘Jornal Nacional’, além disso, apresentava mais matérias testemunhais com a voz dos entrevistados. Além das imagens cobertas com o áudio do locutor, o telejornal também inseria o chamado ‘som direto’, o depoimento da pessoa falando, praticamente inexistente no ‘Repórter Esso’ e nos noticiários das outras emissoras”.¹⁵¹

¹⁴⁹ Ao contrário dos Estados Unidos, no Brasil o sistema de micro-ondas e a tecnologia para que as emissoras pudessem formar redes foram patrocinados pelo Estado. Cf. ORTIZ, Renato, *op. cit.*, p. 118.

¹⁵⁰ *Idem.*

¹⁵¹ RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor, *op. cit.*, p. 115.

O “Jornal Nacional” se encaixou no objetivo dos empresários e do governo militar de integrar o país. Depois da Globo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, outras estações foram se integrando à rede, como Brasília (1971) e Recife (1972). O passo seguinte foi adquirir afiliadas¹⁵², como a TV Triângulo. Ter parceiros espalhados pelo país foi estratégico. Em 1975 o número de aparelhos de televisão era de 10,5 milhões: 97% deles faziam parte da área de cobertura da tevê carioca.¹⁵³

Vale ressaltar que o desejo de uma inserção nacional pela televisão tinha motivações diferentes para empresários e militares. Os donos da mídia vislumbravam a junção do mercado de consumo e os militares, a unificação política das consciências e a preservação das fronteiras nacionais. O problema é que a ideologia de segurança nacional alimentava propósitos fundamentalmente políticos, enquanto os donos dos negócios se preocupavam, acima de tudo, com a questão mercadológica. E a repressão e a censura traziam prejuízos, inclusive, financeiros para as emissoras.¹⁵⁴

Em 1969, o Brasil integrava a rede mundial de televisão que transmitiu a chegada do homem na lua. O sistema de telecomunicações brasileiro permitiu à tevê de Marinho expandir o seu sinal e dar início a uma alavancada na audiência. As verbas publicitárias passaram a se concentrar na Rede Globo. Cerca de 70% do que era destinado à televisão ficavam com o grupo carioca, e isso representava mais de 40% do sétimo mercado publicitário mundial. Esse abocamento acabava por provocar diversas consequências negativas, como a concentração do capital e da tecnologia numa única corporação. Com mais recursos, ela conseguia uma qualidade tecnológica dificilmente alcançada pelos concorrentes. Ao concentrar ainda, com folga, a liderança da audiência, aumentava os custos de veiculação comercial e ditava as regras para este setor. Formou-se, assim, um circuito que envolvia produção-audiência-custo. Era um círculo vicioso que só poderia ser rompido com uma completa reordenação do papel da radiodifusão no sistema produtivo.¹⁵⁵

No início dos anos 1970, a Globo, de olho na modernização, mandou seus técnicos e engenheiros à Alemanha para estudar o uso de cor nas imagens. Em julho de 1972,

¹⁵² A legislação brasileira não permite a uma mesma pessoa possuir mais do que cinco concessões, daí a necessidade de ter afiliadas.

¹⁵³ Cf. RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor, *op. cit.*, p. 116.

¹⁵⁴ Ver *idem, ibidem*, p. 113.

¹⁵⁵ Cf. HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1987, p. 216 e 217.

Walter Clark se reuniu com o ministro das Comunicações, pedindo ajuda ao Estado no tocante a investimento e facilidades para que o canal implantasse a tecnologia nos seus programas. A primeira novela em cores levada ao ar, em 1973, foi *O bem-amado*, de Dias Gomes.¹⁵⁶

Apesar de todos os benefícios e incentivos que a Rede Globo recebeu, nem tudo implicava um alinhamento total com o regime. A sua direção podia seguir o discurso oficial, mas esse pensamento não era necessariamente compartilhado por parte dos funcionários, tanto que a empresa contou, no quadro de empregados e prestadores de serviços, com notórios comunistas espalhados nas mais diversas áreas. Ficou conhecida uma afirmação de Roberto Marinho, segundo a qual nos “comunistas” dele ninguém mexia. Sobre isso o filho mais velho, Roberto Irineu Marinho, disse em entrevista ao jornalista Pedro Bial: “aquele episódio que ele virou assim, ‘nos meus comunistas ninguém toca’, não tem nada de ideológico; é o seguinte: no pessoal que trabalha comigo e em quem eu confio, ninguém toca, são o meu grupo, os meus amigos. É isso”.¹⁵⁷

Esses comunistas, ressaltem-se geravam lucro, uma vez que os produtos aos quais estavam ligados eram líderes de audiência. Marcos Napolitano frisa que os autores de novela, por exemplo, trabalhavam com razoável liberdade de criação, o que permitiu uma abordagem mais “realista” e “sociológica”, para obras como *Beto Rockfeller*, em 1968, e *O bem-amado*, de Dias Gomes, filiado ao PCB. Foi na década de 1970 que a emissora passou a exibir o seriado *A grande família*, escrito e dirigido pelos comunistas Oduvaldo Vianna Filho e Paulo Pontes.¹⁵⁸ O tema central era uma família de classe média que enfrentava dificuldades, em pleno período do chamado milagre econômico brasileiro.¹⁵⁹

Por outro lado, no início dos anos de 1970 a Rede Globo resolveu abrir espaço para uma atração de música, criando o Festival Internacional da Canção. Para isso chegou a contratar o produtor musical Solano Ribeiro, que tinha produzido esse tipo de projeto na Record, e para presidir o júri foi convidada Nara Leão, que estava longe de morrer de amores pelo regime militar:

¹⁵⁶ RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO Igor, *op. cit.*, p. 123.

¹⁵⁷ BIAL, Pedro, *op. cit.*, p. 22 e 23. Ressalto que nem todos os “comunistas” que trabalhavam para o Grupo Globo tiveram o mesmo tratamento. Os que contaram com certa “proteção” foram os que estavam mais próximos a Roberto Marinho ou que desempenhavam uma função avaliada como relevante para a emissora.

¹⁵⁸ Essas obras eram veiculadas após as 22 horas, horário em que muito trabalhador já está dormindo.

¹⁵⁹ Cf. NAPOLITANO, Marcos, *op. cit.*, p. 177.

O cenário para mais um conflito com o regime estava armado e explodiu no manifesto do júri contra a censura. Alegando um problema na condução dos trabalhos, mas na verdade pressionada pelo governo, a Rede Globo destituiu a presidência do júri, e, quando dois jurados (Roberto Freire e Rogério Duprat) tentaram subir ao palco para ler um manifesto contra a censura, foram presos pelo Dops (a polícia política do regime) e chegaram a ser agredidos”.¹⁶⁰

Como se vê, certas iniciativas, mesmo no caso da Rede Globo, eram coibidas pela ditadura. A censura atuava de maneiras diferentes, conforme a área cultural. Após o AI-5, até 1979, o teatro, por exemplo, foi uma das áreas mais afetadas. Interditaram-se 450 peças, total ou parcialmente, apesar dessa prática preexistir ao Ato Institucional. No cinema foram cerca de 500 filmes, alguns deles estrangeiros. Na música vários compositores foram perseguidos, como Chico Buarque, Gonzaguinha, Taiguara, entre muitos outros. Na literatura a censura foi mais dura a partir de 1975, com cerca de 200 obras proibidas.¹⁶¹

A despeito dessa vigilância, certas manifestações culturais resistiram aos tempos do AI-5. Para Napolitano, seja no mercado ou no paralelo, “a cultura brasileira de viés crítico esquerdista foi uma espécie de ‘educação sentimental’ dos jovens, sobretudo na direção de valores democráticos e libertários. Se não fez a revolução nem derrubou a ditadura com a força das canções, filmes e peças, alimentou a pequena utopia democrática que ganharia as ruas e daria o tom das lutas civis a partir de meados dos anos de 1970”.¹⁶²

2.7 Um instante para os comerciais (plim-plim)

De 1969 até 1973 o Brasil teve uma taxa de crescimento na economia de 11% ao ano, chegando a quase 14% em 1973, que configuraria a propaganda do “milagre econômico”.¹⁶³ Nessa época, “grandes obras”, como a construção da Ponte Rio-Niterói, a usina de Itaipu e a Rodovia Transamazônica recebiam enorme espaço na mídia, além

¹⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 182.

¹⁶¹ *Ver idem, ibidem*, p. 196.

¹⁶² *Idem, ibidem*, p. 204. No plano comportamental, mesmo tendo pela frente o poder castrador da censura, avançou-se consideravelmente, nos anos 1970, quebrando-se certos paradigmas em meio à ditadura militar. Ver PARANHOS, Adalberto. Música popular na contramão das políticas sexuais hegemônicas. *Contrapulso: Revista Latinoamericana de Estudios en Música Popular*, v. 1, n. 1, Santiago de Chile, 2019.

¹⁶³ Isso foi obtido por causa de um momento internacional favorável no final dos anos de 1960, aliado às políticas internas repressivas que o sustentaram. Ver NAPOLITANO, Marcos, *op. cit.*, p. 161.

de serem alvo de propaganda oficial do governo. Como diz Napolitano, “era a materialização do projeto Brasil Grande Potência, o auge da utopia autoritária da ditadura, que não deixou de seduzir grande parte da população e da mídia”.¹⁶⁴

Com a descoberta de urânio no Nordeste, os militares anunciaram a instalação de uma usina nuclear em Angra dos Reis. Nesse período, iniciou-se a construção da rodovia Transamazônica, devastando 2.280 quilômetros de mata para ligar o Acre ao Maranhão. Ainda nos anos 1970, a Embraer recebeu 230 milhões de dólares para fabricar o primeiro jato brasileiro. Era o “gigante pela própria natureza”, que se movimentava como ressalta o jornalista Carlos Chagas. Os investimentos e a publicidade se nutriam também de propósitos marcadamente políticos, como o de levar o brasileiro a acreditar num país em plena fase de desenvolvimento. A própria imprensa se encarregou de cumprir esse papel.¹⁶⁵

Algumas das principais propagandas do regime ditatorial tinham a mesma temática. O historiador Carlos Fico aponta que era recorrente encontrar assuntos como “construção” e “transformação” do Brasil. Havia um desejo de mostrar que os militares atuaram diante da “decadência” moral e material pela qual o país havia passado antes do golpe, ou melhor, da “revolução”. A Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) do governo federal também se dedicava a propagandear que se vivia um novo tempo, de reconstrução. Para Fico, “um dos recursos foi o da analogia entre o novo tempo inaugurado pelo militares e a comemoração de datas que sugeriam o fim ou início de ciclos temporais. Como o Natal. Tal data permitia reunir, num único contexto, temas caros à propaganda política dos militares, como o ‘amor’, a ‘união’ e a ‘solidariedade’ e, paralelamente, fazer alusão aos ‘novos tempos’”.¹⁶⁶

As peças publicitárias eram feitas para a veiculação nos jornais, rádios, revistas e na televisão. A exibição era nacional, por isso os moradores de Uberlândia tinham acesso às mensagens por meio da TV Triângulo desde sua afiliação à Rede Globo. Se ela as exibiu anteriormente, quando era uma emissora independente, não há registros, e a memória dos nossos entrevistados não é precisa quanto a datas. De qualquer forma, a

¹⁶⁴ *Idem.*

¹⁶⁵ Cf. CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe: 1964-1969*, a história contada por jornais e jornalistas. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 213.

¹⁶⁶ Ver FICO, Carlos, *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 122.

partir de 1971 os uberlandenses e moradores da região puderam ver comerciais que mostravam a família, as tradições, os costumes e enalteciam alguns padrões comportamentais que deveriam ser seguidos pelos brasileiros. Segundo Fico, vivia-se um

Tempo novo em que certos valores e certas conquistas materiais estavam para ser obtidos: a convivência pacífica e feliz do núcleo familiar, a fartura material dos que podem fazer um churrasco no quintal, dos que possuem a casa própria e, de lambujem, um cachorro e um riacho. Portanto, não se pode ignorar o conteúdo político por trás dessa fachada aparentemente ingênua, idílica, “despolitizada”: a nova fase, inaugurada pelos militares, fazia promessas sutis. Não as afirmava em hinos marciais, com estandartes, ou a partir do programa de um partido ou da fala de um ditador, personalizado na figura deste ou daquele chefe. Tudo isso já havia sido ridicularizado em outros momentos, no Brasil e no exterior – aqui, especialmente, pelo conhecimento do que fora o DIP. A afirmação das promessas políticas da propaganda do regime militar (promessas de um novo tempo, de fartura e de felicidade) dava-se através de recursos alegóricos, figurados, como a pacífica comemoração da família do filme em pauta¹⁶⁷ – que, afinal, poderia ser qualquer família brasileira, bastando ser convencida de que “a luz do futuro acaba de nascer” (seja Cristo ou a “Revolução”) e de que as mudanças virão, desde que todos estejam unidos em torno de certos ideais, ou dos ideais certos.¹⁶⁸

Um dos idealizadores dessas campanhas era Octávio Costa. Para ele, o país era muito grande e diferente; acreditava que a comunicação social deveria se preocupar com a não violência, mensagens de amor entre os homens, sem radicalismo, criando assim, um clima mais ameno, já que o clima de paz havia sido alterado pelas guerrilhas e pelos sequestros.¹⁶⁹ Paralelamente, vários periódicos, em especial os de circulação nacional, se dedicavam a reportagens sobre o “avanço” e o “progresso” da nação. Ao analisar, por exemplo, a matéria “O norte amazônico: aqui vencemos a floresta” – publicada pela revista *Manchete* em 1970, ao tratar da construção da rodovia Transamazônica –, o jornalista Edwaldo Costa assinala que se bastava “apresentar uma relação conflitante entre o homem e a natureza, sendo que esta última representava um empecilho do

¹⁶⁷ A propaganda a que Fico se refere mostra uma menina apanhando flores no jardim de uma casa que tem um riacho, com águas cristalinas, ao fundo. Ela tem um irmão que leva um cachorro para perto de outras pessoas que estão do lado de fora da casa, enquanto seus pais preparam um churrasco. Ouve-se ainda um fundo musical: “A raiz da felicidade está no coração/ e o gesto da amizade é que faz nascer a flor./ A força da união é que faz mudar o mundo./ O amor [inaudível] liga o nosso coração./ Vem, vem, vem,/ vem comigo, a luz do futuro acaba de nascer,/ nosso peito irradia um sorriso de esperança,/ nova era se inicia sorrindo feito criança.” *Idem, ibidem*, p. 123.

¹⁶⁸ *Idem*.

¹⁶⁹ Ver *idem, ibidem*, p. 124.

desenvolvimento. Sob tal ótica, era preciso vencer a floresta amazônica, para integrar a região norte ao restante do país – algo que interessava a todos os brasileiros”.¹⁷⁰

O *Correio de Uberlândia* também se engajou na cruzada propagandística desencadeada pelo governo militar. Uma de suas edições de fevereiro de 1968, por exemplo, trouxe como manchete “Amazônia, fonte nacional [de] riquezas”.¹⁷¹ A matéria mostrava que os incentivos dados pelas autoridades para a região, além da criação da zona franca de Manaus, estavam externando preocupação com o desenvolvimento daquele território, “numa tomada de decisão que demonstrou, de modo definitivo, o interesse das classes empresariais, agora voltadas para a grande área, em torno da qual se vêm implantados verdadeiros parques fabris, as oleaginosas, as madeiras, os minérios, além do pescado e os produtos da pecuária”.¹⁷²

Já na TV Triângulo a propaganda de um “Brasil gigante e desconhecido” chegou, aos telespectadores por meio do programa “Amaral Neto, o repórter”, que já era veiculado pela Globo antes da emissora de Uberlândia se tornar uma afiliada.¹⁷³ Os mineiros do cerrado passaram a conhecer a atração quando a tevê local, que já era comandada por Tubal e outros três sócios, começou a retransmitir as atrações do Canal 4, do Rio de Janeiro. Amaral Neto, cujo programa, em 1972, passou a ser veiculado em cores, procurava destacar as riquezas do país, funcionando, dessa maneira, como um divulgador do governo que “deu certo”. Claro que a pobreza, a falta de saneamento básico e de recursos não tinham espaço nas reportagens do jornalista.

Outro assunto que ganhou muito destaque no início dos anos 1970 e virou propaganda do governo foi a 9ª Copa do Mundo, realizada no México e retransmitida, via Embratel, pelo Canal 8. Era a primeira vez que a televisão transmitia, ao vivo, esse tipo de evento, graças ao avanço da tecnologia impulsionada também pelo regime. Foi, aliás, a primeira copa exibida pela TV Triângulo. O ditador-presidente Garrastazu Médici, que era um torcedor fanático do Grêmio, recebeu os jogadores antes da viagem para a disputa

¹⁷⁰ COSTA, Edwaldo, *op. cit.*, p. 63.

¹⁷¹ Amazônia, fonte nacional [de] riquezas. *Correio de Uberlândia*, 18 e 19 fev. 1968, capa.

¹⁷² *Idem*.

¹⁷³ O programa estreou na Globo em 1968. Sobre Fidelis dos Santos Amaral Neto, um propagandista dos feitos da ditadura, ver *Memória Globo*. Disponível em <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/amaral-netto-o-reporter/>>. Acesso em 27 set. 2020.

do torneio e, depois da conquista do título, voltou a recebê-los no Palácio do Planalto. Todos esses fatos tiveram uma grande cobertura da imprensa.

O governo federal se aproveitou e se apropriou ainda da vitória da seleção brasileira, numa tentativa de criar um clima de otimismo entre os brasileiros, tentando transformar o sentimento de alegria em manifestações de ufanismo, apesar de, tempos depois, o responsável pela propaganda do governo militar negar que tenha tomado tal iniciativa conforme cita Fico:

Contudo, a verdade é que esses episódios – “o milagre” econômico e a conquista da Copa – forneceram a “confirmação” do destino de grandeza do país de que necessitava a propaganda política militar. E, na verdade, a Aerp fez filmes que efetivamente aproveitavam a vitória esportiva, como aquele em que um gol de Jairzinho foi dividido em nove partes, intercaladas com cenas brasileiras tipicamente otimistas, e que assegurava, ao final: “Ninguém segura o Brasil”.¹⁷⁴

A copa também foi uma excelente oportunidade para se buscar “humanizar” a figura do presidente, cujo governo, acrescente-se, passaria à história como o mais repressivo e sanguinário do ciclo militar. O regime aproveitou-se das circunstâncias para procurar colocar os brasileiros contra o que chamava de subversivos, de não patrióticos. Lembremo-nos de que durante os jogos aconteceu o sequestro do embaixador alemão Von Holleben, e essa ação, atribuída aos “sequestradores comunistas”, gerou umacomção inclusive junto aos jogadores da seleção brasileira, vistos como “heróis”. A ditadura utilizou a Copa de 70¹⁷⁵ para tentar vender a ideia de que os grupos armados também atingiam os “canarinhos”.¹⁷⁶ No dia 24 de junho de 1970, *O Globo* trouxe como título de uma reportagem sobre a seleção uma frase dita por Garrastazu Médici e que continha um significado dúbio: “Vocês mostraram com muita garra e fibra o que é o nosso grande país”.¹⁷⁷

Não foi só do resultado positivo da seleção brasileira que o regime quis se apropriar. O ditador do momento tentou igualmente tirar dividendos políticos da conquista do título mundial de boxe de Éder Jofre, em 1973. Numa foto, publicada na

¹⁷⁴ FICO, Carlos, *op. cit.*, 137.

¹⁷⁵ A propósito, vale assistir ao documentário “Pelé”. Diretores: David Tryhorn e Bem Nicholas. Netflix, 2021.

¹⁷⁶ COSTA, Edwaldo, *op. cit.*, p. 64.

¹⁷⁷ *Apud idem, ibidem*, p. 65.

imprensa, ele aparece com a luva direita de Jofre, que não demonstrava estar confortável e nem feliz. No livro *Meia culpa*, Edwaldo Costa traz o depoimento que o filho do campeão, Marcel Jofre, deu ao programa “Esporte Espetacular”, da Rede Globo, que também foi veiculado na TV Triângulo: “Eu me lembro claramente que houve uma grande pressão para que meu pai cedesse o par de luvas ao então presidente Médici e, além do mais, toda vez que meu pai participava de alguma entrevista televisiva, ele reclamava muito de que cortavam suas críticas em relação ao regime militar. Na época, os programas eram gravados e a tesoura corria solta”.¹⁷⁸

Poucos anos se passaram depois da copa e do “milagre econômico”, e a euforia deu lugar a certo pessimismo com o crescimento da inflação e a estrondosa derrota da Arena nas eleições de 1974. Na contramão disso, coube à propaganda oficial fazer campanhas enaltecendo a “grandeza nacional”. O aparelho publicitário criado por Toledo Camargo, na assessoria de relações pública do governo, buscava ressaltar que o Brasil era um dos poucos países do mundo, e até mesmo o único, que investia em obras gigantescas como a construção de dois metrô ao mesmo tempo. Segundo Fico, em 1976, uma “campanha que duraria dois meses foi uma espécie de continuação de O Brasil é Feito por Nós, [que] produziu 11 peças para TV, cinema e rádio e também divulgou, através de fascículos, obras como as de Itaipu, Tucuruí, Angra dos Reis e a hidrelétrica de Tocantins”.¹⁷⁹

Nem todas as propagandas do governo contavam com boa receptividade. Em 1973, os ministros Delfin Netto e Mário Henrique Simonsen se juntaram a alguns publicitários do mercado, deixando de lado o setor de relações públicas oficial, para uma campanha que tinha como mote “diga não à inflação”, A ideia era que comerciantes e fabricantes praticassem preços justos. Outra campanha recomendava que o consumidor pechinchasse. Tais peças publicitárias acabaram por culpar a sociedade por questões decorrentes do descontrole das contas públicas e do funcionamento da economia.

Outro problema que, por essa época, atingiu a vários países, incluindo o Brasil, a crise do combustível, mereceu uma campanha, mas dessa vez da assessoria do governo. Na propaganda, o consumidor era ensinado a economizar gasolina, pois era chegada a hora do brasileiro “botar os pés no chão”. Como afirma Fico, a publicidade oficial sempre

¹⁷⁸ *Apud idem, ibidem*, p. 67.

¹⁷⁹ FICO, Carlos, *op. cit.*, p. 138.

chamava a atenção para o comportamento do brasileiro, uma forma de ensiná-lo a se comportar. O governo militar deixava claro, com isso, que não considerava a sua população capaz de tomar certas atitudes; por isso também ela não estaria apta a votar.¹⁸⁰

Por outro lado, os jornais alternativos rejeitavam a propaganda oficial, embalada por mensagens “positivas” recheadas de otimismo vazio, quando não de ufanismo. Em 1972, por exemplo, *O Pasquim* publicou uma charge que ridicularizava uma das campanhas do governo federal: o Sujismundo.¹⁸¹ O semanário, fundado por Ziraldo, Jaguar, Sergio Cabral e Tarso de Castro, chamou a sátira de “nossa contribuição à campanha do povo limpo”. Como anota Fico, “o que se via no desenho era um enorme cesto de lixo contendo menções à ‘má-fé’, à ‘politicagem’, à ‘televisão’, ao ‘engodo’, à censura, ao jornal colaboracionista *O Globo*, às comemorações patrióticas e ao próprio Sujismundo, também lançado ao lixo”. E complementa o historiador: “essas críticas, porém, tinham alcance muito menor do que a evidente simpatia que o personagem causava em outros setores da sociedade”.¹⁸²

A imprensa seguiu convivendo com os incentivos governamentais, com a censura e com a propaganda até que o assassinato do jornalista Vladimir Herzog acabou por provocar um grande mal-estar, azedando de vez as relações entre os donos de jornais e os profissionais da imprensa com o ditador-presidente Ernesto Geisel. Sua morte nas dependências do Exército, em São Paulo, foi vista como uma manifestação de rebeldia da linha dura dos militares ao projeto de “abertura” em curso.¹⁸³ Mas isso é assunto para o próximo capítulo.

2.8 A luta pela separação do Triângulo e a bandeira da tevê

A TV Triângulo nunca entrou na briga contra o regime ou sequer demonstrou insubordinação em momento algum, contudo encampou uma campanha que, de tempos em tempos, voltava a ficar latente na região: a emancipação do Triângulo. A empresa tratou da questão em vários programas. Foram muitas horas dedicadas a debater o tema, mas sempre com o ponto de vista favorável ao desmembramento da região do estado de

¹⁸⁰ Ver FICO, Carlos, *op. cit.*, p. 142.

¹⁸¹ O Sujismundo era um personagem de desenho animado, simpático, mas desleixado quanto à limpeza pessoal e aos cuidados com o meio onde vivia. Foi criado pela Aerp.

¹⁸² *Idem, ibidem*, p. 135.

¹⁸³ Ver *Idem, ibidem*, p. 251.

Minas Gerais. Tais debates só deixaram de ir ao ar no início da década de 1970, com a edição do AI-5 e a nomeação, em 1971, do uberlandense, Rondon Pacheco, como governador de Minas Gerais.

No discurso de muitos comerciantes, políticos e moradores de Uberlândia, a região, considerada rica e poderosa no quesito arrecadação de impostos, erasensivelmente prejudicada pelo governo mineiro. Para eles, os tributos iam para a capital e não retornavam em melhorias para os municípios do Triângulo. Conforme a análise de Oliveira, “o ‘vizinho’ Estado de Minas Gerais aparecia como parasita, que apenas ‘sugava’ as riquezas sem dar nada em troca. Daí a necessidade de separação, de independência, pois o Triângulo afirmava não precisar de Minas Gerais, como também dizia ser esse Estado um peso, um ‘sanguessuga’ de uma região autossuficiente”.¹⁸⁴

Essa região, antes de pertencer a Minas Gerais, foi ligada a São Paulo até 1748. Com a emancipação de Goiás, os municípios triangulinos foram anexados ao novo estado e somente no século XIX acabaram sendo incorporados a Minas.¹⁸⁵ Essa pode ser uma das explicações para a falta de um sentimento mais forte de mineiridade.¹⁸⁶ A ligação com São Paulo se percebe até os dias de hoje. Um dos sintomas disso por estas bandas está na quantidade de voos para a capital paulista: a oferta de horários é muito maior do que para Belo Horizonte. Outro dado significativo diz respeito à malha rodoviária. A rodovia Anhanguera (pedagiada), que conduz do Triângulo até a capital paulista, oferecepista dupla, e é muito melhor do que a BR 040, que liga a Uberlândia à capital mineira, com um traçado simples e perigoso. Por sinal, nem o sotaque do uberlandense se assemelha à forma de falar do belo-horizontino.

Um século após ser indexada ao estado do Goiás, a região passou a se movimentar para voltar a fazer parte de São Paulo. Depois surgiram outros movimentos, pregando a emancipação em 1906, 1919, 1934, 1948, nas décadas de 1950 e 1960 e nos anos 1980.¹⁸⁷ Segundo Oliveira, “o movimento separatista de 1906 ocorreu devido à falta de apoio do governo estadual e, principalmente, contra o fechamento da Escola Normal de Uberaba, que atendia a todo Triângulo e Sul de Goiás, e ainda pelo descontentamento com a retirada

¹⁸⁴ Ver OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia – 1950/1985*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1992, p. 75.

¹⁸⁵ Ver *idem*.

¹⁸⁶ Ver BARCELAR, Winston Kleber de Almeida, *op. cit.*, p. 133.

¹⁸⁷ Ver OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa, op. cit.*, p. 77.

do 2º Batalhão de Polícia, daquela cidade. Como resultado prático dessa campanha, foi criado em Uberaba, em 1906, o Clube Separatista, e em Araguari foi fundado o Partido Separatista”.¹⁸⁸

O movimento uniu as elites. Propugnava-se pela maior representatividade político-administrativa do Triângulo. A ação se ligava também, obviamente, ao desejo pelo poder. Além disso, como sublinha Barcelar, “em vários momentos dessa história de ‘luta’ de setores das elites triangulinas pelo acesso direto à formação do estado do Triângulo, fizeram-se alusões sobre a identidade cultural com o resto de Minas Gerais ou mesmo sobre o fato de que a modernização de todo o estado de Minas Gerais vinha acompanhada de deturpações culturais e morais que representavam uma forma de ‘opressão cultural’ frente à ‘mineiridade’ autêntica do Triângulo Mineiro”.¹⁸⁹

A questão cultural era um dos dois pilares defendidos pelas elites, como se a região ostentasse traços culturais singulares. O outro era o crescimento econômico da região, que contava com uma boa arrecadação de impostos. Ganhava força a questão regional: alegava-se que a capital, Belo Horizonte, não abria espaço para o que vinha do Triângulo, tornando esta região mais isolada. Ser emancipado significaria poder coordenar o crescimento econômico da região, sem nenhuma dependência de Belo Horizonte. Isso, na visão do seletivo grupo de separatistas, também possibilitaria a arrecadação de tributos voltada para as cidades triangulinas. Para Barcelar, “a luta não se resumia a isto, mas o poder central do Estado – na forma de um governo autônomo no Triângulo Mineiro – daria um impulso a uma economia já muito eficiente, que possuía grupos de rendas médias dinâmicos e, do ponto de vista capitalista, eficientes, que procuram, desde muito tempo, utilizar praticamente a máxima capacidade ociosa de que dispõe o local e o regional”.¹⁹⁰

Após esse movimento, algumas das reivindicações da região foram atendidas, como a construção da ponte Afonso Pena, ligando o Triângulo ao sul de Goiás, e a estrada de ferro Araxá-Uberaba, desarticulando o movimento. A campanha voltou, treze anos depois, com a fundação do jornal *A Separação* em Uberaba. Em 1934 e em 1948, ela seria

¹⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 78.

¹⁸⁹ BARCELAR, Winston Kleber de Almeida, *op. cit.*, p. 133.

¹⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 136.

retomada de novo, e, mais uma vez, os motivos se prendiam à falta de atenção do governo de Minas.

Na década de 1950 a ação separatista retornou e se alastrou por várias cidades triangulinas. Em 1957 as manifestações tinham como principal bandeira a independência econômica da região.¹⁹¹ De acordo com Oliveira,

Em relação aos políticos uberlandenses, a mudança para o separatismo se deu também de forma lenta. Apesar de existirem muitos vereadores separatistas já em 1951, os chefes políticos da cidade – sobretudo os deputados Rondon Pacheco e Vasconcelos Costa – eram claramente contra a separação do Triângulo, por isso mesmo, o líder mais importante deste movimento, na década de 50, foi um representante de Uberaba, o deputado Mário Palmério.¹⁹²

Nos anos 1960, o movimento readquiria força novamente. Em 1967, outro fato, responsável pela volta da campanha foi o projeto de lei do deputado Floriano Rubim, do Espírito Santo. Ele propôs a criação de cinco estados, entre eles o do Triângulo, e onze territórios. Nesse período surgiu a União para o Desenvolvimento e Emancipação do Triângulo (Udet). O fundador do Canal 8, Edson Garcia Nunes, foi um dos grandes incentivadores e defensor entusiasta da proposta. Uma das cidades que mais se mobilizou foi Frutal. O fotógrafo e cinegrafista Roberto Cordeiro acompanhava o empresário uberlandense. Ele relatou uma das viagens de campanha: “a cidade [Frutal] estava cheia de faixas nos postes, nos muros e nas casas anunciando a chegada dos delegados do movimento a fim de promulgar [sic] ao povo da cidade a criação de um novo estado da federação, o Estado do Triângulo”.¹⁹³ O evento, ao que consta, chegou a reunir cerca de 3 mil pessoas.

A Udet também fez campanha em outras cidades da região, como Patos de Minas e Araxá, onde houve a cobertura da TV Triângulo. O esforço do Canal 8 para levar o máximo de informação do evento aos telespectadores foi tanto que se deslocou quase toda a equipe de telejornalismo da emissora para essa cobertura.¹⁹⁴

¹⁹¹ Cf. OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa*, op. cit., p. 81.

¹⁹² *Idem, ibidem*, p. 83.

¹⁹³ CORDEIRO, Roberto. *O homem: pioneiro da televisão na região*, Uberlândia: edição do autor, 2001, p. 26.

¹⁹⁴ Cf. TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa, op. cit., p. 115.

Durante o V Encontro das Forças Vivas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba “Pró Redivisão Territorial do Brasil”, o deputado federal Sinval Boaventura salientava que a forma como reivindicavam a separação não era subversiva e até fazia elogios às polícias civil e militar e ao próprio Dops, deixando claro que os participantes do movimento eram favoráveis ao regime. Aliás, a campanha emancipacionista contava com o apoio de associações comerciais, como a de Uberaba, da União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia e da Câmara Municipal de Uberaba. Oliveira relata que Sinval Boaventura, “em seu discurso, demonstrava a viabilidade da implantação do Estado do Triângulo, ressaltando a integração nacional e a divisão territorial como elementos básicos para o desenvolvimento do país e também a questão da autossuficiência das regiões”.¹⁹⁵

As atrações convidadas por Haydée Vasconcelos, na TV Triângulo, reverberavam esse tipo de reivindicação. Em entrevista a Temer, ela disse: “meu programa não era muito de política. A única política de que eu participava era da criação do Estado do Triângulo. Dessa eu sempre participei. Dr. Edson também era emancipacionista”.¹⁹⁶

Essa luta saiu do ar assim que o governo militar endureceu o regime por meio do AI-5, em 1968. Acresça-se a isso que a região se sentiu representada no governo federal por meio de Rondon Pacheco, que assumiu, então, o ministério da Casa Civil. Novamente o movimento foi paralisado, ainda mais que o político uberlandense se tornou governador em 1971. Além do mais, Garcia Nunes vendeu a TV Triângulo para Tubal de Siqueira Silva e seus amigos, como já citado neste capítulo. Tubal, um empresário do ramo imobiliário, sempre contrário ao movimento separatista, fez com que o assunto praticamente deixasse de ser abordado na emissora. Entretanto, em 1976 o tema voltou à discussão, em âmbito nacional, o que foi reforçado, no ano seguinte, quando ocorreu a divisão do estado de Mato Grosso:

Em 1978, após três anos de funcionamento, a Comissão Política Demográfica e de Revisão Territorial da Câmara dos Deputados elaborou um relatório onde sugeria a “criação de oito novas unidades federadas, e a transformação em estados dos territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia”. Entre as novas unidades, estava o estado do Triângulo, com a capital em Uberaba. No entanto, assim como o projeto que criava Minas D’Oeste e redividia o Brasil em novos estados, os trabalhos desta comissão não foram colocados em prática.

¹⁹⁵ OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento Urbano e ideologia burguesa*, op. cit., p. 87 e 88.

¹⁹⁶ TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa, op. cit., p. 116.

Em suma, o projeto de emancipação do Triângulo continuou um sonho, e, como nas décadas anteriores, ele volta ou recua, de acordo, sobretudo, com a relação da região com as autoridades estaduais mineiras. Certamente, o momento mais importante desta luta foi a campanha desenvolvida a partir de 1967, que teve como resultado, a eleição de um representante da região – Rondon Pacheco – como governador do Estado [em 1971].¹⁹⁷

Por vezes, nessas circunstâncias, a TV Triângulo tornaria a falar sobre a separação, mas não com o engajamento da época em que Garcia Nunes era o único dono. Orlei Moreira começou a trabalhar no Canal 8 ainda nesse período de defesa da criação do estado do Triângulo: “Tinha o programa da Haydée, tinha o programa do Netinho, que eram programas ao vivo, aos domingos. Eram daqui do estúdio e era coisa assim ferrenha de dar briga em Brasília, dar briga em Belo Horizonte, e encampamos a coisa, a televisão encampou a ideia da separação”.¹⁹⁸

Outra tevê a aderir à causa foi a retransmissora da Tupi em Uberaba, que, segundo Orlei, abria e fechava a programação mostrando a imagem da bandeira tremulando enquanto tocava o hino do Triângulo. Apesar de ter feito diversas reportagens sobre o assunto, o ex-diretor de jornalismo não concorda com a separação por observar muita passionalidade no movimento e pouca racionalidade,

Aquela coisa, “o Triângulo é nosso, não devemos nada a Belo Horizonte”. Embora a realidade da nossa região fosse mais, até hoje é, mais paulista e goiana do que mineira, São Paulo desde a formação, você vê que essa região nossa não tem nada a ver com Minas: a própria ligação rodoviária com Belo Horizonte é uma lástima e, com São Paulo e Goiás, é mais fácil. Era uma questão econômica. Estudiosos vieram de fora. Nós entrevistamos aqui alguns especialistas em desenvolvimento regional, eles falando, na época, no prejuízo que teria para o estado e para a própria região aqui. A formação de um estado demandaria uma série de coisas, de poderes, formar mais três poderes, governo, mais secretarias, mais isso, mais aquilo, aquilo outro. O argumento que tinha é porque nós tínhamos o agronegócio, energia e água, a gente falava, na época, que tudo isso dava aqui no Triângulo, então, por que a gente tinha que ficar pedindo benção pra Belo Horizonte?¹⁹⁹

¹⁹⁷ OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: op. cit.*, p. 91 e 92.

¹⁹⁸ MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

¹⁹⁹ *Idem.*

Para Ademir Reis, o fato de Rondon Pacheco não ser favorável à separação teve um peso importante na decisão da região continuar pertencendo ao estado de Minas. Reis também é contrário a essa ideia: “O estado do Triângulo, eu acho que foi um sonho que passou. Porque, apesar de nós estarmos mais ligados com o eixo Rio-São Paulo do que Belo Horizonte, Uberlândia e as cidades vizinhas, aqui do Triângulo, são realmente o coração de Minas”.²⁰⁰

Tubal de Siqueira Silva, além de não ser simpático ao movimento de emancipação, também se tornou amigo de Newton Cardoso, eleito para o governo do Estado em 1986. Esse fator, aos olhos de Orlei Moreira, foi decisivo para a TV Triângulo ficar de fora da última movimentação pela separação do Triângulo, ocorrida no mesmo ano da eleição para governador.

Enfim, pode-se dizer que a campanha emancipacionista sempre foi um movimento elitista, nunca foi contrário ao regime e muito menos de resistência. Em todas as referências à campanha não se encontra a participação popular. Quando a tevê abordava o assunto, nos seus programas de entrevistas, era sempre pela ótica de alguma autoridade, passando longe do “cheiro do povo”.

²⁰⁰ REIS, Ademir Torido, *op. cit.*

3. O FIM DE UM LONGO PERÍODO: 21 ANOS DE DITADURA MILITAR

3.1 O caldo entornou: o epílogo do regime

Clarice Herzog, casada havia 11 anos com Vladimir Herzog, tomou uma atitude que ajudou a mudar o desfecho dessa triste história. Ela não quis abreviar os rituais, como geralmente ocorria com quem morria nas dependências do Dops. A viúva optou por enterrar o corpo de Vlado na segunda-feira, dois dias após o seu assassinato, ocorrido em 25 de outubro de 1975. Com isso haveria um dia inteiro de velório e um sepultamento em dia útil. Segundo a narrativa do jornalista Elio Gaspari, “o cadáver chegou ao velório do hospital Albert Einstein num caixão fechado. Ela só lhe viu o rosto. Na manhã de domingo, quando o cardeal [dom Paulo Evaristo] Arns desceu de seu carro e caminhou para o salão, foi avisado de que não deveria falar. [...] D. Paulo postou-se em silêncio diante do caixão. A seu lado, estava Franco Montoro. Era a primeira vez que um arcebispo e um senador velavam um morto do regime”.¹

Toda a cerimônia, incluindo o sepultamento, foi envolta em clima de revolta e medo. Enquanto o corpo era enterrado foi possível ouvir dois discursos: um da empresária teatral Ruth Escobar e outro de Audálio Dantas, que na época era repórter e presidente do Sindicato dos Jornalistas.² A partir daí, houve um chamamento para paralisação de aula em alguns cursos da Universidade de São Paulo, da PUC-SP e da Fundação Getúlio Vargas. Eles somavam quase 30 mil estudantes. Os militares ficaram receosos de que os jornalistas se juntassem a esse grupo.³

As manifestações com relação ao caso Herzog já eram sinais de que algo estava mudando. Pela perspectiva do jornalista Paulo Markun, a violência sofrida por Vlado virou um “pedaço da história do Brasil. Porque, a partir de então, a sociedade não tolerou mais as versões oficiais de morte por atropelamento, por enforcamento, em confrontos fictícios”.⁴ Alguns jornais tradicionais também mudaram a postura diante do crime cometido dentro do Dops:

¹ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 177 e 178.

² Cf. *idem, ibidem*, p. 181. Ruth Escobar disse: “Até quando vamos suportar tanta violência? Até quando vamos continuar enterrando nossos mortos em silêncio?” E Audálio Dantas recitou o poema Navio negreiro, de Castro Alves: “Senhor Deus dos desgraçados,/ Dizei-me Vós, Senhor Deus,/ Se é mentira, se é verdade/ Tanto horror perante os céus”. *Apud idem, ibidem*.

³ Cf. *idem, ibidem*, p. 182.

⁴ OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Disponível em

O tom dos editoriais da imprensa indicava uma ofensiva do embaraço. Não discutiam a procedência das acusações do DOI, muito menos as circunstâncias da morte de Herzog. Punham em xeque o conjunto da obra da “tigrada”. “Interessa-nos saber a responsabilidade por esse clima de terrorismo; pois é de terrorismo que se trata”, dizia O Estado de S. Paulo, referindo-se aos “porões da administração”. O Jornal do Brasil desafiava o conceito de repressão preventiva que Geisel expusera semanas antes: “A guerra seria mais facilmente vencida se utilizasse métodos mais compatíveis com as normas sociais. (...) Em nome da repressão preventiva podem ser atingidos, indistintamente, inocentes e culpados”.⁵

Nem todos os veículos de comunicação tiveram o mesmo comportamento ao divulgar o homicídio. A morte de Vladimir Herzog, aos 38 anos, foi noticiada de maneira tímida por *O Globo*. Pela ótica do pesquisador Edwaldo Costa, mesmo sabendo da proximidade do grupo com os militares, era de se esperar uma cobertura mais próxima da realidade, quando não mais o fosse por se tratar de um jornalista atuante em uma emissora estatal. O jornal carioca se limitou a publicar uma nota com base no comunicado do II Exército, com a versão de que ele havia se enforcado. Depois de transcrever o texto, enviado por vias oficiais, *O Globo* abria dois intertítulos. Um se referia a uma abertura de inquérito policial-militar sobre o caso e o outro veiculava a informação de que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, aguardava mais esclarecimentos sobre o fato.⁶

O clima continuava tenso. Um culto ecumênico foi marcado para a Catedral da Sé em memória de Herzog. Enquanto isso censores percorreram redações de rádios e tevês, proibindo que se noticiasse a cerimônia que lembraria uma semana do assassinato do jornalista. O Serviço Nacional de Informações (SNI) chegou a distribuir uma nota à imprensa, advertindo que não deveria ser creditada a fonte. Mas os veículos de comunicação desprezaram o pedido:

O texto foi distribuído com a exigência de que não houvesse referência à sua origem. Falhou. A Folha de S. Paulo publicou a nota com o lembrete de que aquilo era o que “dizem as autoridades”. O Globo identificou-a como “considerações” dos “órgãos de segurança”. A TV Globo transmitiu-a a seco. O SNI acusaria o golpe, culpando o locutor Cid Moreira: “A nota referente ao ‘affaire’ Herzog, lida no Jornal Nacional, de 29 out. 75, por aquele mesmo apresentador, além de merecer restrições quanto à leitura, provocou, nos telespectadores,

<<https://www.youtube.com/watch?v=yEujLhpLVi8>>. Acesso em 17 abr. 2021.

⁵ GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 184.

⁶ Cf. COSTA, Edwaldo. *Meia culpa: O Globo e a ditadura militar*. Florianópolis: Insular, 2015, p. 172 e 173.

*indagações e dúvidas, pela falta de expressão do intérprete, que não citou o nome do suicida”.*⁷

Na hora do culto, mais de oito mil pessoas foram chegando aos poucos, em silêncio, e se espalhando pelos degraus e ao redor da igreja. Para celebrar a cerimônia, além de Dom Paulo, compareceram mais de 20 sacerdotes, entre eles d. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, e o rabino Henry Sobel. Ao fim do ato houve uma dispersão pacífica, ao contrário do que os militares esperavam. As barreiras instaladas com o objetivo de dificultar ou impedir o acesso ao local serviram apenas para piorar o congestionamento na cidade. O silêncio de quem participou do culto ecumênico teve um efeito maior. Para Gaspari,

*Na praça da Sé, naquela tarde de 31 de outubro de 1975, a oposição brasileira passou a encarnar a ordem e a decência. A ditadura, com sua “tigrada” e seu aparato policial, revelou-se um anacronismo que procurava na anarquia um pretexto para a própria reafirmação. O SNI registrou “a calma com que transcorreu o culto ecumênico em São Paulo”. Ouviu o silêncio e comentou-o em sua Apreciação Sumária: se tranquiliza no que se refere à manutenção da ordem pública, não deixa de causar apreensão relativamente ao aspecto contestador. Igreja, imprensa e a classe estudantil – só para mencionar as áreas atualmente mais agitadas – comprovaram a possibilidade de se aliarem, sem desordem, numa posição comum de contestação ao governo ou, mais precisamente, aos militares.”*⁸

A *Folha da Tarde*, braço, de extrema-direita, do grupo *Folha*, ignorou completamente a missa e o ato de protesto. Para o jornal, foi como se não tivesse havido contestação às torturas e ao crime contra o jornalista.⁹ Em Belo Horizonte, o *Jornal de Minas* noticiou a morte, porém seus editoriais endossaram a tese do suicídio. Essa situação gerou revolta na redação e uma ruptura. Tal circunstância levou alguns profissionais a criarem o próprio jornal, o alternativo *De Fato*. Ele foi lançado em janeiro de 1976 e abordava temas como crítica à ditadura, questões ambientais, problemas regionais e locais, além de abordar assuntos considerados polêmicos para segmentos conservadores da sociedade mineira, como homossexualidade e feminismo.

⁷ GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 192.

⁸ *Idem, ibidem*, p.197 e 198.

⁹ Cf. KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 330.

Em Uberlândia, o principal jornal da cidade nem tocou no caso de Herzog e nas manifestações que se seguiram. Nesse período a TV Triângulo já transmitia a programação da TV Globo. No dia seguinte ao ato ecumênico, que reuniu cerca de 8 mil pessoas, *O Globo* se limitou a registrar em uma de suas manchetes que “Geisel encontrou clima de tranquilidade em São Paulo” e, em uma nota, ao lado, sem destaque, informou que “Inquérito apura a morte de Herzog”. Nessa matéria, de uma coluna, após noticiar sobre a investigação, o jornal se referiu à cerimônia em São Paulo e informou que cerca de 300 jornalistas cariocas participaram de uma “sessão silenciosa” em homenagem a Herzog no auditório da Associação Brasileira de Imprensa.¹⁰

Depois das manifestações, um inquérito policial militar foi aberto pela ditadura, apesar de ser óbvio que nenhuma irregularidade seria encontrada no interrogatório de Herzog. O laudo que apontou “suicídio” frustrou amigos, a família e os opositores do regime. E como geralmente a impunidade conduz a outros crimes, os assassinatos perpetrados pelo terrorismo institucionalizado não acabaram.¹¹ Em janeiro de 1976, menos de dois meses após a morte de Vlado, o metalúrgico Manoel Fiel Filho, de 49 anos, foi assassinado no mesmo local. O velório do trabalhador foi curto, como os agentes do II Exército haviam recomendado à viúva.

A execução de Manoel Fiel Filho foi a gota d’água para, sob pressão, o governo Geisel afastar Ednardo D’Ávila Melo do comando do II Exército. O coronel José Barros Paes, da 2ª Seção do Estado-Maior do II Exército, assumiu o lugar dele. Pelo que apurou Gaspari, dos quatro grandes jornais da época, a *Folha de S. Paulo* deu destaque para a demissão e o *Estado de S. Paulo* chegou a associar a queda do militar ao que havia ocorrido com o trabalhador.¹² Enquanto isso, na imprensa de Uberlândia tudo se passava como se nada estivesse acontecendo fora da “ordem”. Era a expressão de um jornalismo, na maioria das vezes, alinhado com o sistema vigente, seja por causa da ação de censores,

¹⁰ Inquérito apura morte de Herzog. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1975, p. 8. Disponível em <<https://acervo.oglobo.globo.com>>. Acesso em 18 abr. 2021.

¹¹ A viúva Clarice Herzog levou o caso aos tribunais, e em 1979 o Estado foi condenado pela morte de Herzog. O novo atestado de óbito só chegou em 2012. Admitiu-se, enfim, que a causa da morte decorreu de maus-tratos praticados no interior das dependências do Doi-Codi. Ver OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=yEujLhpLVi8>>. Acesso em 18 abr. 2021. Doi-Codi é a sigla macabra que se refere aos Destacamentos de Operação Interna (Doi) e aos Centros de Operações e Defesa Interna (Codi) criados no rastro da Operação Bandeirante (Oban), organização paramilitar financiada por empresários nacionais e estrangeiros para perseguir e matar comunistas.

¹² Ver GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 221.

seja pela autocensura, seja pelos interesses e valores que conectavam as empresas jornalísticas como regime.

3.2 As manifestações paralisam fábricas, ganham as ruas, e a repressão aumenta

Quase um ano após o assassinato de Herzog, mais um movimento deixou os militares em alerta. Dessa vez, cerca de cinco mil metalúrgicos de São Bernardo do Campo se reuniram na sede do seu sindicato. O ato era uma reivindicação para a reposição de perdas salariais. A pauta era trabalhista e alcançou o governo federal:

Pela primeira vez desde 1964, uma comissão de sindicalistas era recebida por quatro ministros (Fazenda, Planejamento, Trabalho e Indústria e Comércio). Reuniram-se durante três horas e meia. [...] Simonsen e Velloso estavam diante de um novo tipo de líder sindical. Lula dizia: “Se houver possibilidade e se seus associados assim o decidirem, os sindicatos de São Bernardo, Santo André e São Caetano decretarão greve”. O Planalto não temia greves no ABC. Receava apenas que os operários se juntassem aos estudantes, e o SNI mostrou-se aliviado quando Lula, numa de suas primeiras entrevistas à imprensa nacional, dissociou-se da garotada.¹³

O fim dos anos 1970 se mostraria bem conturbado para o regime. Em abril de 1977 o governo Ernesto Geisel lançou o “Pacote de abril” em cadeia nacional de rádio e televisão. O ditador-presidente anunciou que havia colocado o Congresso em recesso por tempo indeterminado e falou de reformas que considerava imprescindíveis para a tranquilidade e governança do país.¹⁴ Essas medidas tiveram efeitos colaterais. Os estudantes começaram a se movimentar novamente. As reivindicações eram pela liberdade dos presos políticos e pela volta da democracia.¹⁵

¹³ *Idem, ibidem*, p. 453. Dois meses depois algumas empresas concederam antecipação de reajuste de 10 a 20%, percentual que deveria ser abatido no reajuste seguinte. Ver PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971/1982)*. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2011, p. 81 e 82.

¹⁴ Ver CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e a longa noite dos generais: 1970-1985, a história contada por jornais e jornalistas*. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 111.

¹⁵ No mês seguinte ao decreto do governo federal, mais de 60 mil jovens deram início a uma greve na Universidade de São Paulo, cerca de 10 mil foram às ruas, caminharam pelo Viaduto do Chá. Foram cerca de 500 metros, o suficiente para serem aplaudidos pela população que estava na calçada e no alto dos prédios. Cf. GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 403. Sobre o movimento estudantil nos anos 1970, sua luta por

A mobilização estudantil, que adquirira força em 1976, também se espalhou por outras capitais como Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte e até Brasília, para não falar de Campinas e outros centros urbanos. Geralmente a truculência contra os opositores da ditadura era grande. Em Minas foi organizado o Encontro Nacional dos Estudantes, que não chegou a ser realizado porque ocorreram mais de 300 prisões e se bloquearam as estradas que davam acesso à cidade. Na Universidade de Brasília, aproximadamente 2 mil policiais militares invadiram o campus: “A essa altura haviam sido detidos cerca de oitocentos estudantes, e paralisadas as atividades de três das maiores universidades públicas do país (UnB, UFRJ e USP), além das duas grandes escolas católicas (as PUCs do Rio e de São Paulo)”.¹⁶

Ana Carolina Temer, que anos depois se tornou editora do “Triângulo Notícias”, no Canal 8, em Uberlândia, havia acabado de entrar para a universidade. Ela cursava jornalismo na UFRJ quando a manifestação foi deflagrada. E ela relata: “lá nós tivemos invasão da faculdade, tinha colegas que foram detidos pelo Dops. Eu tive um professor que entregou nominalmente os alunos... aqui eu achei tranquilo [Uberlândia, para onde se mudou no início da década de 1980]. Eu tive problema na faculdade, meu grupo... eu entrei em 77 e me formei 80. Com o grupo com o qual eu fazia política, eu não tive problema; nós tivemos, coletivamente, problema”.¹⁷

Já os metalúrgicos decidiram mudar a estratégia em 1978. Segundo Kátia Paranhos, “os metalúrgicos de São Bernardo, em decisão considerada ‘histórica’, optaram por um entendimento direto com a classe patronal através do acordo e sem a interferência do governo. Tal intuito revelava uma tentativa de conseguirem melhores reajustes das empresas em condições de concedê-los e também uma drástica modificação na C.L.T.”.¹⁸ Carlos Chagas também refletiu sobre o assunto. Para ele os trabalhadores deixaram a ideologia em segundo plano e passaram a focar em resultados financeiros depois de anos de arrocho salarial.¹⁹

liberdades democráticas e seus dilemas, ver a revista *Cara a Cara*, ano 1, n. 1, Petrópolis, maio 1978, p. 5-97, editada por estudantes de pós-graduação da Unicamp.

¹⁶ Cf. GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 419.

¹⁷ TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 20 jun. 2019.

¹⁸ PARANHOS, Kátia Rodrigues, *op. cit.*, p. 85 e 86.

¹⁹ Ver CHAGAS, Carlos, *op. cit.*, p. 169.

O cruzeiro, moeda vigente, sofria com constantes desvalorizações. Em 1980, a inflação ultrapassou a marca dos 100% em doze meses e, no ano seguinte, o Brasil entrava em uma grave recessão.²⁰ Fatores econômicos motivaram mais categorias de trabalhadores a buscar compensações e tentar diminuir as perdas. Nesse contexto, fora do estado de São Paulo destacaram-se as paralisações das atividades de bancários, motoristas e cobradores do transporte coletivo, médicos, enfermeiros e professores.

Enquanto no ABC paulista e em algumas partes do país os movimentos grevistas iam surgindo ou reaparecendo a cada negociação da data-base, a TV Triângulo seguia à parte desses assuntos, segundo o ex-diretor de jornalismo Orlei Moreira.²¹ Nem o principal jornal da cidade trazia esses temas. O *Correio de Uberlândia* evitava as chamadas “pautas polêmicas” mas sempre estava atento à programação da emissora uberlandense:

*Com a apresentação direta de Hoje [nome do telejornal do início da tarde], duas edições de Copa Brasil, além dos tradicionais Jornal Nacional, Câmara 8 e Amanhã, TV Triângulo está dedicando uma parte de sua programação diária ao setor de notícias. O Câmera 8 é local, mais os demais programas são todos via Embratel e demonstram que Tubal de Siqueira Silva está aplicando uma boa verba só no telejornalismo. Isso sem falarmos que toda a programação é recebida do Rio, via Embratel, pois não há malotes de videotapes entre a Rede Globo e a TV Triângulo.*²²

Nessa época, a TV Triângulo já contava com dois censores na redação, um em Uberlândia e o outro em Uberaba, vigilantes quanto ao que seria levado ao ar no telejornalismo local, que, em 1979, ganhava mais alguns minutos de noticiário focado na região, como consta na coluna “Rádio & TV”:

Na próxima segunda-feira a TV Triângulo estará apresentando a nova programação jornalística dentro do esquema Globo 79. Orlei Moreira já está reestruturando o seu setor para atender as novas determinações. Às 13 horas, Hoje [o telejornal], terá parte local destinada mais à mulher e a noticiários sociais, às dezenove horas estreia o Jornal das Sete com o noticiário da cidade e de toda a região dentro dos padrões da Globo. Dezenove e quarenta e cinco, Jornal Nacional, direto via

²⁰ Cf. IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Disponível em <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23#:~:text=Em%201980%2C%20a%20infla%C3%A7%C3%A3o%20bate,o%20segundo%20semestre%20de%201982>. Acesso em 2 maio 2021.

²¹ Cf. MOREIRA, Orlei. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 25 out. 2018.

²² Rádio & TV (coluna). *Correio de Uberlândia*, 11 jul. 1978, p. 3.

*Embratel em novo esquema. Vinte e três horas estreia o Jornal da Globo, que terá uma apresentação diferente, mas na base das reportagens. Poderá haver uma parte local atendendo as notícias de última hora. Com essa nova programação a Globo dinamiza o setor noticioso e amplia as atividades das emissoras regionais.*²³

Como a programação jornalística local aumentou, o diretor Orlei Moreira teve que contratar mais profissionais. Uma delas foi Ana Carolina Temer²⁴, que ficou com a função de editora do “Triângulo Notícias”, primeira edição. Para esse programa jornalístico também foi admitida Marli Spini. Ela apresentava e fazia reportagens sobre assuntos tidos como mais leves, como matérias culturais e sociais, para essa atração que contava com uma linha editorial mais *light*.

Na percepção de Marli Spini, a redação era formada, na sua maioria, por homens que viam nas mulheres figuras frágeis demais para darem conta de coberturas políticas. Isso ficava claro em uma brincadeira que faziam, com certa frequência. Como lembra a jornalista, “a gente participava de muita reunião. Eu era a única mulher no meio. O Orlei, o Ivan Santos e o Tubal faziam muito uma brincadeira comigo. Diziam: ‘não vai chorar, hein?!’”²⁵

Quem compartilhava esse sentimento de que mulher era vista como um ser frágil e que deveria cobrir apenas assuntos amenos era Ana Carolina Temer: “Na época não percebia tanto. Existia um preconceito muito grande com os profissionais do sexo feminino. Elas eram sempre vistas como aquelas que faziam as matérias leves, o social, tanto que isso explicava a própria escolha minha para o primeira edição, porque ele era considerado um jornal mais leve, mais cultural”.²⁶ No entendimento da jornalista, Orlei dava mais atenção e demonstrava mais cautela com as questões políticas; estas eram cuidadas pessoalmente por ele, que, quando necessário, distribuía a tarefa de abordá-las entre os homens da equipe.

²³ Rádio & TV (coluna). *Correio de Uberlândia*, 8 mar. 1979, p. 3.

²⁴ Ana Carolina Temer, depois de passar alguns anos trabalhando na TV Manchete, que pertencia ao grupo de Adolph Bloch, no Rio de Janeiro, se mudou para Uberlândia, onde trabalhou no jornal *Primeira Hora*. Este, de acordo com ela, era um veículo de comunicação que tinha uma tendência política forte, mais alinhado à esquerda, e serviu ao propósito de ajudar a eleger Zaire Rezende à prefeitura de Uberlândia. Como o jornal não tinha sustentação econômica, acabou encerrando as atividades na década de 1980.

²⁵ SPINI, Marli Regina Sobottka. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 3 set. 2019.

²⁶ TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa, *op. cit.*

Nem tudo era um consenso na redação. Algumas pautas geravam reclamação por parte das repórteres. Elas não gostavam de cobrir determinados assuntos que se tornavam recorrentes no jornalismo da emissora, conforme o relato de Ana Carolina Temer:

Eles [a direção] tinham algumas coisas de que não gostávamos, as jornalistas e eu mesma. Tolerávamos mal algumas atividades, por exemplo, Lions Clube. Faziam uns almoços, jantares, e a gente ia lá filmar, nossa mãe! E a gente ia... Uma vez eu recebi uma bronca porque era o Lions Jovem, e eu botei que era só o Lions. Então, por que isso acontecia conosco? Porque nós tínhamos um profundo desprezo por esse tipo de pauta. A gente fazia com má vontade, com alguma ironia, e, aí, geralmente era fácil ocorrer problema desse tipo.²⁷

Dolores Mendes, ex-repórter da TV Triângulo, na década de 1980, e militante do Movimento Revolucionário Comunista, vai de encontro às informações de Marli e Ana Carolina quanto às pautas “leves” para as mulheres. Ela diz que conhecia bem a região, razão pela qual era também encarregada da cobertura de assuntos políticos.

Dolores nutria convicções de esquerda, como, no seu entendimento, boa parte da redação, e Orlei Moreira tinha consciência disso. Ele conta: “eu tinha que ficar domando. Eles me tinham, assim, como de direita, sargentão, porque, se deixasse por conta, eles botavam fogo na cidade, todo mundo muito jovem, as meninas, os repórteres tinham em torno de 20 anos de idade, e era próprio da época aquela revolta contra o regime instalado”.²⁸

Apesar de Orlei tentar controlar a equipe, nem sempre isso dava certo. Foram muitas as conversas entre o diretor e Dolores até que ela foi demitida. Ela relata que isso ocorreu após se envolver em um movimento de apoio aos jornalistas e gráficos do jornal *Primeira Hora*: “ele foi fechado da noite para o dia e deixou todo mundo na rua, sem salário, sem acerto. Orlei me avisou que eu estava indo longe demais. Afinal, eu tinha a cara da tevê, estava no ar todos os dias. Mas eu fui mais sindicalista do que jornalista. Ele [Orlei] me demitiu e disse: ‘crônica de uma morte anunciada’. A visão que tenho hoje é que me excedi mesmo”.²⁹

²⁷ *Idem.*

²⁸ MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

²⁹ MENDES, Dolores. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 21 jun. 2019.

Nas palavras de Ana Carolina Temer, Orlei era um paizão conservador, tolerava a equipe ter uma inclinação mais à esquerda: “Ele era uma pessoa bem ligada à direita mesmo, ele tinha toda uma admiração pelo governo militar”.³⁰ Contudo, Orlei representava uma barreira de proteção para as jornalistas. Ana Carolina diz que as reclamações de Tubal não chegavam a elas e, mesmo quando eram repassadas, vinham em forma de conselhos, como os recebidos por Dolores antes da demissão. Segundo Ana Carolina, “ele não brigava, ele nos aconselhava, aí sentava, falava dos filhos, da família: ‘você não deve fazer isso, não sei o quê... você tem que pensar as relações da televisão, a concessão’, e, muitas vezes, a gente saía dessa conversa sem perceber que era uma bronca porque ele era o estilo paizão”.³¹

Se manifestações de descontentamento eram temas difíceis de serem pautados e sempre geravam dúvidas sobre o espaço reservado às greves ou protestos nos telejornais, não havia a menor discussão quanto à cobertura de eventos no Exército. Praticamente todas as atividades eram registradas. Marli Spini destaca: “a gente cobria tudo, troca de comando, não só do Exército, mas também da polícia militar. Qualquer movimento que eles fizessem a gente cobria, era uma relação estreita mesmo”.³² Ana Carolina recorda, por exemplo, que as apresentações de paraquedismo dos militares estavam sempre presentes nos telejornais do Canal 8.³³

O fim da vigência do AI-5, em janeiro de 1979, deu início a um novo tempo. Houve aumento de manifestações, o que logo provocou reações do governo. No mês de março foi decretada a intervenção em alguns sindicatos, Lula foi destituído do cargo de presidente, enquanto a violência contra os trabalhadores recrudescia. Nesse período, cresceu o número de prisões de líderes sindicais. No mesmo ano, a despeito de todas as dificuldades, os metalúrgicos conseguiram reunir 80 mil trabalhadores no estádio da Vila Euclides.³⁴

³⁰ TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa, *op. cit.*

³¹ *Idem.*

³² SPINI, Marli Regina Sobottka, *op. cit.*

³³ TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa, *op. cit.*

³⁴ Cf. PARANHOS, Kátia Rodrigues, *op. cit.*, p. 151. Devido à intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, as assembleias passaram a ser realizadas no estádio da Vila Euclides, em São Bernardo, ao que se somava um outro problema: o corte do ponto, ou seja, ficaram sem salário. A ajuda chegou por meio do bispo de Santo André, d. Cláudio Hummes. Não era tão conhecido como d. Paulo Evaristo Arns, porém deixou seu legado. Ofereceu as paróquias que estavam sob a responsabilidade dele para servirem de centro de recolhimento de alimentos. Ver GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016, p. 145.

No dia primeiro de maio de 1979, cerca de 150 mil pessoas se espremiavam dentro e nas proximidades do estádio da Vila Euclides, com faixas e cartazes, para reivindicar atendimento de suas propostas, parte das quais foi aceita pelo sindicato patronal, numa tentativa de jogar água fria na fervura. A manifestação continuou rendendo frutos: no dia 15 de maio, o governo revogou a intervenção no sindicato de São Bernardo, Santo André e São Caetano.³⁵

Quem também sofreu intervenção federal foi o Sindicato dos Bancários de Uberlândia. O presidente da instituição, Ari de Souza Neves, foi tirado do cargo com base na lei 1632, de 1978, que proibia greve em setores considerados essenciais. O governo deu posse a Urias Dutra Ferreira e trocou todo o restante da diretoria, uma atitude aprovada pelo jornal da cidade:

Com essa determinação o governo dá uma demonstração de que deseja, daqui por diante, respeito às normas deste decreto-lei e a decisão de afastar os dirigentes de Belo Horizonte e Uberlândia prova que o movimento por eles forjados contrariou dispositivos legais e abriu caminho para que eles fossem colocados à margem da liderança de sua classe, servindo de exemplo para outros responsáveis por sindicatos que prestam serviços essenciais, que agora, certamente, vão reivindicar, através de dissídios coletivos, não pensando em passeatas, panfletos e cartazes desmoralizantes e que em sua maioria fogem sempre à realidade dos fatos, que muitos procuram deturpar para tirarem partido em seu benefício pessoal.³⁶

O governo do general-ditador João Baptista Figueiredo (1979-1985) foi marcado por muitas greves. Quando tomou posse, havia 350 mil grevistas em todo o estado de São Paulo. No ano anterior, paralisaram suas atividades 250 mil trabalhadores liderados por Lula. Eles exigiam que as negociações fossem diretas com os patrões, sem a participação do governo³⁷:

em maio de 1979, já no governo Figueiredo, sem o AI-5, quase todo mundo quebrava a casca e adquiria coragem: metalúrgicos em São Paulo e no Paraná; professores em Minas, São Paulo e Rio; bancários em Minas e São Paulo; motoristas de transporte coletivos no Rio Grande do Sul. O governo recrudesce e a 30 de outubro de 1979 é assassinado pelas costas, em São Bernardo, na porta Capela Socorro, o operário Santos Dias, ligado às Comunidades Eclesiais de Base, da

³⁵ Cf. PARANHOS, Kátia Rodrigues, *op. cit.*, p. 153.

³⁶ Ministro do Trabalho troca direção do Sindicato dos Bancários de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, 22 ago. 1979, capa.

³⁷ Ver CHAGAS, Carlos, *op. cit.*, p. 193.

*Igreja. Começam as intervenções e prisões, coordenadas em São Paulo pelo II Exército, comandado pelo general Milton Tavares.*³⁸

As reivindicações dos trabalhadores só aumentavam em meio à manutenção de uma política econômica perversa que os atingia em cheio.³⁹ Delfim Netto, que havia participado do governo do general-ditador Garrastazu Médici, estava de volta. Ele foi trazido pelas mãos de Figueiredo. De posse do cargo, Delfim e a equipe econômica lançaram medidas que em um primeiro momento passaram a falsa sensação de retomada do crescimento econômico. A aposta do ministro foi que as prefixações da correção monetária e do câmbio manteriam a inflação abaixo de 50%. Segundo Gaspari, “deu-se o contrário: ela ficou em 77,25% em 1979, saltando para 110,24% em 1980. Pela primeira vez na história, a carestia chegava aos três dígitos. As medidas contracionistas necessárias para conter uma explosão trouxeram a conta em 1981 e o PIB contraiu-se em 4,25%. Não só o vinho do novo Milagre virara vinagre, como a economia brasileira entrara num novo ciclo histórico. O crescimento de 9,2% jamais voltaria a se repetir”.⁴⁰

Mesmo sem o AI-5, a pressão sobre os meios de comunicação foi mantida. As emissoras de rádio e televisão continuavam proibidas de veicular a voz dos sindicalistas e dos trabalhadores; elas se restringiam às notas oficiais. Conforme Gaspari, “para a TV Globo a ordem era dar notícias breves, sem som ambiente nem voz dos líderes sindicais. Em geral, ia ao ar uma nota de vinte segundos”.⁴¹ Era uma determinação que desagradava a maioria dos repórteres nas redações, mas era uma desculpa perfeita para a direção da empresa e os proprietários desses veículos. Eles não permitiam abordar certos assuntos “inconvenientes”, alegando existir um impedimento por parte do governo. Daí que foram poucas as tentativas de driblar as proibições oficiais.

³⁸ *Idem.*

³⁹ Ver GASPARI, Elio. *A ditadura acabada, op. cit.*, p. 153. Em 1980 houve mais greves e mais repressão. Em São Bernardo uma passeata reuniu 200 mil pessoas. Após 41 dias de confronto, os metalúrgicos decidiram pela volta ao trabalho. Logo em seguida os dirigentes sindicais presos foram colocados em liberdade. Mesmo cassada, a diretoria do sindicato dos metalúrgicos continuou dirigindo o trabalho sindical. Ver Kátia Rodrigues, *op. cit.*, p. 162 e 177. 1981 começou com o sindicato dos metalúrgicos sob intervenção e com as fábricas demitindo muitos trabalhadores. Repressão policial e repressão patronal se davam as mãos: o despotismo os unia. Diante desse cenário, as lideranças sindicais organizaram um ato na Praça da Sé, em São Paulo, em nome da Campanha Nacional Contra o Desemprego, que reuniu não só metalúrgicos, como igualmente trabalhadores de outras categorias. No ano seguinte, mais manifestações. A desvalorização da moeda provocava mais arrocho salarial. Mais uma vez o estádio da Vila Euclides foi usado para assembleia dos metalúrgicos. Ver *idem, ibidem*, p. 195.

⁴⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura acabada, op. cit.*, p. 153.

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 54.

No final da década de 1980, os metalúrgicos do ABC chamavam atenção pelas passeatas e greves, fruto da sua capacidade de juntar pessoas. Isso atraiu o olhar de toda a imprensa, inclusive da Rede Globo, que não era bem-vinda nos meios operários. No livro *História plugada e antenada*, organizado por Áureo Busetto, o historiador Rafael Rosa Hagemeyer publica o resultado de sua pesquisa sobre a cobertura das greves nesse período. Ele relata um episódio ocorrido na assembleia de 24 de março de 1979, no estádio da Vila Euclides. Vários cinegrafistas se viram na contingência de evitar que a equipe que trabalhava para a empresa de Roberto Marinho fosse agredida porque os trabalhadores se revoltavam com o noticiário da TV Globo sobre o movimento grevista.⁴²

De acordo com Hagemeyer, o jornalista Carlos Tramontina chegou a dizer que “nós recebíamos da nossa chefia uma determinação de cobrir jornalisticamente. Então, nós íamos, fazíamos a reportagem, mostrávamos tudo, entrevistávamos os metalúrgicos, entrevistávamos os líderes sindicais. E à noite, nos nossos telejornais de rede, que eram os mais importantes, especialmente o Jornal Nacional, ia ao ar com uma nota coberta⁴³ de 20 segundos”.⁴⁴

O autor relembra a entrevista que Armando Nogueira, na época diretor de jornalismo da emissora, concedeu ao *site Memória Globo*. Ele alega que a empresa estava sujeita às determinações dos militares: os representantes do Exército “ordenaram à emissora uma cobertura leve”.⁴⁵ Todavia, é notório que montadoras como Volkswagen e Ford eram anunciantes da tevê e que acabavam por pressionar a Globo quanto ao tipo de cobertura dos acontecimentos.⁴⁶

Na TV Triângulo, Orlei Moreira seguia a fórmula da Globo, sem questionar, mesmo diante das cobranças de alguns repórteres. Em Uberlândia também aconteceram manifestações. O então diretor de jornalismo afirma que todas recebiam cobertura

⁴² HAGEMEYER, Rafael Rosa. A cobertura televisiva da Rede Globo: um contraponto necessário no vídeo “Um dia nublado: o cinema nas greves do ABC”. In: Busetto, Áureo (org.). *História plugada e antenada: estudos históricos sobre mídias eletrônicas no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017, p. 238-240.

⁴³ Nota coberta é o nome dado para um texto sem entrevistas, composto pela voz do repórter que recebe imagens para “cobrir” aquele texto.

⁴⁴ TRAMONTINA, Carlos, *apud* HAGEMEYER, Rafael Rosa, *op. cit.*, p. 240 e 241.

⁴⁵ NOGUEIRA, Armando, *apud idem, ibidem*, p. 241.

⁴⁶ Apesar dos constantes boicotes, as imagens de dois cinegrafistas da tevê foram fundamentais para documentários sobre esse período. Imagens que nunca foram veiculadas nas reportagens da emissora, mas acabaram cedidas. Hagemeyer acredita que isso foi feito sem a autorização ou conhecimento da empresa. Cf. *idem, ibidem*, p. 216. Na Globo existe uma determinação de que somente as imagens veiculadas podem ser fornecidas, enquanto as que não foram usadas na edição devem ser apagadas ou ir para arquivo, caso possam ser utilizadas em alguma outra reportagem.

jornalística, se bem que a forma como iam ao ar era muito branda, reduzida a um registro: “Eu mandava cobrir tudo. Era alguma manifestação, greve de banco, essa coisa toda, eu falei, faz, vamos fazer, se vai para o ar é outra história”.⁴⁷ Além de ter que acatar as diretrizes da empresa carioca, o jornalismo da TV Triângulo teve, como já vimos, que conviver com a presença de censor na redação em Uberlândia e em Uberaba:

Foi final de 77, 78 por aí, tinha um sargento do Exército, era do serviço reservado, do SNI de lá. Ele ficava aqui na redação acompanhando a edição dos jornais, não dava palpite. Eu me lembro até hoje, a gente acabou sendo amigo, amigo assim, a gente fez amizade porque o cara todo dia [estava] aqui, aquela coisa, ele nunca impôs nada, tipo assim, “isso não vai”. Ele só aconselhava. Eu como já era mais ou menos esperto, porque eu tinha vindo do Exército⁴⁸ de Brasília, há pouco tempo. [...] E tinha o cidadão em Uberaba, o Miralha, que era do Dops, acho que é Dops mesmo. Na época ele me ligava toda a tarde para eu passar o espelho⁴⁹, para ele, do jornal que ia. [O censor dizia:] “Oi Orlei, [tudo] bom? [Orlei respondia: Tudo] bom. [O censor perguntava] Como é que tá? O que é que vai hoje? Ai eu tinha que falar: tem isso, isso e isso. [O censor respondia] Olha, rapaz, você acha que isso tem que ir?” Quando ele falava assim eu já... [faz o gesto com a mão como se descartasse um papel] jogava fora. Mas não foi nada assim... era constrangedor, era uma coisa, assim, meio chata.⁵⁰

Os movimentos deflagrados em todo o país procuravam por vezes evitar palavras de ordem, que eram proibidas, como “abaixo a ditadura”, e contavam inclusive com a ajuda de fotógrafos da imprensa que, de modo geral, evitavam fotografar rostos e identificar os líderes.⁵¹ Em Uberlândia o censor tentava ter acesso a algumas imagens. Orlei Moreira garante que mandava destruí-las para não deixar vestígio:

Ele [censor] vivia me pedindo os fotogramas dos filmes. A montagem era na porta do estúdio. Ele ficava assistindo. Ele era grandão, mal encarado, mas gente boa, um sujeito muito educado. Ai ele ficava vendo o projetor na telinha que a gente tinha ali e falava: “Oh, dá aquele ali, um pedacinho para mim [do filme]”. Eu falava “Não dou, não”. O Teobaldo, que fazia a montagem, era um dos montadores. Eu falava: “Teo, pega todos esses pedacinhos”, porque ia cortando, emendava

⁴⁷ MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

⁴⁸ Orlei Moreira serviu ao Exército, em 1966, no Batalhão da Guarda Presidencial. Deu baixa em 1967, quando entrou numa rádio do grupo de Garcia Nunes.

⁴⁹ Espelho é uma página que contém as informações, também conhecidas como retrancas, dos assuntos que vão ser abordados no telejornal. Uma espécie de resumo, onde constam o título da reportagem e o tempo do material.

⁵⁰ MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

⁵¹ Ver GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*, *op. cit.*, p. 403.

com durex, pra montar. Eu falava: “joga tudo fora, joga no lixo.” Ele [o censor] queria pegar para levar lá pra cima, decerto para tentar identificar quem é quem. Ele falava: “Você é sacana, hein? Você sabe que eu posso exigir”. [Orlei respondia] “Sei, mas você não vai”, e ficava nisso.⁵²

Orlei Moreira mantinha um acordo com o responsável pela montagem do material. Ele deveria eliminar os pedaços de filme que davam para identificar mais facilmente os manifestantes. Esse era um assunto complicado de ser tratado na época.⁵³ O censor queria sempre examinar o material bruto (sem edição). Orlei assegura que sempre se negou a oferecê-lo: “eu nunca dei. Eu falei: ‘ô, Eduardo, se você quiser pegar, você pega, porque eu não vou te dar nada, não.’ Quer dizer, era aquela coisa: você quer me prejudicar, você prejudica, mas eu não vou colaborar com isso, não”.⁵⁴

Não bastassem os olhos da polícia repressiva dentro das redações, ainda havia a autocensura. Segundo Orlei Moreira, muitas vezes se deixou de abordar um determinado assunto por imaginar que aquilo pudesse acarretar problemas para a equipe ou para a emissora. Nesse período em que esteve à frente do setor de jornalismo, diz nunca ter sido ameaçado. Cabia a ele acalmar os jornalistas que comandava e fazer o meio de campo com o censor.

Na sua avaliação, a convivência com os militares chegava a ser pacífica devido a alguns fatores que podem ter ajudado, como, por exemplo, o fato de a área onde fica o Batalhão do Exército, na cidade, havia sido doada pelo pai do dono da emissora, o ex-prefeito Tubal Vilela. Além disso, o filho dele e dono da TV Triângulo mantinha uma relação estreita com os militares, a ponto de doar o sistema de som para o 36º Batalhão do Exército.⁵⁵ Frequentemente ele também recebia homenagens e condecorações, como a que ganhou, em 1983, no aniversário de instalação do Batalhão da Polícia Militar.⁵⁶ Apesar de toda essa proximidade, conforme o relato de Orlei Moreira, perdurava o receio

⁵² MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

⁵³ Orlei Moreira não se lembra do sobrenome do censor e nem quando ele deixou a tevê. Recordar-se de que Eduardo deixou o Exército e prestou concurso para delegado em Goiás. Foi trabalhar em Caldas Novas e tempos depois morreu em uma troca de tiros. Cf. MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

⁵⁴ *Idem.*

⁵⁵ Ver Rádio & TV (coluna). *Correio de Uberlândia*, 4 jun. 1981, p. 3.

⁵⁶ Ver No seu primeiro aniversário, o 17º BPM entrega diplomas a colaboradores. *Correio de Uberlândia*, 12 jul. 1983, capa.

quanto a eventuais ações do Exército nacional ou de algo que viesse diretamente de Brasília, colocando em risco a concessão do canal em função de alguma ação que desagradasse o governo.

Na época, o comandante do batalhão local era Gilberto Serra, que, para Orlei Moreira, era uma pessoa que se dava bem com os jornalistas simpatizantes do pensamento da esquerda. Ele chegava a chamar a repórter Dolores Mendes de “minha comunista”. A jornalista não se incomodava com o apelido. Mas Tubal de Siqueira Silva tinha suas dúvidas se a postura da emissora agradava aos militares, a ponto de pedir a Orlei Moreira que indagasse ao comandante sobre o tipo de perguntas que deveriam ser formuladas. Moreira relembra a conversa que teve com o chefe do 36º: “Ô, Serra, tem alguma pergunta que você gostaria que fizesse. Ele falou: Orlei, não tem pergunta malfeita, tem resposta maldada. Pode me perguntar o que quiser. Então era desse jeito”.⁵⁷

Como se foi frisado, as manifestações começaram a aparecer em boa parte do país, notadamente em São Paulo. Em Uberlândia, embora em escala menor, não foi diferente. Havia paralisações e protestos, principalmente dos bancários e dos professores, que chegaram a ficar em greve por 40 dias.⁵⁸ O movimento começou em Belo Horizonte, onde cerca de 4 mil profissionais da educação foram expulsos da Praça da Liberdade com jatos d’água, bombas e gás lacrimogênio. As reivindicações básicas eram por aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho nas escolas públicas. A luta tinha começado no início do mês, porém, com a falta de negociação, professores de várias cidades, entre elas, Uberlândia, aderiram à greve.⁵⁹ Um dos protestos realizados na cidade foi marcado pela

⁵⁷ MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

⁵⁸ O *Correio de Uberlândia* abordou a paralisação dos professores em suas páginas. A notícia foi capa. Na reportagem consta que professores de uma única escola, a estadual José Ignácio de Souza, aderiram ao movimento. A única entrevista foi a da responsável pela Delegacia Regional de Ensino, Gláucia Santos Monteiro. Ela disse ao jornal que vinha tentando dialogar com os diretores para que estes fizessem um apelo, junto à categoria, a favor do retorno das atividades, para que seus direitos fossem assegurados. Ainda foi salientado que se esperava a compreensão de todos para que não ocorresse o mesmo que em Belo Horizonte e São Paulo, onde os alunos teriam sido prejudicados. Três dias depois, em outra reportagem, foi apresentada uma entrevista com um representante da categoria, Paulo Milagre. Segundo a matéria, ele garantiu que o movimento era pacífico e ressaltou que não havia interferências de “pessoas estranhas ou agitadoras”. No final foi mencionado apenas um dos pontos da pauta de reivindicações. De acordo com o professor, “não é de hoje que o professorado mineiro sonha com uma paridade como aqueles dos mais importantes estados da pátria brasileira. Agora vamos conseguir essa igualdade”. Ver Professores do “José Ignácio” entram em greve. *Correio de Uberlândia*, 22 maio 1979, capa, e Professores de Uberlândia ficarão em greve até decisão governamental. *Correio de Uberlândia*, 25 maio 1979, capa.

⁵⁹ Ver MACEDO, Jorge. Há 36 anos, professores se reuniram em protesto na Praça da Liberdade. *Estado de Minas*, 2 maio 2015. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/02/interna_gerais,643229/repressao-na-praca-da-

violência policial, como está documentado nos arquivos da subseção do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais.⁶⁰

Pela sua longa duração, a greve, uma vez mais, foi capa na edição do *Correio de Uberlândia* em 26 de junho.⁶¹ Nesse período o jornal publicou várias reportagens cujo enfoque era sobre reposição de aula e transtornos para a sociedade. Também se veicularam dois artigos alertando para o perigo que representavam as greves deflagradas, especialmente na região sudeste do país. Nenhuma menção foi feita à violência sofrida pela categoria na Praça Tubal Vilela, em Uberlândia, e nem na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.

Quando Miralha, o censor que atuava na redação da TV Triângulo, percebia que havia interesse da equipe de jornalismo em fazer reportagem sobre alguma manifestação dessa natureza, por exemplo, ele, segundo Moreira, dizia: “não mexe com isso, não, tira isso daí, põe outra coisa no lugar. Você tem tanta notícia boa, Uberlândia é uma cidade tão bonita... Sabe, ele era cínico”.⁶² A alegação para não se divulgar manifestações do gênero se prendia ao receio do Exército da região de que, se a emissora mostrasse esses “maus exemplos”, isso serviria de incentivo para novos e maiores protestos.

Na percepção de Marli Spini, foram raras as vezes em que ela participou da cobertura desse tipo de acontecimento: “segundo comentários na redação, era para não incentivar. Eu acho que era uma autocensura. Sim, eu acho que era também um reflexo do que a gente vivia. A TV Triângulo sempre seguia a linha editorial da Globo porque aqui, em Uberlândia, você não tinha tanta manifestação, na minha opinião. Uberlândia é uma cidade muito pacata em relação a outras cidades do interior de São Paulo, por exemplo”.⁶³

Esse não era o entendimento do estudante de Psicologia que desistiu do curso para trabalhar em rádio e, posteriormente, em televisão. Eduardo Elias ainda não fazia parte do Canal 8, porém já trabalhava no jornalismo da cidade e sentiu a pressão dos militares.

liberdade.shtml>. Acesso em 29 ago. 2020. Quem estava à frente do governo do estado na época era Francelino Pereira.

⁶⁰ Cf. a diretora do Sind.-UTE Uberlândia RIBEIRO, Elaine Cristina. Entrevista a esta pesquisadora em Uberlândia, em 6 ago. 2020.

⁶¹ Ver Professores mineiros voltam às escolas, hoje, depois de uma greve de 40 dias. *Correio de Uberlândia*, 26 jun. 1979, capa.

⁶² MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

⁶³ SPINI, Marli Regina Sobottka, *op. cit.*

Ele comenta o clima reinante na cidade na época da ditadura. Nunca se esqueceu de um episódio vivido durante uma entrevista com o presidente Ernesto Geisel:

Ele ia fazer uma parada técnica em Uberlândia, aí nós corremos para lá, mas era preciso passar para a equipe dele quais as perguntas seriam feitas, aí eles autorizavam ou não, e eu sempre fui meio briguento. Eu cheguei com o microfone no Geisel e perguntei sobre abertura. Ele não falava nada e eu mandava outra pergunta e ele não falava nada. Aí o segurança encostou em mim e disse: “você não percebeu que ele não quer falar?” Aí eu falei: “a hora que ele responder que não quer falar, aí eu vou embora”, e perguntei de novo. Vi que não adiantou e que o clima ficou pesado. Agora, outro tipo de pergunta, ele respondeu, mas sobre abertura de jeito nenhum.⁶⁴

Eduardo Elias conhecia as regras do Exército. Ele foi militar e desistiu dessa carreira. Deu baixa no serviço em 1976. Disse ter percebido estar “em um barco furado” ao ver situações com as quais não concordava. Foi nessa hora que decidiu estudar: “Quando eu cheguei aqui [no jornalismo] eu mais ou menos já sabia como funcionava, então, tive uma adaptação normal. Eu sabia que não adiantaria eu peitar o esquema vigente”.⁶⁵

Na TV Triângulo, ele não teve dificuldade com a censura. Por já conhecer o sistema, admite ter praticado a autocensura: “eu sabia que não ia emplacar, eu nem me mexia para não causar problema. Eu tinha pouca idade, na época, mas já tinha, sim, uma maturidade”.⁶⁶ Além disso, recebia orientações de Orlei Moreira sobre o que deveria evitar:

Teve uma época em que eu fui fazer uma entrevista. Eles [os políticos] estavam inaugurando uma estrada entre Tupaciguara e uma outra cidade, e o Homero Santos era o ídolo daqui, do pessoal, era deputado federal. Ele foi fazer o lançamento da estrada. Sabe aquelas estradas que entra um e entra outro e nunca terminam? Aí chegou o Homero Santos, de avião, na verdade estava fazendo uma média, de olho na reeleição. Perguntei para ele: o senhor não acha que essa vinda do senhor aqui não vai prejudicar a sua reeleição, já que é a terceira vez que o senhor vem aqui para inaugurar a mesma coisa? Quando eu cheguei na tevê, o Orlei foi editar a matéria, me deu uma chamada: “Negão, como é que você me faz uma pergunta dessa?” Aqui havia

⁶⁴ LIMA, Eduardo Elias. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 28 jun. 2019.

⁶⁵ *Idem.*

⁶⁶ *Idem.*

uma proximidade grande com essas pessoas, como Homero [Santos], Rondon [Pacheco].⁶⁷

Orlei Moreira dirigiu o departamento de jornalismo até depois do fim da ditadura. Ele é categórico ao afirmar que, mesmo na ausência do censor, se praticava a autocensura, se bem que é notório que sempre alimentou uma simpatia pelos pensamentos da direita. As recomendações chegavam à equipe de jornalistas por meio dele. Elas demarcavam muito claramente o que poderia ou não ser veiculado.

De mais a mais, a presença de Tubal de Siqueira Silva na redação era constante, como atesta Orlei Moreira. O dono dava palpites, sugeria reportagens, mas nunca teria determinado algo para ser feito. Sobre essa situação para Ana Carolina Temer há uma explicação: “existia uma identidade grande entre o Orlei e o Tubal. O Orlei se considerava o homem do Tubal, no sentido assim... um homem de confiança dele, ele não precisava ser mandado, ele já sabia o que fazer. Ele tinha essa identidade bem clara com Tubal. Eles tinham os mesmos gostos, em termos políticos, né? Eles tinham um discurso muito parecido. O Orlei estava ali porque ele era a pessoa de confiança do Tubal”.⁶⁸

Seja como for, Ana Carolina passou por uma situação em que não houve diálogo, apenas imposição: “ele ligou, eu atendi e ele perguntou quem era o responsável, ai eu falei: eu sou responsável porque eu sou editora. Ele me ditou uma nota e, quando ele me ditou, eu falei: ‘mas não tá legal essa redação’. Bom, a gente é jornalista, sabe quando uma redação..., mas ele falou: ‘vai ficar assim’. Eu argumentei que podia começar pelo importante e ele respondeu: ‘não, eu sei o que é importante’. Aí, foi ao ar assim”.⁶⁹

3.3 Tiro, porrada e bomba!

Na véspera do dia do trabalho, em 1981, o tenente-coronel Freddie Perdigão atirou uma bomba na direção da casa de força do Riocentro⁷⁰:

⁶⁷ *Idem.*

⁶⁸ TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa, *op. cit.*

⁶⁹ *Idem.*

⁷⁰ Ele integrava o 1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado no dia em que o general Olympio Mourão Filho chegou à Vila Militar do Rio de Janeiro, na manhã de 31 de março de 1964. Essa não era a sua primeira experiência de ataques à base de explosivos. Em 1968, ele participou do grupo que colocava

Nas explosões do Riocentro comprovou-se materialmente que havia um núcleo terrorista dentro do regime, na estrutura militar de repressão política. Freddie Perdigão, símbolo da vitória de 1964, estava na cena final de desmoralização da ditadura e do governo de João Figueiredo, um general que chegara ao Planalto convivendo com as duas faces do regime. A bomba do DOI dividiria as Forças Armadas e provocaria o rompimento de Golbery [um dos mentores do regime] com Figueiredo. Depois dela, o presidente e o regime não seriam mais os mesmos.⁷¹

Em 1979, durante o primeiro ano do governo do general-ditador João Batista Figueiredo, foram perpetrados 12 atentados. A sucursal de Belo Horizonte do jornal alternativo *Em Tempo* foi depredada depois de publicar uma edição com nomes de torturadores. No Rio de Janeiro colocaram bomba no carro do jornalista opositor Hélio Fernandes, diretor da *Tribuna da Imprensa*. Também foram atacados diretórios acadêmicos, igrejas, teatros e livrarias.⁷²

A imprensa alternativa se tornara um dos alvos preferidos dos militares, uma vez que com eles não havia a mesma relação estabelecida com os veículos de comunicação tradicionais. Os alternativos acabaram se convertendo em espaço de articulação e debate. Apesar da violência que exerciam sobre esses jornais também chamados de “nanicos”, os militares reclamavam da ação deles. Gaspari revela o teor de uma queixa encontrada nos arquivos do Ministério Público:

As forças armadas sofrem ataques constantes, a partir, em especial, de uma intensa orquestração da “imprensa nanica”, que livremente circula. Criminosos de ontem são as vítimas de hoje, a cobrar punição pelas “injustiças” sofridas e “abusos” cometidos. Nessa Apreciação, o Serviço listou o semanário Hora do Povo entre as publicações que ‘difamam as autoridades’. Passada uma semana, sua redação foi atacada. Dois meses depois, Medeiros [Octávio Aguiar de Medeiros, chefe do SNI de 1978 a 1985] levou impertinências do “nanico” para a reunião matutina do Planalto. Em seguida, Golbery pediu que o SNI verificasse onde o jornal vinha sendo impresso. Dias depois, explodiram duas bombas na redação do Hora do Povo. Em maio, mais duas.⁷³

bombas em teatros e livrarias. Ver GASPARI, Elio. *A ditadura acabada, op. cit.*, p. 13 e 15. O ten.-cel. Freddie Perdigão fez carreira nos porões da ditadura. Chegou a trabalhar na “Casa da Morte” em Petrópolis.

⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 16.

⁷² Ver *idem, ibidem*, p. 185.

⁷³ *Idem, ibidem*, p. 186.

De 1964 a 1980, o Brasil contou com cerca de 150 periódicos alternativos. Eles tinham como traço comum a oposição ao regime vigente. Esses jornais cobravam a restauração da democracia, o respeito aos direitos humanos e faziam críticas ao modelo econômico imposto ao Brasil. Eles foram os primeiros a perceber os perigos crescentes do endividamento externo em 1973 e o agravamento das desigualdades sociais.⁷⁴ No entendimento de Kucinski, “a imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade”.⁷⁵

Vários desses jornais e bancas que os comercializavam foram alvo de atentados a bomba, de 1977 até 1980, quando tais ações foram intensificadas. Para Kucinski, “os atentados eram apenas a ação mais espetacular de um leque de operações visando asfixiar a imprensa alternativa num momento delicado da política de abertura, com a participação de setores do governo”.⁷⁶ A partir dos anos 1980, esse tipo de imprensa sobreviveu apenas nos sindicatos, partidos políticos e movimentos de Igreja.

As greves de 1978 e 1979 no ABC impulsionaram os sindicatos a lançar seus próprios jornais e distribuí-los para a categoria. Era uma forma de manter o trabalhador informado, não apenas das questões trabalhistas, mas também em relação à política e economia, como fazia uma das maiores entidades de classe, da época, no país, o Sindicato do Metalúrgicos, sediado em São Bernardo do Campo.

As bombas também foram dirigidas a partidos considerados de oposição ao governo. No início dos anos 1980, o PMDB e o PTB decidiram realizar uma sessão em homenagem às vítimas do golpe. Um explosivo foi detonado no momento em que o

⁷⁴ Cf. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 16. Acrescente-se que Kucinski, que militou com destaque na imprensa alternativa, publicou, posteriormente, um romance-ensaio de grande repercussão, exumando a memória dos crimes da ditadura militar. Ver *idem*, *K*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Sobre tal obra, ver, entre outros trabalhos, FREDERICO, Grazielle. Narrar o Alzheimer brasileiro: o alerta de Bernardo Kucinski no romance *K*. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 23, n. 42, Uberlândia, jan.-jun. 2021.

⁷⁵ KUCINSKI, Bernardo, *op. cit.*, p. 16. O apogeu dessa modalidade de imprensa se deu entre 1975 a 1977, período em que houve a circulação simultânea dos oito maiores jornais dessa categoria. Juntos, somavam uma tiragem de mais de 160 mil exemplares por semana. Nessa época, existiam mais de 20 títulos espalhados pelo país, principalmente entre Rio de Janeiro e São Paulo. Ver *Idem*, *ibidem*, p. 21.

⁷⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 175.

deputado José Fogaça se aproximava da tribuna. Na mesma noite, explosivos idênticos foram deflagrados em carros de deputados da oposição.⁷⁷

Em agosto de 1980 uma bomba explodiu na mão da secretária do presidente do Conselho da OAB do Rio de Janeiro. Lyda Monteiro da Silva foi a vítima. Dias depois desse atentado o presidente Figueiredo cumpriu agenda em Uberlândia. Uma das paradas foi no bairro Luizote de Freitas, onde inaugurou casas populares.⁷⁸ A princípio, ele não faria discurso, contudo, depois de ser muito elogiado pelo deputado Homero Santos e pelo governador Francelino Pereira, Figueiredo decidiu falar de improviso. Disse, então, que, a despeito dos atentados, não mudaria o jeito de ser, nem de pensar, e que os responsáveis pelo ato deveriam, a rigor, ser punidos, mas não havia possibilidade disso acontecer, porque ele sabia que a ação era obra de uma ala do próprio Exército.

De 1977 a 1981 o país vivenciou vários atentados. Na capital mineira foram 36, dos quais 7 ataques diretos desferidos contra o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).⁷⁹ O movimento surgiu em 1974. Ele foi fundado por Therezinha Godoy Zerbini⁸⁰ e outras nove mulheres, em São Paulo. Registrado em cartório, suas fundadoras procuraram situá-lo dentro da legalidade. Para tanto, reuniram atas, solicitaram audiências e formaram núcleos estaduais. Logo no início das suas atividades, levaram para Brasília um manifesto com 12 mil assinaturas.⁸¹

O grupo bateu em diversas portas, não só do governo como também da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com tanto trabalho, o movimento conseguiu fazer com que o senador do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) Franco Montoro, lesse seu manifesto nos tribunais.⁸² Therezinha Zerbini calculava que havia 5

⁷⁷ Ver CHAGAS, Carlos, *op. cit.*, p. 197.

⁷⁸ Ver Em Uberlândia: Figueiredo fez pronunciamento que abalou a nação. *Correio de Uberlândia*, 30 e 31 ago. 1980, capa.

⁷⁹ Ver SILVA, Mislene Souza da, *Mulheres em luta: o movimento feminino pela anistia (1975-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFU, 2019, p. 139.

⁸⁰ Therezinha Godoy Zerbini fazia parte da elite paulista. Era casada com um militar de prestígio no governo Jango. Euryale Zerbini era o comandante da unidade de Caçapava quando o Brasil sofreu o golpe militar. Ele foi um dos quatro generais, o único do comando da tropa, a tomar uma posição legalista, por isso teve os direitos políticos cassados e foi reformado. O casal se aproximou dos dominicanos do convento paulista de Perdizes e Therezinha acabou presa em 1970 e levada para o Presídio Tiradentes, conhecido como “Torre das Donzelas”, onde estava a militante antitadadura e futura presidente da República Dilma Rousseff, que cumpria pena de dois anos e seis meses. Segundo Gaspari, Dilma e Therezinha foram se reencontrar em 1975, “quando a ex-Estela da VAR-Palmares foi a São Paulo para discutir a organização do MFPA no Rio Grande do Sul”. Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*, *op. cit.*, p. 86.

⁸¹ Ver *idem, ibidem*, p. 85.

⁸² Ver *idem, A ditadura encurralada*, *op. cit.*, p. 314 e 315.

mil brasileiros exilados e 300 presos na década de 1970. Já nas contas do governo federal, eram cerca de 7 mil pessoas que tiveram os mandatos cassados, que foram banidas, aposentadas ou atingidas de alguma forma pelo regime.⁸³

Evidentemente, o movimento em favor da anistia gerou desconfiança. Em julho de 1976, Therezinha foi flagrada colando cartazes na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte. A partir daí ela passou a ser vista “como parte da ‘especial atenção do Movimento Comunista Internacional’ para com o Brasil”.⁸⁴ Um outro fator pôs todo o grupo sob suspeita. Mila Cauduro, que fazia parte do MFPA, entregou a Denise Goulart, filha de João Goulart, a faixa com a inscrição “Anistia”, e esta foi colocada sobre o caixão do pai em dezembro de 1976.⁸⁵

Therezinha Zerbini não dispensava um espaço sequer para lutar pela anistia. Chegou a conceder entrevistas para alternativos como *O Pasquim*. Em janeiro de 1978, o movimento já havia registrado sete bases estaduais, entre elas uma em Minas Gerais. Em fevereiro foi fundado o Comitê Brasileiro pela Anistia. O Núcleo de Minas era coordenado por Helena Greco. Ela se integrou ao MFPA em 1977, aos 60 anos de idade.⁸⁶ Tal núcleo – que recebeu o apoio de estudantes e da Igreja Católica – foi um dos maiores do país. Ele também tinha como foco de luta questões como a discriminação das mulheres, além de outras mazelas sociais como o racismo e a desigualdade.

Nem sempre o MFPA era bem recebido ou tolerado. Ainda no início de 1979, organizou-se uma manifestação pela libertação de Flávia Shilling.⁸⁷ Entre os

⁸³ Ver *idem*, *A ditadura acabada*, *op. cit.*, p. 84.

⁸⁴ Cf. *idem*, *A ditadura encurralada*, *op. cit.*, p. 315.

⁸⁵ Cf. *idem*, *A ditadura acabada*, *op. cit.*, p. 85. Jango morreu no dia 6 de dezembro de 1976, durante exílio na Argentina. O corpo dele foi trasladado de carro para São Borja, no Rio Grande do Sul. No dia seguinte ao velório, a palavra “Anistia” que constava na faixa estampava alguns jornais do país, como o *Jornal do Brasil*. Cf. *idem*, *A ditadura encurralada*, *op. cit.*, p. 314.

⁸⁶ Em 2003 foi criado o Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania por integrantes do Movimento Tortura Nunca Mais e defensores dos direitos humanos. Ver SILVA, Mislene Souza da, *op. cit.*, p. 137.

⁸⁷ Flávia Shilling é filha de Paulo Romeu Shilling, assessor de Leonel Brizola durante o governo dele no Rio Grande do Sul (1959-1963). Ela e a família foram para o Uruguai após o golpe no Brasil. Em 1972, Flávia, que fazia parte do Movimento de Libertação Nacional, ligado aos Tupamaros – organização guerrilheira que atuou no Uruguai, entre 1962 e 1972 –, foi baleada ao tentar fugir da polícia. Na sequência, foi presa e condenada. Mesmo após a promulgação da Lei de anistia (1979) no Brasil, foi necessário fazer uma mobilização que se tornou tão grande a ponto do governo brasileiro pressionar o Uruguai pela sua soltura. BERTONI, Estêvão. *Folha de S. Paulo*, caderno Cotidiano, 28 jan. 2012. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1040618-paulo-romeu-schilling-1925-2012---escritor-que-ajudou-a-fundar-o-pt.shtml>. Acesso em 17 abr. 2021.

organizadores estava o MFPA. Os manifestantes foram agredidos com bombas e gás. Ninguém escapou. Até quem fazia a cobertura jornalística apanhou.

De acordo com a análise de Mislene da Silva, Terezinha Zerbini era mais aceita por ter um discurso que salientava o papel das mães, esposas e donas de casa, sem se envolver mais especificamente em questões sociais. Já Helena Greco criticava diretamente o regime e não reivindicava apenas a anistia: apresentava-se como militante de esquerda e lutava contra as desigualdades sociais. A líder mineira não tinha nenhum parente preso ou exilado, mas acreditava que a luta era coletiva e não individual. Ela foi uma das representantes do país no Congresso pela Anistia no Brasil, realizado em Roma em junho de 1979.⁸⁸

Assim que os exilados começaram a voltar, o MFPA passou a recepcioná-los nos aeroportos. Em Belo Horizonte a recepção incluía avisar a imprensa e apoiar as famílias. O núcleo mineiro parou de existir em abril de 1980.⁸⁹ Porém, o movimento pela anistia foi um marco e ajudaria a mudar os rumos do país. Não foi, obviamente, o único fator que impulsionou o fim da ditadura, mas jogou papel relevante inclusive na revogação do AI-5. A anistia permitiu que pessoas importantes da nossa história retornassem ao país. Na análise de Gaspari,

Essa mudança afetaria tanto o governo quanto a oposição, abrindo espaço para velhas lideranças, como Leonel Brizola e Miguel Arraes, e para uma geração de jovens radicais de esquerda que viviam na clandestinidade ou no exílio. José Dirceu, líder estudantil de 1968, passara por Cuba e vivia na cidade paranaense de Cruzeiro do Oeste, convertido no comerciante Carlos Henrique Gouveia de Melo; o jornalista Fernando Gabeira, sequestrador do embaixador americano em 1969, trabalhava como maquinista no metrô de Estocolmo. Concedida a anistia, o jogo político seria outro. Tratava-se de negociar sua calibragem, no tempo e no alcance.⁹⁰

A Lei da anistia foi sancionada por Figueiredo em agosto de 1979. Nas semanas seguintes, o Brasil começou a repatriar seus filhos antes rejeitados, como Luiz Carlos

⁸⁸ Ver SILVA, Mislene Souza da, *op. cit.*, p. 141.

⁸⁹ Cf. *idem, ibidem*, p. 145.

⁹⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura acabada, op. cit.*, p. 87.

Prestes, Fernando Gabeira e tantos outros, cujas famílias lotavam aeroportos em festa. Cerca de 5 mil pessoas foram beneficiadas.⁹¹

Depois da anistia, o governo liberou a formação de novos partidos. Da dissidência do MDB surgiu o Partido Popular, de Tancredo Neves. Fundou-se o PT (Partido dos Trabalhadores), que tinha como líder um operário, Lula, e na sua composição vários integrantes de sindicatos e intelectuais. Leonel Brizola tentou reativar o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de Getúlio Vargas, todavia a filha do ex-presidente ficou com a sigla. Diante disso, a alternativa foi criar um outro partido, o PDT (Partido Democrático Trabalhista).

Enquanto se discutia e aprovava a Lei de anistia, nos veículos de comunicação o clima continuava tenso, mesmo com a retirada dos censores das redações. Esses agentes da ditadura militar não estariam mais de corpo presente nos jornais, mas o general-presidente Figueiredo fez um alerta que soou, indiscutivelmente, como ameaça. Segundo Chagas ele disse, em alto e bom som: “tenham juízo! Poucas vezes os meios de comunicação andaram tão desacreditados como naquele período, fruto de anos de censura férrea. A moda era publicar tudo em ‘off’⁹², para tirar a responsabilidade das fontes e dos informantes, que senão nada informariam. [...] O vício da autocensura custará muito a passar, se é que já passou”.⁹³

Por incrível que possa parecer, quem também gerava desconfiança junto a algumas pessoas ligadas ao governo era Roberto Marinho (o todo-poderoso presidente da Rede Globo), apesar de ter conspirado para a derrubada do governo constitucional de João Goulart. O general Antônio Bandeira era uma delas. Como diretor da Polícia Federal, de maio de 1973 a março de 1974, assinou 110 proibições da censura. Conforme Gaspari, esse militar explicou os critérios que utilizava para Fernando Gasparian, dono do semanário *Opinião*: “Minha ordem é a seguinte, na dúvida: corta”. Por isso, a TV Globo também não foi poupada de cortes: “Ao diretor-geral da TV Globo, mostrara o tamanho

⁹¹ Ver *idem, ibidem*, p. 158-163. Nem tudo, porém, eram flores, pois, no Brasil, a anistia foi “recíproca”, ou seja, favorecendo igualmente assassinos e torturadores do regime, que, ao fim e ao cabo, não foram responsabilizados pelos crimes que cometeram.

⁹² Quando a fonte não é identificada para protegê-la.

⁹³ CHAGAS, Carlos, *op. cit.*, p. 180.

de suas suspeitas: ‘O que eu digo, seu Walter Clark, é que esse Roberto Marinho ainda não me convenceu’”.⁹⁴

Essa constante desconfiança pode estar associada ao quadro de funcionários de Marinho. Henrique Caban, considerado o segundo profissional da redação d’*O Globo*, foi objeto de investigação policial. Ele era filho de um barbeiro comunista polonês, o que levou os militares a conseguirem vários depoimentos que o incriminavam e um cheque, no valor de um salário mínimo. Era o comprovante do pagamento ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que foi mostrado ao dono do grupo Globo.⁹⁵ Caban explicou que tinha uma dívida de gratidão ao PCB porque, durante o Estado Novo, o pai dele foi preso, e a família recebeu ajuda do partido; daí sentir-se obrigado auxiliá-lo. Roberto Marinho não questionou o ato, somente a forma de pagamento. Segundo Gaspari, as palavras de Marinho foram: “Mas em cheque, Caban?”⁹⁶ Para o patrão, não importava o que ele havia feito e, sim, o fato de ter deixado provas.

Os cortes e vetos da censura incidiram muitas vezes sobre os programas da Globo. Em 1976, por exemplo, a emissora foi impedida de transmitir a peça *Romeu e Julieta*, com o corpo de baile do teatro russo Bolshoi. A gravação iria ao ar numa rede mundial de emissoras, lideradas pela CBS americana, atingindo 112 países e 300 milhões de pessoas. O motivo: o país de origem.⁹⁷

Marinho também foi alvo de um dos atentados a bomba: o artefato foi posto na casa do empresário, no mesmo dia em que detonaram um explosivo em frente à sede da CNBB. O empresário contratou um detetive particular para investigar o caso. Depois de três meses, descobriu que quem depositou a bomba na casa dele pertencia ao mesmo grupo que a colocou em frente à CNBB, por se tratar do mesmo tipo de explosivo e pelo tempo de deslocamento. Esses dados foram entregues ao coronel que chefiava a seção de informações do I Exército. Pelo relato de Gaspari, “o SNI explicou o atentado culpando a vítima: ‘Admite-se que a causa principal seja a presença de comunistas em diversos setores das empresas que dirige’”.⁹⁸ Essas bombas, muitas vezes, eram uma forma de tentar calar opositores (reais ou supostos) e de mandar recado.

⁹⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*, op. cit., p. 475.

⁹⁵ Cf. *idem, ibidem*, p. 255.

⁹⁶ *Idem*.

⁹⁷ Cf. *idem, ibidem*, p. 265.

⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 274.

Enquanto no Brasil se lutava pela anistia, pela retomada dos direitos democráticos e contra a censura, em Uberlândia uma parte da imprensa, investindo-se como que da função de censurar extraoficialmente os meios de comunicação, se preocupava em analisar a programação da TV Triângulo e da TV Globo. As críticas eram as mais variadas. Algumas delas diziam respeito ao conteúdo supostamente inadequado exibido em novelas como *Gabriela*.⁹⁹ De acordo com um colunista do *Correio de Uberlândia*, a censura brasileira estava ficando a cada dia mais liberal, fomentando, de certo modo, “a permissividade dos costumes, se bem que nos meios considerados fora da elite social, a plebe que entra na novela choca os olhos de mineiros desavisados”.¹⁰⁰ A mesma coluna, que não trazia o nome de quem a escrevia, carregava nas tintas ao emitir seu julgamento: “cada um de nós formou, no seu íntimo, a imagem perfeita da Gabriela, sempre morena, com a imoralidade inocente própria dos bichos, pecado sem culpa”.¹⁰¹

Em “Lar e Mulher”, por vezes se fez aberta apologia da figura feminina como a responsável por cuidar do marido e dos filhos, alguém que até poderia ter uma carreira profissional, sem pretender, no entanto, se situar no mesmo patamar do homem. Disso derivou uma crítica ao programa “Fantástico”: “só pode ser mesmo uma provocação pública do grande meio de comunicação, que simboliza a Rede Globo de Televisão, colocar no ar, dentro de nossa casa, exemplares neuróticos, esquizofrênicos e paranoicos de mulheres desajustadas, que mais caberiam num sanatório de doenças psicopáticas”.¹⁰²

3.4 Diretas Já!

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup, em 185 cidades de 21 estados, em 1983, revelou que o apoio da população à realização de eleições diretas para presidente chegava a 81% contra 63% em 1980.¹⁰³ Dante de Oliveira¹⁰⁴, um jovem engenheiro, recém-chegado à Câmara, em Brasília, se mobilizou para pegar assinaturas, no

⁹⁹ Tal novela foi veiculada na Rede Globo de 14 de abril a 24 de outubro de 1975. Tratava-se de uma adaptação do romance *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado.

¹⁰⁰ Lar e Mulher (coluna). *Correio de Uberlândia*, 4 maio 1975, p. 3.

¹⁰¹ *Idem, ibidem*, 23 abr. 1975, p. 3.

¹⁰² *Idem, ibidem*, 29 jan. 1975, p. 3.

¹⁰³ Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura acabada, op. cit.*, p. 269.

¹⁰⁴ Eleito em 1982, Dante de Oliveira ocupou o cargo de deputado federal por Mato Grosso de 1983 a 1985.

Congresso, para uma emenda constitucional pró-restabelecimento do direito do eleitor poder escolher o chefe do executivo federal.

A emenda recebeu apoio da Igreja Católica, de trabalhadores e estudantes. Na imprensa, de início, somente da *Folha de S. Paulo*.¹⁰⁵ A partir do dia 2 de dezembro de 1983, o jornal passou a publicar, no alto da primeira página, um texto com foto de uma personalidade defendendo a eleição direta. Pelo levantamento de Gaspari, “começou com o jurista Gofredo da Silva Teles. Seguiram-se o cantor Gilberto Gil, a modelo Bruna Lombardi, o presidente da Volkswagen, Wolfgang Sauer, o escritor Gilberto Freyre, o cantor Erasmo Carlos, o palhaço Arrelia e até mesmo [o ultradireitista] Plínio Corrêa de Oliveira, fundador da organização católica Tradição, Família e Propriedade”.¹⁰⁶

No mesmo ano, comícios começaram a ser realizados. Em São Paulo, em 1984, a Praça da Sé chegava a reunir 300 mil pessoas com apoio inclusive dos governos peemedebistas estadual e municipal, e segurança feita pela polícia militar no mesmo local onde, em 1975, policiais tentavam intimidar quem tinha ido participar do ato ecumênico em memória de Vladimir Herzog.¹⁰⁷

Na contramão do movimento das massas, o governo federal minimizou a importância do evento e atribuiu a grande quantidade de pessoas à participação de artistas. A TV Globo, então detentora da liderança absoluta de audiência, não mostrou a grandiosidade da manifestação. O “Jornal Nacional” tratou um megacomício pelas diretas, ocorrido em 25 de janeiro de 1984, como uma festa pelos 430 anos de São Paulo. Já a TV Bandeirantes exibiu o final do comício com a multidão entoando o Hino Nacional.¹⁰⁸

Por meio do *site Memória Globo*, a emissora se defendeu das acusações de boicotar o movimento, alegando que a reportagem estava correta, pois falava sobre a reivindicação por eleições diretas. O erro foi atribuído à chamada da matéria. No jornalismo, a fala do apresentador é conhecida como “cabeça” da reportagem. Tem esse nome porque ela faz parte de um todo para que se entenda o assunto. Se não for clara,

¹⁰⁵ Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*, op. cit., p. 251.

¹⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 267.

¹⁰⁷ Cf. *idem, ibidem*, p. 270. O comício em São Paulo foi organizado por uma comissão que coordenou uma equipe de sessenta pessoas. Cinco agências de publicidade se uniram em torno da campanha, escolheram a cor amarela e o *slogan* “Eu quero votar pra presidente”. Cf. *idem, ibidem*, p. 269.

¹⁰⁸ Cf. *idem, ibidem*, p. 271.

pode comprometer a compreensão do restante do material. E foi o que se deu no “Jornal Nacional” quando o jornalista Marcos Hummel não citou o comício, ao dizer apenas “festa em São Paulo. A cidade comemorou seus 430 anos com mais de 500 solenidades. A maior foi um comício na Praça da Sé”.¹⁰⁹ Conforme o *site*, o repórter Ernesto Paglia falava sobre o objetivo do evento no momento da reportagem em que aparecia a imagem dele e que no jargão jornalístico é chamado de “passagem”:

*A passagem do repórter Ernesto Paglia afirmava: “À tarde, milhares de pessoas vieram ao centro de São Paulo para, na Praça da Sé, se reunir num comício em que pediam eleições diretas para presidente”. O repórter informou que havia mais de 400 pessoas no palanque, entre deputados, prefeitos e artistas. A edição terminou com o discurso do governador de São Paulo, Franco Montoro, afirmando que, depois da anistia, do fim da censura e da tortura, era necessário dar o passo definitivo na luta pela democracia: a eleição direta do presidente da República.*¹¹⁰

Em todos os comícios havia equipes da Rede Globo, mas, nos primeiros atos, as manifestações não eram mostradas, acatando decisão de Roberto Marinho. No *site Memória Globo* consta que o presidente da organização temia que exibir as mobilizações, na emissora de maior audiência, pudesse se tornar “um fator de inquietação nacional”.¹¹¹

Tudo isso fez com que vários segmentos da sociedade passassem a criticar a TV Globo e a exigir dela outro comportamento jornalístico. Ela, porém, alegava sofrer pressão dos militares. A página do *site Memória Globo* dá um exemplo disso: “Woile Guimarães, então diretor dos telejornais de rede, diz que ministros e generais ligavam para Roberto Marinho, ameaçando até mesmo retirar a concessão para o funcionamento da emissora”.¹¹² O então vice-presidente de operações da Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, também saiu em defesa do chefe: “Naquele momento, a pressão sobre Roberto Marinho foi intensa. Foi uma frustração para mim e para toda a equipe de jornalismo, uma tristeza para o Armando Nogueira e a Alice-Maria, não poder fazer a cobertura de maneira adequada. Nós ficamos limitados pelo poder de audiência

¹⁰⁹ *Memória Globo*. Disponível em <<https://memoriaglobo.globo.com/erros/diretas-ja/>>. Acesso em 17 abr. 2021.

¹¹⁰ *Idem*.

¹¹¹ *Idem*.

¹¹² *Idem*.

que a TV Globo tinha. Isso foi uma tristeza muito grande, mas naquele momento o Dr. Roberto não podia resistir”.¹¹³

Assim, contraditoriamente, o mesmo *site* que fala da pressão dos militares, que chegaram a ameaçar suspender a concessão da tevê de Roberto Marinho, traz a informação de que o dono não queria que nada fosse ao ar. Tal contradição custou caro ao canal carioca, que até hoje é questionado, no mínimo, pela omissão durante esse período. Com o aumento da pressão popular e com a cobertura dada por concorrentes como a TV Bandeirantes, a Rede Globo teve que mudar a postura. Segundo Edwaldo Costa, “o presidente d’*O Globo*, quando percebeu que já não adiantava tentar omitir informações e que a campanha popular pelas Diretas estava consolidada, comprometendo inclusive a credibilidade física e moral da empresa, estampou em seu jornal, no dia 11 de abril de 1984, a foto de milhares de pessoas no comício pelas Diretas Já, na Candelária”.¹¹⁴

Em Minas Gerais os comícios pelas Diretas foram realizados na capital e em outras duas cidades do interior: Juiz de Fora e Uberlândia. Pelo menos uma das manifestações recebeu cobertura jornalística da TV Triângulo. A matéria foi veiculada no bloco local do “Jornal Nacional”. O apresentador leu a cabeça: “Muita gente, nesse momento, na Praça Tubal Vilela, no primeiro comício que pede eleições direta para presidente”.¹¹⁵ Em seguida, entrou a reportagem, uma nota coberta na qual não apareceu a imagem do repórter, apenas a voz dele, sem qualquer entrevista: “Desde o fim da tarde hoje o vento forte e muitas nuvens negras começaram a ameaçar [inaudível] do comício das diretas para presidente que estava previsto para acontecer a partir das seis da tarde na praça Tubal Vilela. Mas aos poucos trabalhadores de diversas categorias e políticos vão chegando à praça. Muitas faixas já estão fixadas em pontos estratégicos pedindo por eleições diretas”.¹¹⁶

Terminada a intervenção do repórter, há uma nota-pé¹¹⁷, mas ela foi interrompida na primeira palavra pela gravação da reportagem seguinte (isso aconteceu em várias fitas

¹¹³ *Idem.*

¹¹⁴ COSTA, Edwaldo. *Meia culpa: O Globo e a ditadura militar*. Florianópolis: Insular, 2015, p. 90.

¹¹⁵ Manifestação pelas Diretas Já. Reportagem veiculada em dez. 1983. Disponível no Centro de Documentação da TV Integração (Cedoc).

¹¹⁶ *Idem.*

¹¹⁷ Geralmente são informações complementares à reportagem. O texto é lido pelo apresentador do telejornal.

gravadas no sistema VHS que constam do arquivo consultado). Da cabeça da matéria até o fim, sem contar com a nota-pé mencionada, o assunto mereceu singelos 30 segundos. A cobertura rasa, nesse caso, pode ser explicada por dois motivos. Primeiro, o atraso no início do evento fez com que o material chegasse tarde à emissora, próximo ao horário do telejornal, e, como a tecnologia da época era inferior à existente hoje, talvez tenha havido dificuldade nas etapas de captação, edição linear¹¹⁸, ao passar o material para outra fita e levá-la ao exibidor, sala conhecida como *switch*. A outra possibilidade de explicação é que se obedeceu a uma recomendação para que se fizesse simplesmente o registro, como orientado pela Globo e seguido à risca pela direção da TV Triângulo.

Nos arquivos da emissora não existem mais registros de outras manifestações, apesar de o apresentador ter se referido àquela como a primeira, quando mais não seja, porque o acervo começou a ser montado a partir de 1983, com pouquíssimas reportagens.¹¹⁹ Até os anos 2000, o Cedoc, não era alimentado diariamente e nem havia um sistema informatizado para se depositar os textos e detalhes do material. Antes, as anotações eram feitas em máquinas de escrever e se perderam com o tempo.

Os arquivos do Senado registram um ato, em Uberlândia, no dia 23 de março de 1984. O movimento reuniu cerca de 40 mil pessoas. Pela quantidade de manifestantes e pela localização do evento, não se trata do mesmo movimento noticiado anteriormente pela TV Triângulo. O registro levado ao ar contou com a organização tão somente de entidades locais. No documento do Congresso Nacional, figura como lugar do evento a Praça Sergio Pacheco, que recebeu o nome do filho do ex-ministro de Costa e Silva, Rondon Pacheco, morto em um acidente de carro. O comício foi apresentado pelo locutor Osmar Santos, com a participação de representantes de entidades da cidade, além de políticos de expressão nacional como Ulysses Guimarães, Dante de Oliveira e Tancredo

¹¹⁸ Linear é a forma como as reportagens eram editadas em ilhas analógicas. O texto do repórter recebia imagens na ordem linear: as imagens eram encaixadas do início para o fim e, como essa captação não segue a ordem da narração do jornalista, o trabalho é maior e mais demorado. Não havia como colocar uma imagem entre outras duas sem começar toda a sequência novamente, dificuldade somente superadas com a edição não linear que surgiu tempos depois, com o desenvolvimento tecnológico.

¹¹⁹ No arquivo do jornal *Correio de Uberlândia*, incorporado ao Arquivo Público Municipal de Uberlândia, a primeira manifestação consta como ocorrida no dia 3 de dezembro de 1983. Cerca de mil pessoas se reuniram em frente à Catedral Santa Terezinha após a missa de sétimo dia da morte do senador Teotônio Vilela. O prefeito Zaire Rezende comandou o evento. O jornal o designou como “Movimento Teotônio Vilela pelas Eleições Diretas”. Estiveram presentes representantes de partidos de oposição e o vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o deputado de Uberlândia Luiz Alberto Rodrigues. Além de votar para presidente, os manifestantes pediam o fim da Lei de Segurança Nacional, a declaração da moratória da dívida externa e o fim do arrocho salarial.

Neves. Os discursos eram intercalados por apresentações musicais. No meio dos manifestantes, um caixão simbolizava o enterro do Colégio Eleitoral encarregado de eleger, por via indireta, o próximo presidente da República. O ato foi encerrado com Gonzaguinha cantando “Vida”, antes de todos cantarem, de mãos dadas, o Hino Nacional.¹²⁰

Em Juiz de Fora, evento semelhante aconteceu em 29 de fevereiro, com a participação de 30 mil pessoas. Em Belo Horizonte, dias antes, em 24 de fevereiro, reuniram-se cerca de 400 mil manifestantes. Nos cálculos de *O Estado de Minas*, “em 43 dias as Diretas Já haviam levado para a rua mais de 1 milhão de pessoas, e o comício de Belo Horizonte terminou sem que se registrasse qualquer incidente”,¹²¹ Encontraram-se no mesmo palco Luís Inácio da Silva (Lula), Ulysses Guimarães. Leonel Brizola, Franco Montoro e o governador de Minas Tancredo Neves, representando a adesão ao movimento de diferentes agremiações políticas.¹²²

Em abril, a onda avassaladora por Diretas Já ganhava ainda mais impulso país a fora. Um comício-monstro, ocorrido no Rio de Janeiro, dessa vez recebeu atenção da TV Globo, que mostrou a manifestação e noticiou a presença de uma multidão estimada em mais de 1 milhão de pessoas. Na semana seguinte, mais um comício, de maiores proporções ainda, agitaria São Paulo, no Vale do Anhangabaú. Nessas circunstâncias, a *Folha de S. Paulo* percebeu que os leitores clamavam por eleições diretas e, mais e mais, apostou em reformas para entrar em sintonia com esse público. Como ressalta Beatriz

¹²⁰ Cf. CPDoc/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas). Comício em Uberlândia da campanha pelas “Diretas Já”. Disponível em <http://fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/TN/audiovisual/comicio-em-uberlandia-da-campanha-pelas-diretas-ja-titulo-atribuido>. Acesso em 29 ago. 2020.

¹²¹ GASPARI, Elio. *A ditadura acabada, op. cit.*, p. 272.

¹²² De acordo com a estimativa de organizadores e autoridades, compareceram a esse comício 400 mil pessoas, como mencionou *O Estado de Minas*. Em seu discurso, Tancredo destacou o caráter pacífico do movimento e a união dos políticos brasileiros para conquistar um direito que havia sido revogado por 20 anos. “Minas não podia deixar o Brasil sem sustentação nesta hora. A tranquilidade deste comício é uma demonstração de civismo e o povo brasileiro não abre mão do direito de votar”. A última fala foi de Ulysses Guimarães, então deputado federal e um dos principais defensores do movimento pelas Diretas Já: “A emenda Dante de Oliveira [que previa a eleição direta] foi aprovada aqui, por esta multidão”, afirmou. Além dos políticos, o evento contou com a presença de diversos artistas, que entre os discursos políticos se apresentavam para a multidão. Cf. FONSECA, Marcelo. Comício que reuniu 400 mil em BH na defesa do voto direto ficou para a história. *O Estado de Minas*, 24 fev. 1994. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/02/24/interna_politica,501294/comicio-que-reuniu-400-mil-em-bh-na-defesa-do-voto-direto-ficou-para-a-historia.shtml. Acesso em 29 ago. 2020.

Kushnir, “nem mesmo a *Folha da Tarde* pôde ficar de fora dessas reportagens e noticiou, em letras garrafais, a seguinte manchete: o “maior comício da nossa história”.¹²³

Contudo, a exemplo, até certo ponto, da TV Globo, a cobertura da *Folha da Tarde* esbarrava em uns tantos limites: ela não escreveu uma linha sobre a intimidação que o general linha-dura Newton Cruz fez, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira pelo Congresso Nacional, em 25 de abril de 1984, pelas Diretas Já:

*O general Cruz, ex-chefe do SNI, era, desde agosto de 1983, responsável pelo Comando Militar do Planalto e da 11ª Região Militar, com sede em Brasília, e o executor de medidas de emergência [como os decretados pelo general-ditador Figueiredo em Brasília, Goiânia e outros nove municípios do entorno do Distrito Federal]. Investido desse instrumento, o general declarou ter antecipado o esquema de segurança em 24 horas para evitar o acesso não autorizado ao Congresso. No entanto, o cerco se deu depois de cerca de oitocentos estudantes se terem concentrado no saguão para uma vigília cívica até a votação. Para a Folha da Tarde, houve apenas um teste de adestramento.*¹²⁴

Efetivamente, os militares realizaram manobras para evitar manifestações, especialmente pressões de setores democráticos sobre os parlamentares. Por isso, impôs-se uma “medida de emergência”.¹²⁵ Figueiredo também determinou a imposição de censura às transmissões de rádio e televisão a partir da capital federal. Apesar disso, em 26 de abril, todas as atenções estavam voltadas para a Brasília, onde a emenda pelas diretas seria votada.

O “Jornal Nacional”, que era transmitido para Uberlândia por meio da TV Triângulo, exibiu uma cobertura de 11 minutos e 33 segundos. O assunto ocupou quase toda a escalada.¹²⁶ Por mais de dez minutos foram apresentadas dez reportagens sobre o assunto. Cada uma punha em foco um aspecto, como: a chegada de Dante de Oliveira, dos pais dele e da esposa, que mostravam confiança no resultado da votação; outra matéria chamava atenção para a cor da gravata dos que apoiavam a emenda: os homens usavam

¹²³ KUSHNIR, Beatriz, *op. cit.*, p. 342.

¹²⁴ *Idem, ibidem*, p. 330.

¹²⁵ O estado de emergência pode ser decretado pelo presidente da República por espaço e tempo limitados, sem anuência prévia, mas, em tese, o Congresso, poderia revogá-lo. Durante a sua vigência seriam adotadas todas as medidas pertinentes ao estado de sítio, desde a suspensão dos direitos e garantias individuais à prisão em estabelecimentos não destinados à réus de crimes comuns, quer dizer, campos de concentração.

¹²⁶ Escalada representa as manchetes dos jornais. Enfoca os assuntos principais que serão abordados no telejornal.

a cor amarela, mesmo tom adotado pelas agências de publicidade como símbolo dessa luta. Em outro momento, uma repórter, que usava uma blusa amarela, falava sobre quem eram as pessoas que ocupariam as galerias. Abordou-se igualmente a articulação do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e do PDS (Partido Democrático Social), partido da base de apoio ao ditador. Outra repórter destacava a manifestação de estudantes, dos sindicatos dos professores e dos médicos, com suas palavras de ordem; sua intervenção foi encerrada ao som do grupo gritando: “o povo unido jamais será vencido”.¹²⁷

Ao final dos 11 minutos e 33 segundos, o apresentador Cid Moreira anunciou o intervalo e disse que naquela edição haveria outras reportagens sobre o assunto, mas o *site* não traz mais nenhum vídeo. O depoimento de uma das repórteres escaladas para cobrir a votação faz acreditar que foram inseridos *flashes*¹²⁸ na programação. Sônia Pompeu afirma que estava com o chefe do centro de produção, Viane Pinheiro, e ele teria dito a ela que só estava autorizado a entrar ao vivo com cenas da votação e não com imagens de manifestações do lado de fora do Congresso, por recomendação do Palácio do Planalto. A propósito, eis o depoimento de Sônia Pompeu à página da internet da Globo:

[O Pinheiro falou] “*A gente pode dar uns takes*”. [Aí eu falei] “*Tudo bem!*” Agora, o Pinheiro era ousado para caramba. [Ele disse] “*Agora, se acontecer alguma coisa, coisa séria, é evidente que vamos botar ao vivo, depois a gente resolve como vai ficar*”. [Eu falei] “*Tudo bem*”. Daqui a pouco eu olho e falo: “*Pinheiro, está vindo, montado num cavalo branco, o chefe do SNI, o general Newton Cruz, dando chicotada em todos os carros que passavam*”. Porque tinha buzinação, além da grande passeata, tinha um buzinação, e entra aquele general louco chicoteando os carros, todo fardado, num cavalo branco, descendo pela Esplanada dos Ministérios. [Aí o Pinheiro disse]: “*Vamos botar, ao vivo, isso*”. Eu falei: “*vambora*” e entrei ao vivo mostrando. Eu entrei falando e cai fora. Evidentemente deu a maior confusão, um problema sério para cima. Não sei como a direção resolveu. Gravou [as imagens], mas parece que o censor sumiu com a fita. Eu acho que a gente não tem [essa imagem].¹²⁹

¹²⁷ *Memória Globo*. Disponível em <<https://memoriaglobo.globo.com/erros/diretas-ja/>>. Acesso em 17 abr. 2021.

¹²⁸ *Flashes* são entradas de repórteres, durante intervalos na programação, com assuntos jornalísticos. Geralmente podem variar de 30 segundos até dois minutos.

¹²⁹ *Memória Globo, op. cit.*

Ao final da votação a emenda não passou, graças a todos os estratagemas antidemocráticos urdidos pelas forças associadas à ditadura militar, sob a orquestração do governo João Batista Figueiredo. Foram 298 votos a favor, 65 contra e 113 ausências, entre elas as de dois mineiros ligados ao regime: Magalhães Pinto e Rondon Pacheco. Para que fosse aprovada seriam necessários mais 22 votos, ou seja, seriam necessários os votos de dois terços da Câmara dos Deputados para a emenda poder ser encaminhada para votação no Senado. Com esse cenário, ficou confirmado o quadro sucessório por meio da instauração do Colégio Eleitoral programado para janeiro de 1985.

Antes que a eleição ocorresse, Newton Cruz continuou com as suas atividades, cumprindo agenda oficial. Uma das suas últimas paradas foi em Uberlândia, que contou com a cobertura do Canal 8. A visita foi ao 36º Batalhão do Exército. Segundo a reportagem, aquela era a quinta e última vez que o general se fazia presente na instituição como comandante militar do Planalto e da 11ª Região Militar, pois no ano seguinte (1985) ele assumira outro cargo. A matéria mostrou a apresentação da tropa e os militares cantando uma canção do Exército. Depois Cruz recebeu o símbolo do batalhão, no formato de uma águia. A reportagem relatou que ele estava emocionado na despedida, ao dizer “deixo o comando do CMP feliz porque tenho a minha consciência tranquila. Deixo o comando do CMP feliz porque nele tive a honra de comandar oficiais, subtenentes, sargentos e praças que nem esses que estão aqui no 36º BI (Batalhão de Infantaria)”.¹³⁰

3.5 “Abertura”?

Muitas vezes se fazem generalizações fáceis a respeito da suposta redução da rigidez do poder censório no governo do ditador-presidente Ernesto Geisel. No entanto, não se justificam certos paralelismos deterministas. No momento da propalada “abertura política” ou da “distensão”, assistiu-se ao recrudescimento da censura a livros. Como confirma a pesquisa de Sandra Reimão, na área de Comunicação, “a censura a livros durante a ditadura militar, portanto, teve uma atuação mais forte não nos chamados Anos de Chumbo (1968-1972), mas durante o governo Geisel (março de 1974 a março de 1979), e especialmente no final desse governo. [...] A censura a livros por parte do

¹³⁰ General Newton Cruz em Uberlândia. Reportagem veiculada em dez. 1984. Disponível em Centro de Documentação da TV Integração (Cedoc).

Departamento de Censura de Diversões Públicas aumentou quando a maioria dos jornais e revistas estava sendo liberada da censura prévia nas redações”.¹³¹ Acresça-se a isso, como já frisou Carlos Fico, que o cerco ao cinema e ao teatro foi também maior nessa época.¹³²

Ainda sob o governo Geisel as brigas internas aumentaram. A ala considerada mais radical, liderada pelo general Sylvio Frota (chefe do Estado-Maior do Exército), não concordava com algumas medidas do presidente, insatisfação intensificada com a determinação do chefe do executivo para se investigar a morte de Vladimir Herzog. Tais fatos contribuíram para que Frota e seus aliados dissessem – para espanto de muitos – que eram governados por um homem de esquerda que estaria levando o país rumo ao socialismo.¹³³

Nessa época, o “desconforto” com o regime ditatorial vinha também de parte de alguns ministros, como o da Indústria e do Comércio, Severo Gomes. Ele passou a se reunir com empresários paulistas e a estimulá-los a pregar um diálogo mais democrático. Severo contou o apoio do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Theobaldo de Nigris, e da Federação do Comércio de São Paulo, José Papa Júnior. Conforme levantamento de Carlos Chagas, “eles arregimentam seus filiados, em reuniões e entrevistas à imprensa. Não poderiam ser chamados de subversivos. Em breve seria lançado um manifesto pelo estado de direito, assinado, entre outros, por Paulo Villares, Laerte Setúbal, Dilson Funaro, José Mindlin e mais expoentes das empresas privadas. Mário Henrique Simonsen, ministro da Fazenda, alerta que as críticas políticas deveriam vir dos partidos”.¹³⁴

Uma parcela do PIB brasileiro se tornara crítica do regime. Na contramão desses empresários havia gente como Nadir Figueiredo, que até os anos 1980 era influente na Fiesp, na qual atuou ao lado de Adolpho Lindenberg para limitar a corrente favorável à “abertura” no meio empresarial.¹³⁵ Seja como for, a tentativa do ministro da Indústria e do Comércio naufragou, e ele acabou demitido. O governo se voltou igualmente contra deputados, como em 1977. O parlamentar por Minas Gerais Alencar Furtado usou a tribuna do Congresso para ler o editorial do jornal alternativo do PCB, *Voz Operária*, o

¹³¹ REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011, p. 56.

¹³² Ver FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Topoi: Revista de História*, n. 5, Rio de Janeiro, set. 2002.

¹³³ Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura encerrada*, op. cit., p. 474.

¹³⁴ CHAGAS, Carlos, op. cit., p. 102

¹³⁵ Cf. NAPOLITANO, Marcos, op. cit., p. 267.

que irritou profundamente os militares e causou a sua expulsão da casa: foi o 548º político punido pelo regime, “coroando um confisco de mais de 5 milhões de votos”.¹³⁶

Enquanto mandados eram cassados, a sociedade civil passara a se manifestar mais e a consolidar a adesão de diversos setores à luta por liberdades democráticas. Em 1978, as organizações clandestinas já não defendiam a luta armada e a oposição alcançara maior amplitude. Dom Paulo Evaristo Arns e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Raymundo Faoro, tornaram-se vozes importantes quando se falava em volta da democracia e dos direitos civis. Empresários também andavam descontentes com a desaceleração do crescimento, a concentração de crédito, ao perceberem que o “milagre econômico” havia ido ladeira abaixo.

Um pouco antes de tomar posse, em 1979, o general João Batista Figueiredo concedeu uma entrevista e falou sobre a “abertura”. Na verdade, com a boca torta pelo vício do cachimbo autoritário, ele aproveitou a pergunta de um repórter para enviar um recado à ala mais conservadora do regime. Disse que mandaria “prender e arrebentar” quem se opusesse às mudanças. Como salienta Gaspari, o novo ditador sabia da oposição que enfrentaria internamente, tanto que até aquele período haviam explodido 26 bombas em redações, diretórios estudantis, igrejas e residências, e nada fora desvendado.¹³⁷

Com o discurso de que o Brasil estava dando passos em direção à construção do regime democrático, em 1980, o ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel encaminhou uma emenda constitucional ao Senado estabelecendo eleições diretas para governador dentro de dois anos. A medida ainda acabava com os senadores biônicos e revogava a Lei Falcão.¹³⁸

Nas eleições de 1982, o regime sofreu derrotas fragorosas. Formalmente, no entanto, o governo conseguiu duas vitórias e uma derrota.¹³⁹ Obteve maioria na Câmara e no Senado, e, assim, teria mais tranquilidade para fazer um sucessor, porém no pleito

¹³⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*, op. cit., p. 423.

¹³⁷ Cf. *idem*, *A ditadura acabada*, op. cit., p. 109.

¹³⁸ Cf. CHAGAS, Carlos, op. cit., p. 195. A Lei Falcão foi imposta em 1976 pelo governo Geisel e leva o nome do seu criador, o então ministro da Justiça Armando Falcão. Seu objetivo era golpear a oposição por intermédio de dificuldades estabelecidas no processo de comunicação entre candidatos e eleitores durante a campanha eleitoral no rádio e televisão.

¹³⁹ Para a cobertura dessa eleição Orlei Moreira foi chamado ao Rio de Janeiro, onde participou de um treinamento. Segundo a coluna local “Rádio & TV”, o objetivo da Rede Globo era superar a cobertura que a TV Bandeirantes fazia. Para isso haveria entradas jornalísticas na programação, por meio de boletins. A cobertura nas cidades espalhadas pelo Brasil ficaria por conta das afiliadas, como a TV Triângulo. Cf. Rádio & TV (coluna). *Correio de Uberlândia*, 19 out. 1982, p. 3, e 2 nov. 1982, p. 3.

de governadores, os militares amargaram uma perda considerável em 10 capitais. A oposição elegeu o chefe do executivo em estados-chave como São Paulo (Franco Montoro), Rio de Janeiro (Leonel Brizola, que chegara do exílio em 1979) e Minas Gerais (Tancredo Neves).¹⁴⁰ Nesse sentido, o insucesso eleitoral de 1974 – quando das eleições para o Senado – como que se reeditava.

Alguns dos políticos eleitos em 1982 passaram a dispor de mais espaço na mídia em atrações como o “Abertura”, veiculado pela TV Tupi, desde o início de 1979, logo após a revogação do AI-5. O programa dirigido por Fernando Barbosa Lima era uma revista de variedades, com a participação de intelectuais, artistas e jornalistas, que promoveria debates sobre assuntos nacionais. Faziam parte da equipe, entre outros, Antônio Callado, Fernando Sabino, Ziraldo, Sérgio Cabral, Roberto D’Ávila, João Saldanha, Walter Clark, Glauber Rocha e Norma Bengell. O programa se sintonizava com um período em que a televisão vivenciava uma fase de experimentação e busca de novas fórmulas, num aprimoramento da relação dela com o público. A professora e pesquisadora em cinema e televisão Regina Mota cita uma entrevista de Glauber Rocha concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*:

*O “Abertura” mostrou o caminho. O futuro da televisão vai ser o jornalismo e é a partir dele que a TV brasileira vai se desenvolver culturalmente. Fizemos sucesso, contrariando todos os “sábios” das agências de publicidade, ganhando menos de 90% que os atores da TV Globo. Estamos com 12 milhões de telespectadores, e as agências de publicidade não perdoam isso. Estão boicotando o programa, que quase não tem anunciantes. Isso porque as agências não querem reconhecer que um programa bom pode fazer sucesso. Mas, com ou sem anúncio, vamos em frente.*¹⁴¹

O “Abertura” abordava aspectos políticos da realidade brasileira e com isso encorajou outras emissoras a fazerem o mesmo. Ele passou a trazer como convidados pessoas que durante a ditadura não eram bem vistas, como Ulisses Guimarães, Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Aos poucos a censura dava lugar à autocensura: cada um era responsável pelo que dizia. Um dos momentos que marcaram o programa foi a entrevista que Roberto D’Ávila fez em Paris com filhos de exilados que nunca tinham

¹⁴⁰ Ver GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 230.

¹⁴¹ ROCHA, Glauber *apud* MOTA, Regina. O programa “Abertura” e a épica de Glauber Rocha. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marco (orgs.). *História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 143.

pisado em território brasileiro. A repercussão foi grande porque eram crianças imaginando como era o Brasil.¹⁴²

Apesar do sucesso alcançado pela atração jornalística, a TV Tupi não conseguiu chegar à nova década devido a falhas administrativas e à concorrência representada pelo novo modelo de tevê implantado pela Globo.¹⁴³ Com isso o mapa de concessões de emissoras no Brasil mudou em 1980. No dia 16 de julho o ditador-presidente Figueiredo assinou a cassação de sete dos nove canais das Emissoras Associadas e a abertura de concorrência para novos pretendentes. Sob orientação do general Golbery do Couto e Silva, o Ministério das Comunicações dividiu a rede de Assis Chateaubriand em duas. Segundo Carlos Chagas, “o *Jornal do Brasil* e a editora Abril pareciam candidatos vitoriosos, mas o governo agiu imaginando evitar problemas que a recém-adquirida independência jornalística dessas duas empresas certamente traria. Das negociações, muito mais políticas do que técnicas, emergem duas novas redes, o SBT, de Silvio Santos¹⁴⁴, e a Manchete, de Adolpho Bloch”.¹⁴⁵

A TV Manchete investiu em jornalismo e em documentário, o que provocou reflexos na Rede Globo e nas afiliadas. A emissora de Roberto Marinho lançou os programas “TV Mulher”¹⁴⁶ e “Bom dia, São Paulo”, que serviu de embrião para o “Bom Dia, Brasil” e inspirou a criação de outros programas jornalísticos no Canal 8, como cita Orlei Moreira:

¹⁴² O “Abertura” contabilizou sessenta edições, entre 1979 a julho de 1980, quando a emissora saiu do ar. Na sequência, o jornalista Fernando Barbosa Lima seria contratado pela TV Bandeirantes, na qual lançou o “Canal Livre”, com o mesmo conceito de entrevistas que praticava na TV Tupi, abrindo espaço para um aprofundamento maior dos assuntos enfocados. Ver *idem, ibidem*.

¹⁴³ As retransmissoras da Tupi continuaram funcionando. Elas foram procuradas por representantes do comunicador Silvio Santos para que mantivessem a transmissão do programa dele. “Em torno do ‘Programa Silvio Santos’ formou-se, assim, uma rede de 19 emissoras que iria buscar uma série de outros programas e apresentadores populares que ficaram à deriva com o fim da TV Tupi”. MIRA, Maria Celeste. O moderno e o popular na TV de Silvio Santos. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marco (orgs.), *op. cit.*, p. 164.

¹⁴⁴ Para tanto o SBT apresentou como proposta ao governo apenas a programação que pretendia colocar no ar e não o que pretendia fazer com o canal, caso ganhasse a concessão. Em 1981, quando o SBT passou a funcionar, Silvio Santos trouxe de volta praticamente todos os programas que tinham desaparecido com o fim das TVs Tupi, Record, Excelsior, TV Rio e até mesmo da TV Globo, no final dos anos 1960, depois de uma avalanche de críticas quanto à qualidade desses produtos, caso de “Clube dos Artistas”, “Programa Flávio Cavalcanti”, “Programa Raul Gil”, “Programa Silvio Santos” e “O Homem do Sapato Branco”. Ver *idem, ibidem*, p. 164. Silvio Santos era um empresário conhecido por se aproximar dos ocupantes dos governos e prossegue com essa “filosofia” pragmática até hoje.

¹⁴⁵ CHAGAS, Carlos, *op. cit.*, p. 200.

¹⁴⁶ Cf. Rádio & TV (coluna). *Correio de Uberlândia*, 20 abr. 1982, p. 9. A coluna destacava que o programa “TV Mulher” ajudou a ampliar a participação feminina na televisão brasileira.

Nós começamos a procurar ganhar espaço para o jornalismo. Aí nós criamos o “Triângulo Rural”, que foi um programa que foi um sucesso comercial tremendo aqui na época. No caso, na região também de agronegócio, campo, essa coisa toda, e já criamos o “Bom dia, Triângulo”, né?, que eu contei com Ivan Santos [jornalista que atuava, até então, apenas na imprensa], que, depois de muito trabalho, eu consegui convencê-lo a vir. Eu falei: 'bicho, eu preciso de você na bancada', porque ele era muito ativo com política, com economia, aquela coisa, e eu não tinha tempo que era muita gente que eu tinha que olhar e as praças também, aquela coisa, e a comunicação não era lá essas coisas; era muito repórter, muito cinegrafista, muita coisa pra olhar. E eu chamei o Ivan, com muita dificuldade ele veio e foi um show.¹⁴⁷

Na emissora não consta a data de estreia do “Bom dia, Triângulo”. Na pesquisa de Ana Carolina Temer, ex-editora do “Triângulo Notícia”, aparece que o primeiro programa foi ao ar em 4 de agosto de 1983, na mesma época do início das transmissões do “Bom dia, Brasil”, produzido pela Globo Brasília.¹⁴⁸ Quem estava à frente das câmeras, em Uberlândia, era o jornalista de política Ivan Santos. Apesar dos receios dele, que vinha do jornal impresso, Orlei tentou tranquilizá-lo: “‘eu te ensino’ e ficamos aqui no estúdio, várias horas por dia, mostrando para ele aqueles traquejos de apresentação e tudo mais, e ele virou um grande apresentador e entrevistador, porque o ‘Bom dia’ era mais entrevista, quase que só entrevista, texto mesmo tinha pouco”.¹⁴⁹

O formato, de fato, era de entrevistas. Havia um telefone vermelho¹⁵⁰ sobre a bancada, apenas para enfeite. O cenário era simples e, às vezes, contava com mais um jornalista na apresentação, ao lado de Santos. Nos arquivos da TV Triângulo não restaram muitas edições do programa. O mais antigo é de 1985, com três entrevistas, entre elas uma com o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Manoel Marcos Guimarães.¹⁵¹ Foram oito minutos dedicados a assuntos de interesse restrito à categoria, o que se explica porque a entrevista coincidia com a data de inauguração de um escritório da entidade em

¹⁴⁷ MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

¹⁴⁸ Cf. TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa, *op. cit.*

¹⁴⁹ MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

¹⁵⁰ Durante a Guerra Fria, o telefone vermelho era o canal de comunicação entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética. Em uma empresa, como no caso da TV Triângulo, passava a mensagem de que o aparelho só tocava em caso de extrema necessidade. Contudo, no estúdio, ele se prestava tão somente para a composição de cenário.

¹⁵¹ Ele discorreu sobre a importância de ser sindicalizado, além de esclarecer que quem trabalhava com notícia em rádio ou em televisão era tão jornalista quanto quem o fazia em jornal.

Uberlândia. Geralmente o programa convidava personalidades políticas. Na avaliação de Orlei Moreira,

Foi um programa que deu certo porque fazia fila de gente para ser entrevistado, gente importante. O Tancredo Neves veio aqui duas vezes na época. O Edson Beltrão era o ministro da desburocratização, na época; eu lembro que ele me ligou, ligou de Brasília, ele queria, porque estava no início do processo de desburocratização no país, que ele tentou mas não deu certo. Ele ligou. O assessor ligou e passou para ele porque queria vir aqui; ele queria dispor de um bom tempo para explicar o processo de desburocratização, não sei o quê e tal, e falamos venha, e deu dois programas com ele. Deu uma audiência tremenda, e muita gente, políticos e políticos adoravam isso. E quando não dava para atender a todos? Pra não ser deselegante, a gente dizia que a pauta ficava lotada: “Você aguenta ai, bicho, porque a fila aqui tá foda, e não sei o quê”, e ia levando. E não tinha como atender; era meia hora de programa, de segunda a sexta. Tinha assuntos importantes na época que a gente trazia, muita coisa local, muita coisanacional que vinha pra cá, do estado, então, tinha um punhado, porque já era uma região, como é até hoje, já era uma região muito rica, pro eleitorado então... era um filé pra esses políticos, pra esse pessoal todode governo.¹⁵²

O movimento político vivido entre 1964 e 1984, marcado por movimentos crescentes em favor da democratização do país, assinalou composições, recomposições e rearranjos no tabuleiro político. Tancredo Neves, que tinha espaço aberto na TV Triângulo, foi o escolhido para encabeçar a chapa constituída pela Aliança Democrática, uma coligação entre o PMDB e a Frente Liberal que concorreu às eleições presidenciais de 1985 pela via indireta no Congresso Nacional.¹⁵³ O mineiro iria disputar o pleito com um representante da ala governista. Um dos nomes lançados era o do empresário e político paulistano Paulo Maluf, um direitista costumaz, avesso a tudo o que poderia simbolizar novos tempos para o Brasil.¹⁵⁴ Aureliano Chaves não só desaprovava a candidatura malufista, como negociou apoio ao adversário do PDS (o partido do regime), Tancredo

¹⁵² MOREIRA, Orlei, *op. cit.*

¹⁵³ Tancredo Neves foi apoiado inclusive pelo ex-governador de Minas Gerais e seu adversário político, Magalhães Pinto. Ver KORNIS, Mônica Kornis e SOUZA, Luís Otávio de. Magalhães Pinto. Disponível em <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-magalhaes-pinto-1>>. Acesso em 31 mar. 2021. Já a Frente Liberal era formada por uma parte do PDS, liderado por Aureliano Chaves, vice-presidente de João Batista Figueiredo.

¹⁵⁴ Pelo partido do governo foi escolhido Paulo Maluf, mas até o nome dele ser chancelado para a disputa pelo cargo no Colégio Eleitoral, desencadearam-se muitas brigas, discussões e confabulações não só entre os políticos. Em um dos encontros entre Geisel e Aureliano Chaves também foi convidado Roberto Marinho, que mais uma vez se envolvia com questões políticas do país. Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*, *op. cit.*, p. 283.

Neves. Ele queria que José Sarney, político maranhense vinculado historicamente à direita, fosse o vice do ex-governador de Minas Gerais, como acabou acontecendo. Outro que sempre transitou pelo regime militar e que apoiou Tancredo foi Antônio Carlos Magalhães (ACM, conhecido como Toninho Malvadeza pelo seu estilo truculento). Em troca, ele recebeu o Ministério das Comunicações. Como se viu, “o arco de interesses formado em 1964 buscava proteção sob o guarda-chuva de Tancredo”.¹⁵⁵

Com efeito, a candidatura de Tancredo não exprimia uma total ruptura com a ditadura. Sobraria espaço, em meio a esse processo de acomodação ou de mudança moderada, para muitos continuarem em cena. Gaspari menciona, a propósito, um episódio ocorrido em 1984. Lançada a candidatura do tradicional político mineiro, um empresário que teve muita importância nas articulações golpistas do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), Antônio Galloti, disse ao jornalista Ibrahim Sued que era uma “sorte”, depois de 20 anos, sair do regime ditatorial com Tancredo.¹⁵⁶ Com tais acordos Tancredo Neves ia assegurando sua eleição, porém, ele esbarraria em três problemas: “crise econômica com uma inflação que chegara a 224%; a dívida externa, de 91 bilhões de dólares; e o desconforto físico, o mesmo que sentira meses antes”.¹⁵⁷

Com os acordos fechados, que conduziriam a um governo civil ostentaria marcas dos tempos da ditadura militar, a vitória de Tancredo Neves foi confirmada no dia 15 de janeiro de 1985. Ele venceu com 480 votos contra 180 de Paulo Maluf. Transcorridos 21 anos, apesar dos pesares, um civil voltava à presidência da República. Houve muita comemoração em todo o país, principalmente em Minas Gerais, a crer no que garante Elio Gaspari.¹⁵⁸

Tancredo Neves participou de vários programas da TV Triângulo, não só do “Bom dia”. Quando ele morreu, “vítima de uma diverticulite”¹⁵⁹, antes de ser empossado, em abril de 1985, a comoção nacional foi transmitida pelos programas exibidos em rede. Na semana da morte dele, o Canal 8 acabou repercutindo uma notícia sobre o político que foi

¹⁵⁵ *Idem, ibidem* p. 287.

¹⁵⁶ Cf. *idem, ibidem*, p. 297.

¹⁵⁷ *Idem*.

¹⁵⁸ Cf. *idem, ibidem*, p. 299.

¹⁵⁹ Tancredo Neves chegou a passar por uma cirurgia. A causa oficial da sua morte foi diverticulite, porém houve muita polêmica na época a respeito disso em função de eventuais erros médicos e de carência de equipamentos e de pessoal devidamente habilitado, no Hospital de Base do Distrito Federal, para os procedimentos que sua doença requereria.

publicada no jornal local *Primeira Hora*. A manchete trazia a seguinte frase: “Juiz bêbado aplaude e comemora, em público, a morte de Tancredo Neves”. A reportagem dizia que o magistrado se encontrava em uma churrascaria cujo aparelho de televisão estava ligado. No momento em que Antônio Brito, porta-voz de Tancredo, noticiou o falecimento do presidente eleito, o juiz Ernane Fidélis, não se conteve e teria celebrado o infausto acontecimento. A repórter do “Triângulo Notícias” entrevistou o magistrado, que deu uma versão diferente ao fato:

Nós estávamos, naquele momento triste, realmente triste, na Churrascaria Becão, simplesmente jantando, quando de uma maneira súbita e violenta aparece Antônio Brito na televisão vindo a lamentar a notícia de Tancredo Neves, da morte de Tancredo Neves. Eu, então, me julguei, como juiz de direito, como uma pessoa que exerço um certo grau de autoridade em Uberlândia, que sou respeitado, graças a Deus, embora alguém não queira que seja assim [se referindo ao diretor geral do jornal, Arnaldo de Castro Júnior], me julguei no dever de pedir a todos os presentes, levantei e me julguei no direito de pedir a todos os presentes que aplaudissem o presidente da República com o maior respeito. Não aplaudissem a morte do presidente da República, aplaudissem o presidente, aquele homem que nós brasileiros acompanhamos o seu calvário, sofrendo e chorando conforme aconteceu com todos. Passado aquele momento de reflexão e quando aparece aquela maravilhosa música do Hino Nacional cantado pela Fafá de Belém, e eu ainda pedi: “vamos todos de pé, com a mão no coração, ouvir o nosso Hino Nacional para prestigiar o nosso presidente”, que, infelizmente, fundou a Nova República e não conseguiu ser o seu presidente.¹⁶⁰

A pretensa nova República não representou uma ruptura total com o regime anterior, mesmo porque, como vimos, muitos que participaram de forma ativa da ditadura permaneceram nas altas cúpulas do poder estatal. A violência policial e as apurações tendenciosas continuaram, e isso foi visto na região de Uberlândia no final de 1985.

Em outubro do primeiro ano do governo José Sarney, uma vereadora da cidade mineira de Patrocínio, foi “suicidada” sem que o caso fosse submetido à devida investigação. Ismene Mendes tinha 29 anos, havia sido eleita para ocupar uma cadeira na Câmara Municipal e continuava exercendo a atividade de advogada sindical dos trabalhadores rurais. Em 22 de outubro ela foi encontrada pela irmã, já agonizando, com os pulsos cortados. Isso ocorreu dias depois dela ter sofrido uma emboscada, e, de acordo

¹⁶⁰ Juiz comemora morte de Tancredo Neves. Reportagem veiculada em abr. 1985. Disponível no Centro de Documentação da TV Integração (Cedoc).

com a Subcomissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, ser estuprada.¹⁶¹ No relatório policial se lê que “Ismene teria se autoflagelado e simulado as violências que tanto insistia alegar ter sofrido, e que, quanto à sua morte, teria cometido suicídio cortando os pulsos e ingerido veneno de café, por se encontrar vencida por uma paixão violenta e não correspondida”.¹⁶²

O velório da vereadora foi mostrado no “Jornal Triângulo”, que referendou a tese do “suicídio”. A reportagem se estendeu por três minutos e trinta segundos. Eis a cabeça da matéria: “o caso Ismênia: foi enterrado, hoje à tarde, no cemitério de Patrocínio o corpo da vereadora Ismene Mendes, do PMDB patrocínense, e que se suicidou, ontem na casa dela.” A reportagem de Bernadete Ribeiro explicava:

Ismene Mendes tinha 29 anos. Era advogada e vereadora do PMDB de Patrocínio. Ontem à tarde, Ismene foi encontrada em seu quarto com um dos pulsos cortados e com sinais de que havia ingerido uma dose excessiva de remédios. Todos os indícios apontam para o suicídio. Há cerca de duas semanas a vereadora foi vítima de uma espécie de cilada numa estrada próxima a Patrocínio. No depoimento prestado nessa Delegacia [é mostrada a Delegacia ao fundo] ela disse que foi abordada por três elementos mascarados que a teriam espancado. Ismene contou que no dia 10 de outubro foi procurada por um menino de aproximadamente 12 anos pedindo para que ela socorresse a mãe dele que estava para dar à luz numa estrada a três quilômetros de Patrocínio. No caminho ela foi obrigada a parar por causa de um monte de cascalho que estava obstruindo a estrada. Nesse momento foi abordada pelos três elementos. A vereadora afirma ter desmaiado logo após entrar em luta corporal com os marginais. O exame de corpo delito não define se houve ou não violência sexual. Nada foi roubado. O menino desapareceu. O corpo de Ismene, que era líder do PMDB de Patrocínio, foi velado na Câmara Municipal. Lá estavam políticos de toda a região. Entre a população correm várias versões, inclusive de que o caso tem conotação política. [Nessa hora entra a entrevista da mãe de Ismene, Almerinda Mendes, bem abalada, que diz:] “Elachegou a comentar assim, que era política passada”. [A repórter indaga se teria sido vingança, e a mãe respondeu confirmando:] teria sido vingança. [A repórter pergunta como Ismene estava no dia anterior a morte, e dona Almerinda responde:] “Ela estava normal. Eu saí, vimaqui na Apae, ela estava normal, conversou com o primo dela, normal, ainda pediu reforço para avisar o primo dela pra vir ajudar a dar

¹⁶¹ Ismene Mendes vinha sofrendo diversas ameaças, e isso culminou numa emboscada. Atraída para um lugar ermo, ela teria sido estuprada por dois homens com pedaços de madeira. Mesmo sob ameaça de que morreria se formalizasse uma denúncia, ela foi à Delegacia de Polícia. Dias depois, Ismene foi encontrada pela irmã, no quarto dela, em plena agonia. A família não foi chamada para depor, e o caso foi dado como “suicídio” por causa de um amor não correspondido. Ver MACEDO, Amanda Pereira. Subcomissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Disponível em <http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book_comissao_nac_verdade_2016_0.pdf>. Acesso em 21 abr. 2021, p. 28.

¹⁶² *Idem, ibidem*, p. 26.

reforço. Ela achou a investigação [do caso da emboscada] fraca”. [A mãe é questionada se Ismene estava descontente com os rumos da investigação:] “Tava, tava muito descontente, meio nervosa com a investigação na Delegacia”. Ela achou que eles não estavam dando importância para o caso”. [Termina a entrevista e continua o texto da repórter:] Para investigar o caso do espancamento, Belo Horizonte enviou uma equipe da secretaria de Segurança Pública. [Entra o opusdelegado, Gilberto Monteiro, falando:] “A nossa investigação ainda não chegou a um ponto que pudesse aquilatar se há qualquer relação com campanha política para o próximo pleito ou com qualquer animosidade relativa às eleições que se aproximam. [a repórter pergunta se Ismene estava movendo uma ação contra a prefeitura e contra alguns fazendeiros na região. Ele diz:] “Esse fato também chegou ao nosso conhecimento superficialmente e nós não temos documentos disso ainda, mas é voz corrente que ela vinha movendo uma ação popular, encabeçando uma ação popular contra a prefeitura. São problemas de venda de terras e outras situações relacionadas como executivo municipal”. [Encerrada a reportagem, a palavra volta ao apresentador:] O garoto de 12 anos que atraiu Ismene Mendes para o local do sequestro tem que se apresentar à polícia de Patrocínio com urgência. Segundo o delegado especial, Gilberto Monteiro, o menino corre perigo de vida porque os marginais que seviciaram a vereadora podem querer silenciá-lo. 163

Menos de uma semana após a morte da vereadora, o “Triângulo Notícia”, na voz de seu apresentador Humberto Valadares, transmitiu outra notícia sobre o caso Ismene, na qual se fala na ocorrência de “sequestro e suicídio”:

Em Patrocínio, a polícia continua investigando a morte da vereadora e ex-líder do PMDB na Câmara, Ismene Mendes. Enquanto isso mulheres de várias cidades da região estão se mobilizando para exigir a imediata apuração do caso. Em Uberaba, por exemplo, está sendo organizado um encontro, neste domingo, entre vereadores de todo o Triângulo e Alto Paranaíba, representantes do Conselho Nacional de Direito da Mulher e do Conselho Estadual da Mulher, além de diversas entidades, para se discutir formas mais eficientes para apurar os acontecimentos envolvendo o sequestro e suicídio da vereadora. O encontro, que será realizado na Câmara Municipal, tem o objetivo de iniciar uma mobilização de todas as mulheres, principalmente parlamentares. Na próxima semana a presidente do Conselho Nacional da Mulher, Ruth Escobar, estará em Patrocínio para constatar o andamento dos inquéritos instaurado pela delegacia local. 164

¹⁶³ Velório de Ismene Mendes. Reportagem veiculada em 24 out. 1985. Disponível no Centro de Documentação da TV Integração (Cedoc).

¹⁶⁴ Investigação da morte de Ismene Mendes. Reportagem veiculada em 28 out. 1985. Disponível em *idem*.

No restante de 1985, ao examinarmos as fitas disponíveis no acervo da TV Integração, é possível perceber que o canal fez reportagens sobre greves de diversas categorias. Agora, deixava-se de lado o registro apenas com imagens, para passar a incorporar às matérias entrevistas com representantes dos movimentos sindicais e com integrantes de diversas categorias. Por essa época aconteceram greves de trabalhadores rurais, então denominados boias-frias, passeata de bancários, greve dos funcionários da Caixa Econômica Federal e do setor de açougues em Araguari. Também deparamos com reportagens sobre discussões em torno da reforma agrária e, nos primeiros dias de 1986, abordou-se o tema inflação de 1985. Os dados divulgados pelo Centro de Pesquisas Econômico-Sociais (Cepes), da UFU, sobre o índice do custo de vida do uberlandense no ano que marcou a saída dos militares do governo eram estarrecedores: quase 250% em 12 meses.¹⁶⁵

165 Inflação acumulada em 1985. Reportagem veiculada em 24 out. 1985. Disponível no Centro de Documentação da TV Integração (Cedoc). Vale ressaltar que a inflação subia ano a ano. Em 1983, ela chegou a 211% (ironias da história: o máximo alcançado pela inflação no governo João Goulart foi 80%, em 1963), a dívida externa atingiu 90 bilhões de dólares e o Produto Interno Bruto fechou o ano com uma retração de quase 3%. A taxa de desemprego conheceu seu pico no período, 4,72%, e a renda per capita dos brasileiros caiu de 987,00 cruzeiros em 1979 para 819,42 cruzeiros. Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*, *op. cit.*, p. 253 e 254.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como enfatizamos no final do último capítulo, o início da suposta “Nova República” não representou uma virada radical de chave. Diversos tipos de censura, autocensura e de pressão por meio das classes política e economicamente dominantes continuaram a obstar a passagem para um sistema efetivamente democrático e com liberdade de expressão, como tanto se sonhara. Exemplos disso se multiplicam por toda a parte, inclusive nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como foi evidenciado no caso do assassinato da vereadora de oposição Ismene Mendes.

Por muitos anos, como documentamos ao longo desta tese, a censura e a autocensura reverberaram nas redações de jornais e de revistas no Brasil. Na TV Triângulo, os profissionais, querendo ou não, se adaptaram às regras da ditadura, como foi relatado por Eduardo Elias e por Marli Spini. A mudança do regime político não provocou alterações substanciais na configuração da linha de atuação da equipe de jornalismo. O diretor Orlei Moreira seguiu no comando do setor. Ele mantinha uma postura mais alinhada à direita, assim como o dono da emissora, Tubal de Siqueira Silva, que, além de se afinar com esse viés político, ainda era e é profundo admirador do Exército, a tal ponto que até hoje o espaço concedido nos telejornais da atual TV Integração a esse segmento das Forças Armadas é bastante grande.

Esse comportamento da TV Triângulo não foi diferente do que ocorreu na esfera política mais geral do país. O primeiro civil a assumir a chefia do executivo nacional, José Sarney, sempre esteve ao lado do regime ditatorial. Dele desembarcou, até certo ponto, apenas na última hora. No seu governo muitos que estavam ligados à ditadura militar permaneceram atuantes. Não houve punição para os que cometeram atrocidades pela prática sistemática de torturas e assassinatos. Por sinal, alguns anos antes de ser galgado à presidência da República, Sarney recebeu a outorga de um canal de televisão no Maranhão, estado onde seu clã mantém, até hoje, seu reduto eleitoral. Em 1983, a emissora dele se tornou uma afiliada da Rede Globo.

Na TV Triângulo, no período analisado, por mais que os jornalistas fossem jovens e a maioria simpatizante da esquerda, muitos cultivavam relações de amizade com figuras vinculadas à ordem estabelecida. Um exemplo era a simpatia que alguns repórteres nutriam pela pessoa do comandante do Exército em Uberlândia. Nesse contexto, vale

lembrar que o dentista Guaracy Ranieri, que se considerava um “guerrilheiro”, era amigo do delegado regional, que o avisou sobre o decreto de prisão que havia contra o jovem profissional.

Na tese falei sobre a autocensura praticada à época da ditadura, mas ousou dizer que, em muitos locais, ela segue firme e forte até os dias atuais, principalmente no interior do Brasil, onde a concorrência é menor, e em empresas comandadas por políticos, como as emissoras de rádio e televisão da família Sarney. Porém, não é preciso que elas pertençam a políticos para percebermos como alguns hábitos adotados no passado perduram até serem questionados. Um exemplo, em escala menor, é o que vivi na TV Integração. Ao chegar à emissora em 2011, percebi que as reportagens sobre problemas envolvendo o atendimento em postos de saúde eram feitas na calçada. Ao indagar aos repórteres o porquê de eles não entrarem no saguão dos prédios, que são órgãos públicos, a informação que recebi foi que era assim que funcionava e que acreditavam ser uma recomendação da direção da tevê. Ao questionar o diretor, ele disse desconhecer tal fato. Era algo como telefone sem fio: a mensagem chegou distorcida e ninguém sabia de onde veio a informação. Supunha-se acatar uma determinação da diretoria da emissora. A partir daquele momento, essa forma de conduzir matérias sobre saúde foi alterada.

O que também faz a diferença é a preservação da memória, e esta não tem merecido atenção da TV Integração, antiga TV Triângulo. O descaso com o acervo é notório e vem de décadas. Parte de suas fitas foi jogada no lixo, enquanto outras foram queimadas. Há quem possa pensar que essa ação foi uma maneira de se desfazer de algo. Ora, a emissora nunca foi oposição ao regime; não há o que temer nesse sentido. Além do mais, a escolha do material descartado obedeceu a critérios aleatórios, ou seja, não teve senso, como pude checar ao ver o que restou no Centro de Documentação da TV Integração (Cedoc). Se até o fim do século passado essas fitas ocupavam muito espaço físico, com o avanço da tecnologia seria viável conservar esse material sob formatos diversos como VHS, DVcam, U-matic, Betacam e DVD em digital. Para tanto, é necessário algum investimento e uma política interna da preservação da memória, algo que passa longe das preocupações empresariais.

Uma parcela do acervo, notadamente o que está em VHS, as fitas mais antigas, foi catalogada quase 30 anos depois, o que levou a muitos erros de anotação de data. De 2015 em diante, todas as reportagens, as pautas e os textos dos repórteres e as “cabeças”

lidas pelos apresentadores se acham armazenados digitalmente. Na plataforma do G1, dentro da aba de telejornais regionais, é possível encontrar vídeos mais antigos, do início da década de 2010, mas que não compõem todo o material exibido num dia: são apenas os que o departamento de *web* da emissora entendeu serem os mais relevantes ou as matérias que despertariam mais procura.

Esse descaso continuou mesmo após a Globo, em 1999, fundar o departamento *Memória Globo*. Na época, a direção da tevê carioca se deu conta de que havia falhas no acervo, montou um pequeno setor formado por jornalistas e historiadores e passou a buscar materiais que estavam em poder de ex-funcionários. Além disso, gravaram-se entrevistas com essas pessoas para narrarem suas experiências e ajudarem a contar a história da televisão em determinado período. A TV Integração, em 2019, mandou um material composto por entrevistas com Tubal de Siqueira Silva, Orlei Moreira, Umbertino Gonçalves e Edson Rodrigues, rememorando suas histórias na TV Triângulo, contudo esse material ainda não foi disponibilizado no *site*.

A falta de preocupação com a memória é perceptível até hoje, como se nota entre os diretores da empresa. Isso fez com que boa parte da trajetória da emissora se perdesse. Muito disso já não há como recuperar, uma vez que vários dos seus protagonistas morreram, como o primeiro cinegrafista da tevê, Roberto Cordeiro. Dele restaram tão somente alguns escritos deixados com colegas, recontando aspectos de sua vivência no Canal 8.

Nessas circunstâncias, a ausência de um acervo documental devidamente organizado confere mais importância aos depoimentos aqui coletados de quem trabalhou na TV Triângulo no período da ditadura militar. Gente que se emocionou, como os primeiros funcionários Edson Rodrigues e Oswaldo Bonfim de Sá Júnior, ao recuarem no tempo e reviverem seu passado. Profissionais que aprenderam diversos ofícios na prática, entre erros e acertos. Trabalhadores que exerciam funções consideradas mais simples, mais braçal, mas fundamentais para que a emissora levasse a programação ao ar. Gente que fez novas leituras de umas tantas situações vividas, como Ana Carolina Temer – hoje coordenadora do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Goiás (UFG), ela que, favorecida pelo distanciamento temporal, formulou críticas ao machismo imperante na redação.

Em minha percepção, esse sexismo diminuiu, mas infelizmente continua forte na sociedade e no discurso e na prática de quem está no governo federal. Foram vários os momentos que pensei estar vivendo no passado, como que transportada para os tempos da ditadura militar, marcados pela censura, violência e crimes sem solução. Em 2016, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), reeleita democraticamente, assim como João Goulart, foi retirada da presidência em mais um golpe perpetrado neste país. Daí em diante o Brasil foi evidenciando cada vez mais divisão interna, ressaltada durante a campanha presidencial de 2018. A intolerância ganhou mais espaço com o fortalecimento das redes sociais, que viraram terra de ninguém, na qual todos se convertem em donos da notícia e da verdade. As pessoas passaram a viver em suas bolhas, acreditando muitas vezes no eco de suas próprias palavras, como se elas refletissem o pensamento da maioria. A hipocrisia está cada vez mais presente num momento em que o debate sério se enfraquece. Se você não concorda com as minhas “verdades” – como a defesa explícita de torturadores –, você é um ser inferior. Pensamentos anteriormente condenáveis adquiriram vozes, rostos e contornos cruéis.

2018 começou com um crime político, o assassinato da vereadora carioca Mariele Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), executada em março, com quatro tiros na cabeça. Ela morreu junto com o seu motorista Anderson Gomes. Mariele, nascida no Complexo da Maré, uma região pobre, era uma mulher negra, lésbica, voltada para pautas sociais, tudo o que desagradava os seguidores do “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. Passados três anos do crime, muitas perguntas não foram respondidas, como quem mandou matar e por qual motivo. Até agora duas pessoas foram presas, ainda não julgadas. Uma delas morava no mesmo condomínio onde reside o atual presidente da República. A investigação foi falha desde o início. Três delegados passaram pelo caso. Essa história me remete à cidade de Patrocínio, em 1985: o assassinato de Ismene Mendes figura até hoje como “suicídio”, apesar de todas as evidências em contrário, das declarações da família e das falhas no processo. Tal impunidade – com a qual é, de certo modo, conivente uma parte expressiva dos meios de comunicação mancomunados com os atuais governantes – interessa a um novo poder que foi ampliando seu espaço nos últimos tempos, gente ligada a pensamentos e práticas que se assemelham ao que existia antes e durante a ditadura. Torna a aflorar a simpatia pela polícia que reprime, mata e despreza os direitos humanos, a ciência e a educação.

Tudo isso também me leva a pensar que muitas pessoas ainda concordam com o pensamento que imperava em parte da população e da imprensa nos anos 1970. O atual governo deixa a “boiada passar”, permitindo que o fogo criminoso devaste a Amazônia. Faz lembrar que, no período da ditadura, o discurso oficial batia na tecla de que a região precisava ser “vencida”, o que me remete a uma reportagem publicada na revista *Manchete*, que trazia como título: “O norte amazônico: aqui vencemos a floresta”, como já citado nesta tese. Agora se permite essa destruição por interesse de grupos econômicos associados ao governo, como madeireiros e garimpeiros.

Durante a produção deste trabalho uma música foi uma companheira íntima, quase como um mantra: “O tempo não para”, de Cazuza, cujo o refrão é por si só significativo: “Eu vejo o futuro repetir o passado/ Eu vejo um museu de grandes novidades/ O tempo não para, não para, não, não para”. Da mesma forma, a esperança, que não pode ser sequestrada, se alimenta da resistência incessante a este estado de coisas.

LOCAIS DE PESQUISA

Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitscheck de Oliveira.

Centro de Documentação da TV Integração (Cedoc).

FONTES

Fontes bibliográficas

BARCELAR, Winston Kleiber de Almeida. *Os mitos do “sertão” e do Triângulo Mineiro: as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFU, Uberlândia, 2003.

Cepot - Centro de Pesquisa e Opinião do Triângulo, de Uberlândia.

CORDEIRO, Roberto. *Chegou...a maravilha da televisão*. Uberlândia: edição do autor, 1990.

_____. *O homem: pioneiro da televisão na região*. Uberlândia: edição do autor, 2001.

DÂNGELO, Newton. *Vozes da cidade: rádio e cultura popular urbana em Uberlândia – MG, 1939/1970*. Uberlândia: Edufu, 2012. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-315-8>

FERNANDES, Orlanda Rodrigues. *Uberlândia impressa: a década de 1960 nas páginas dos jornais*. Dissertação (Mestrado em História) – UFU, Uberlândia, 2008.

MARTINS JR., Vilmar. *Delírios da ordem, fantasmas do progresso: sobre repressão e resistência – Uberlândia- MG, 1964/1967*. Monografia (Graduação em História) – UFU, Uberlândia, 2015.

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia – 1950/1985*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1992.

SILVA, Idalice Ribeiro da. *Flores do mal na cidade jardim: comunismo e anticomunismo em Uberlândia*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 2000.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica Editora, 1970.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. *Colhendo notícias, plantando imagens: a reconstrução da história da TV Triângulo a partir da memória dos agentes do seu telejornalismo*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Umesp, São Bernardo, 1998.

Fontes jornalísticas

Câmara: homenagem a Rondon Pacheco. *Correio de Uberlândia*, 7 jan. 1960, capa.

Uberlândia a favor de Brasília: ao lado da mudança. *Correio de Uberlândia*, 19 jan. 1960, capa.

Dep. Rondon visitou academia de halterofilismo. *Correio de Uberlândia*, 19 jan. 1960, p. 4.

Emissora de rádio e televisão em Uberlândia ainda em 1962. *Correio de Uberlândia*, 27 mar. 1962, capa.

Televisão: vendedores. *Correio de Uberlândia*, 17 nov. 1962, capa.

Anúncio publicitário. *Correio de Uberlândia*, 18 nov. 1962, capa.

Edson Garcia Nunes: Cegeb constrói para a grandeza de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, 6 jan. 1963, p. 5.

TV: terceira etapa em direção ao êxito. *Correio de Uberlândia*, 16 jan. 1963, p. 6.

Televisão funciona dentro de 120 dias em Uberlândia: Cegeb, 16 fev. 1963, capa.

TV fará exibição no pavilhão Inds. *Correio de Uberlândia*, 18 abr. 1963, capa.

Basta (editorial). *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 set. 1963, p. 6

Governo pede estado de sítio ao Congresso. *Correio de Uberlândia*, 5 out. 1963, capa.

Lacerda acha que vai ser preso. *Correio de Uberlândia*, 6 e 7 out. 1963, capa.

Pena de morte em MG: operários metralhados. *Correio de Uberlândia*, 10 e 11 out. 1963, capa.

Doutor Honoris Causa da Faculdade de Direito de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, 7 dez. 1963, capa.

Energia elétrica à beira do colapso. *Correio de Uberlândia*, 12 e 13 dez. 1963, capa.

Jango foi ontem homenageado por Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, 14 dez. 1963, capa.

TV faz experiência com programação. *Correio de Uberlândia*, 29 e 30 dez. 1963, capa.

Divertimentos (coluna). *Correio de Uberlândia*, 11 jan. 1964, p. 6.

SP: comício diz não ao comunismo. *Correio de Uberlândia*, 21 mar. 1964, capa.

Milhares de uberlandenses na marcha pela liberdade. *Correio de Uberlândia*, 5 e 6 abr. 1964, capa.

TV mostrou programação no sábado: “avant-première”. *Correio de Uberlândia*, 2 e 3 jun. 1964, capa.

Trapézio (coluna). *Correio de Uberlândia*, 6 jun. 1964, p. 3.

Divertimentos (coluna). *Correio de Uberlândia*, 2 set. 1965, p. 2.

Prada Cemig: prejuízos ao comércio e indústria. *Correio de Uberlândia*, 5 e 6 out 1965, p. 3.

Comércio apoia incondicionalmente o ato n. 2. *Correio de Uberlândia*, 5 e 6 nov. 1965, capa.

Divertimentos (coluna). *Correio de Uberlândia*, 13 out. 1966, p. 2.

Divertimentos (coluna). *Correio de Uberlândia*, 14 e 15 out. 1966, p. 2.

Governo acha mais guerrilha. *Última Hora*, edição matutina, Rio de Janeiro, 2 ago. 1967, p. 1.

Uberlândia descobre bomba e prende dez. *Última Hora*, edição vespertina, Rio de Janeiro, 2 ago. 1967, p. 4.

Prisão de Flávio mobiliza o Congresso. *Última Hora*, edição matutina, Rio de Janeiro, 5 ago. 1967, p. 1

Arthur Virgílio escreve a Dalton sobre Flávio. *Última Hora*, edição matutina, Rio de Janeiro, 7 ago. 1967, p. 2.

NEIVA, Miguel (coluna). *Última Hora*, Rio de Janeiro, 7 ago. 1967, p. 2.

Semelhança em foto levou Flávio à prisão. *Última Hora*, edição matutina, Rio de Janeiro, 7 ago. 1967, p. 1.

Amazônia, fonte nacional [de] riquezas. *Correio de Uberlândia*, 18 e 19 fev. 1968, capa.

Costa e Silva hoje no Triângulo. *Correio de Uberlândia*, 19 e 20 mar. 1968, capa.

Divertimentos (coluna). *Correio de Uberlândia*, 6 ago. 1971, p. 2.

TV Canal 8: a foto do fato. *Correio de Uberlândia*, 5 set. 1971, p. 8

Inquérito apura morte de Herzog. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1975, p. 8.

Rádio & TV (coluna). *Correio de Uberlândia*, 11 jul. 1978, p. 3.

Rádio & TV (coluna). *Correio de Uberlândia*, 8 mar. 1979, p. 3.

Professores do “José Ignácio” entram em greve. *Correio de Uberlândia*, 22 maio 1979, capa.

Professores de Uberlândia ficarão em greve até decisão governamental. *Correio de Uberlândia*, 25 maio 1979, capa.

Professores mineiros voltam às escolas hoje depois de uma greve de 40 dias. *Correio de Uberlândia*, 26 jun. 1979, capa.

Ministro do Trabalho troca direção do Sindicato dos Bancários de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, 22 ago. 1979, capa.

Em Uberlândia: Figueiredo fez pronunciamento que abalou a nação. *Correio de Uberlândia*, 30 e 31 ago. 1980, capa.

Rádio & TV (coluna). *Correio de Uberlândia*, 4 jun. 1981, p. 3.

Rádio & TV (coluna). *Correio de Uberlândia*, 20 abr. 1982, p. 9.

Rádio & TV (coluna). *Correio de Uberlândia*, 19 out. 1982, p. 3, e 2 nov. 1982, p. 3.

No seu primeiro aniversário, o 17º BPM entrega diplomas a colaboradores. *Correio de Uberlândia*, 12 jul. 1983, capa.

Opus Dei completa 90 anos com pedido de perdão a membros que se “sentiram incompreendidos”. *G1.globo.com*, 2 out. 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/10/02/opus-dei-completa-90-anos-com-pedido-de-perdao-a-membros-que-se-sentiram-incompreendidos.ghtml>>.

BERTONI, Estêvão. Paulo Romeu Shilling (1925-2012) – Escritor que ajudou a fundar o PT. *Folha de S. Paulo*, Caderno Cotidiano, 28 jan. 2012. Disponível em <[ww1.folha.uol.com.br/cotidiano/1040618-paulo-romeu-schilling-1925-2012---escritor-que-ajudou-a-fundar-o-pt.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1040618-paulo-romeu-schilling-1925-2012---escritor-que-ajudou-a-fundar-o-pt.shtml)>.

FONSECA, Marcelo. Comício que reuniu 400 mil em BH na defesa do voto direto ficou para a história. *O Estado de Minas*, 24 fev. 1994. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/02/24/interna_politica,501294/comicio-que-reuniu-400-mil-em-bh-na-defesa-do-voto-direto-ficou-para-a-historia.shtml>.

MACEDO, Jorge. Há 36 anos, professores se reuniram em protesto na Praça da Liberdade. *Estado de Minas*, 2 maio 2015. Jorge Macedo. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/02/interna_gerais,643229/repressa-o-na-praca-da-liberdade.shtml>.

NASSIF, Luís. O poder da Hanna. *Folha de S. Paulo*, caderno Mercado, 22 jan. 2006. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2201200610.htm>>.

REDA, Paulo. Jango tinha apoio popular ao ser deposto em 64, diz Ibope. *Folha de S. Paulo*, 9 mar. 2013. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u46767.shtml>>.

Sites

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1946. Disponível em <[Constituição46 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br)>.

CNV – Comissão Nacional da Verdade. Subcomissão da Verdade Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba Ismene Mendes. Relatório II. A face civil da ditadura: o protagonismo das elites e sua dominação socioeconômica, Edufu, 2016. Disponível em <http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book_relatorio_ii_comissao_da_verdade_0.pdf>.

_____. Institucional. Disponível em <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>

CPDoc/FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Comício em Uberlândia da campanha pelas “Diretas Já”. Disponível em <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/TN/audiovisual/comicio-em-uberlandia-da-campanha-pelas-diretas-ja-titulo-atribuido>>.

DELÍRIOS da ordem, fantasmas do progresso. Dir.: Vilmar Martins Jr. Documentário, 2017. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=q4Rva57TY8>>.

GASPARETTO Jr. Antônio. *Crise do petróleo*. Disponível em <<https://www.infoescola.com/economia/crise-do-petroleo/>>.

HISTÓRIA do terrorismo no Brasil. Autores não identificados. História do Brasil I, UFPR, Curitiba, Disponível em <<https://www.passeidireto.com/arquivo/24201829/historia-do-terrorismo-no-brasil>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 1960. Disponível em <www.seculoxx.ibge.gov.br>.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23#:~:text=Em%201980%2C%20a%20infla%C3%A7%C3%A3o%20bate,o%20segundo%20semestre%20de%201982>.

KORNIS, Mônica Kornis e SOUZA, Luís Otávio de. Magalhães Pinto. Disponível em <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-magalhaes-pinto-1>>.

MACEDO, Amanda Pereira. Subcomissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Disponível em <http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book_comissao_nac_verdade_2016_0.pdf>.

MEMÓRIA GLOBO. Disponível em <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/amaral-netto-o-reporter/>>.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=yEujLhpLVi8>>.

Rondon Pacheco. Rondon Pacheco | Estado de Minas Gerais. Disponível em <www.mg.gov.br>.

TAVARES, Flávio. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade em 20 out. 2014. Brasília, DF. Disponível em <http://youtube.com/results?search_query=comiss%C3%A3o+da+verdade+F1%C3%A1vio+Tavares>.

UFU- Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em <<http://www.comunica.ufu.br/noticia/2018/05/ufu-40-anos-de-federalizacao-e-mais-de-60-anos-de-historia>>. Acesso em 2 abr. 2021.

Vídeos

Manifestação pelas Diretas Já. Reportagem veiculada em dez. 1983. Disponível no Centro de Documentação da TV Integração (Cedoc).

General Newton Cruz em Uberlândia. Reportagem veiculada em dez. 1984. Disponível no Centro de Documentação da TV Integração (Cedoc).

Juiz comemora morte de Tancredo Neves. Reportagem veiculada em abr. 1985. Disponível no Centro de Documentação da TV Integração (Cedoc).

Velório de Ismene Mendes. Reportagem do acervo cadastrada com a data de 24 out. 1985. Disponível no Centro de Documentação da TV Integração (Cedoc).

Investigação da morte de Ismene Mendes. Reportagem veiculada em 28 out. 1985. Disponível no Centro de Documentação da TV Integração (Cedoc).

Inflação acumulada em 1985. Reportagem veiculada em jan. 1986. Disponível no Centro de Documentação da TV Integração (Cedoc).

Pelé (documentário). Diretores: David Tryhorn e Bem Nicholas. Netflix, 2021.

Entrevistas

DOMINGOS, Edson. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 11 mar. 2019.

GONÇALVES, Umbertino. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 5 abr. 2019.

LIMA, Eduardo Elias. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 28 jun. 2019.

MARQUES, Jarbas. Entrevista a *Delírios da ordem, fantasmas do progresso* (documentário). Dir. Vilmar Martins Jr. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=q4Rva57YTy8>>.

MENDES, Dolores. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 21 jun. 2019.

MOREIRA, Orlei. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 25 out. 2018.

PACHECO, Rondon. Entrevista concedida à TV Integração em Uberlândia e veiculada em dez. 2008.

_____. Entrevista concedida em Uberlândia, em set. 2000, e veiculada no *site* Museu Virtual de Uberlândia. Disponível em <<https://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/site/london-pacheco>>.

PETRY, Paulo Henrique. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 8 mar. 2019.

RANIERO, Guaracy. Entrevista a *Delírios da ordem, fantasmas do progresso* (documentário). Dir. Vilmar Martins Jr. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=q4Rva57YTy8>>.

REIS, Ademir Torido. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 8 mar. 2019.

RIBEIRO, Elaine Cristina. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 6 ago. 2020.

SÁ JR., Oswaldo Bonfim de. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 19 jan. 2021.

SPINI, Marli Regina Sobottka. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 3 set. 2019.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Entrevista concedida a esta pesquisadora em Uberlândia, em 20 jun. 2019.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Edgar Ribeiro. TV Excelsior: aspectos históricos. In: MOYA, Alvaro (org.). *Glória in Excelsior: ascensão, apogeu e queda do maior sucesso da televisão brasileira*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): O exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

BARBOSA, Marialva. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. Imagem televisiva e os primórdios da tv no Brasil. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marco (orgs.). *História da televisão no Brasil do início aos dias de hoje*. São Paulo: Contexto, 2010.

BERGAMO, Alexandre. A reconfiguração do público. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marco (orgs.). *História da televisão no Brasil do início aos dias de hoje*. São Paulo: Contexto, 2010.

BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BUSETTO, Áureo. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, São Paulo, dez. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200010>

_____. Por uma mirada internacional na história da TV no Brasil. In: BUSETTO, Áureo (org.). *História plugada e antenada: estudos históricos sobre mídias eletrônicas no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

CARA A CARA, ano 1, n.1, Petrópolis, maio 1978.

CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe: 1964-1969, a história contada por jornais e jornalistas*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

_____. *A ditadura militar e a longa noite dos generais: 1970-1985, a história contada por jornais e jornalistas*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

COSTA, Edwaldo. *Meia culpa: O Globo e a ditadura militar*. Florianópolis: Insular, 2015.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da cultura francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Topoi: Revista de História*, n. 5, Rio de Janeiro, set. 2002.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, s./a.

FREDERICO, Grazielle. Narrar o Alzheimer brasileiro: o alerta de Bernardo Kucinski no romance *K*. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 23, n. 42, Uberlândia, jan.-jun. 2021. <https://doi.org/10.14393/artc-v23-n42-2021-61859>

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *A ditadura escancarada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *A ditadura encurralada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. A cobertura televisiva da Rede Globo: um contraponto necessário no vídeo “Um dia nublado: o cinema nas greves do ABC”. In: Busetto, Áureo (org.). *História plugada e antenada: estudos históricos sobre mídias eletrônicas no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. *K*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LINS, Flávio. 1948: o pioneirismo da TV em Juiz de Fora. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 1, n. 2, São Paulo, dez. 2012. <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.1220123927>

MATTELART, Armand e Michèle. *História das teorias da comunicação*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

MIRA, Maria Celeste. O moderno e o popular na TV de Silvio Santos. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marco (orgs.). *História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje*. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTEIRO, Kátia. *Samuel Wainer: o homem que estava lá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MOTA, Regina. O programa “Abertura” e a épica de Glauber Rocha. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marco (orgs.). *História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje*. São Paulo: Contexto, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB na era da TV. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marco (orgs.). *História da televisão no Brasil do início aos dias de hoje*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2017.

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Minas Gerais na ditadura militar: lideranças e práticas políticas (1971-1983)*. Uberlândia: Rápida, 2002.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Música popular na contramão das políticas sexuais hegemônicas: Brasil, década de 1970. *Contrapulso: Revista Latinoamericana de Estudios en Música Popular*, v.1, n. 1, Santiago de Chile, 2019.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos (1971/1982)*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2011.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, v. 14, São Paulo, 1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, v. 15, São Paulo, 1997.

_____. *Ensaios de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor. A renovação estética da TV. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, SACRAMENTO, Igor e ROXO, Marco (orgs.). *História da televisão no Brasil* do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

_____. As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia. *Cadernos tempo de ditadura*, v. 8, n. 14/15, Campinas, 1. e 2. sems. 2001.

RODRIGUES, Flávio Luís. A revolta dos marinheiros de 1964: uma história mal contada. In: SILVA, Marcos (org.) *Brasil 1964/1968 a ditadura já era ditadura*. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*, n. 14, São Paulo, fev. 1997.

_____. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19, São Paulo, set. 1989-fev. 1990.

SILVA, Carlos Eduardo Lins e. *Muito além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus, 1985.

SILVA, Mislene Souza da, *Mulheres em luta: o movimento feminino pela anistia (1975-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFU, 2019. <https://doi.org/10.24824/978854444126.8>

SQUIRRA, Sebastião. *O século dourado: a comunicação eletrônica nos Estados Unidos*. São Paulo: Summus, 1995.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

TÉRCIO, Jason. *A espada e a balança: crime e política no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. *Projeto História*, v. 15, São Paulo, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. *Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 4. ed., 1984.

WEFFORT, Francisco C. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, Celso (coord.). *Brasil: tempos modernos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WILLIAMS, Raymond. *Televisão: tecnologia e forma cultural*. São Paulo-Belo Horizonte: Boitempo/PUC-Minas, 2016.